



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – ICH
Departamento de Serviço Social – SER
Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS

HIURY MILHOMEM CASSIMIRO

“A UnB SAIU DO ARMÁRIO?”
Práticas Profissionais e de Gestão para a Permanência de Estudantes
LGBTQIA+ na Educação Superior

Brasília/DF
2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL – PPGPS

“A UnB SAIU DO ARMÁRIO?”
Práticas Profissionais e de Gestão para a Permanência de Estudantes
LGBTQIA+ na Educação Superior

Hiury Milhomem Cassimiro

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Lucélia Luiz Pereira.

Brasília, 2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC345? Cassimiro, Hiury Milhomem
"A UnB SAIU DO ARMÁRIO?" Práticas Profissionais e de
Gestão para a Permanência de Estudantes LGBTQIA+ na Educação
Superior / Hiury Milhomem Cassimiro; orientador Lucélia
Luiz Pereira. -- Brasília, 2022.
150 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Política Social) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. Estudantes LGBTQIA+. 2. Permanência estudantil. 3.
Assistência estudantil. 4. LGBTQIA+fobias. I. Pereira,
Lucélia Luiz, orient. II. Título.

HIURY MILHOMEM CASSIMIRO

“A UnB Saiu do Armário?”

Práticas Profissionais e de Gestão para a Permanência de Estudantes LGBTQIA+ na
Educação Superior

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social.

BANCA EXAMINADORA*

Prof^a. Dr^a. Lucélia Luiz Pereira
(Orientadora – PPGPS/SER/UnB)

Prof^a. Dr^a. Jaqueline Gomes de Jesus
(IFRJ/Belford Roxo)

Prof^a. Dr^a. Silvia Cristina Yannoulas
(PPGPS/SER/UnB)

Prof^a. Dr^a. Tatiana Lionço
(Suplente – FAC/UnB)

*Relatório de Defesa de Pós-Graduação assinado digitalmente pelas membras da Banca Examinadora no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), por meio do Processo nº. 23106.004741/2022-09.

*Às e aes e aos estudantes **LGBTQIA+**
que tive a dor e a delícia de atender
e de aprender ao longo
de minha trajetória profissional
como assistente social na UnB.*

AGRADECIMENTOS

O resultado deste trabalho foi coletivo. Não poderíamos ter chegado à síntese aqui exposta sem a solidariedade e a colaboração de muitas pessoas.

Agradeço, primeiramente, à Professora e Orientadora Lucélia Luiz Pereira, por ter me acolhido e aceitado me orientar ao longo de todo o curso de mestrado em Política Social. A ela sou grato, em especial, por ter me conduzido a referências bibliográficas imprescindíveis às minhas formações pessoal, acadêmica e profissional, mas que infelizmente ainda são invisibilizadas e violadas pelo epistemicídio acadêmico. Por meio de suas aulas pude conhecer, me espantar e me encantar pelos legados escritos por Angela Davis, Aníbal Quijano, bell hooks, Cida Bento, Daniel Borrillo, Heleieth Saffioti, Jonathan Ned Katz, Judith Butler, Lélia Gonzalez, Ochy Curiel [...]; acesso aos pensamentos sistematizados em produções acadêmicas os quais, por si só, já valeram meu ingresso no mestrado. À Professora Lucélia sou grato, também, pela postura ético-política e pela instrumentalização de práticas acadêmicas e administrativas que têm democratizado o Programa de Pós-Graduação em Política Social. Aqui, peço desculpas a ela pelos atrasos e quebras de compromisso de todos os cronogramas entre nós firmados. Me envergonho disso!

Agradeço às membras da Banca Examinadora de Defesa desta dissertação, Professora Doutora Jaqueline Gomes de Jesus e Professora Doutora Silvia Cristina Yannoulas. A esta última também agradeço por sua participação e contribuição na Banca de Qualificação. Como estudante e como aluno em busca de luz sempre admirarei as pedagogias aplicadas por ambas as educadoras, sobretudo por suas *práxis* tão alinhadas às perspectivas teórico-metodológicas que defendem. Foi um privilégio aprender com as Professoras em aulas presenciais da Graduação em Serviço Social ou em aulas remotas de curso *on-line*, e também em *lives* e mesas de eventos na modalidade remota durante a presente pandemia.

Agradeço à Professora Doutora Abra Afra pelas preciosas contribuições e pelo cuidado na leitura do Projeto de Dissertação; por sua participação na Banca de Qualificação, e; por ter aceitado ser Membro Suplente da Banca Examinadora. Agradeço, ainda, pelo histórico compromisso com a defesa dos direitos e da saúde biopsicossocial das pessoas LGBTQIA+ ao longo de sua trajetória como pesquisadora, docente e militante aliada à nossa causa. Em nome dela, agradeço ao Projeto Escuta Diversa, o qual, além de ter acolhido e cuidado [do sofrimento] de estudantes LGBTQIA+ da UnB, qualificou a formação de gerações de estudantes de Psicologia, profissionais estas que certamente irão respeitar e potencializar a livre expressão de gênero e de sexualidade das pessoas pacientes no exercício de suas práticas profissionais.

À memória do Professor Doutor Mário Ângelo Silva serei por toda minha vida grato, tanto pela iniciação nos projetos de pesquisa na graduação quanto pelo convite para compor a equipe da Diretoria da Diversidade quando ele esteve à frente da gestão. Infelizmente não pudemos ser colegas de trabalho, mas minha realização profissional na UnB foi alcançada através da porta que ele abriu para mim.

À amiga, colega e “chefe” de trabalho Doutora Maria Célia Orlatto Selem e à Doutora Anette Lobato Maia agradeço pelas primeiras escutas, orientações e aulas em âmbito doméstico-familiar, que me permitiram qualificar meu Pré-Projeto de Dissertação e que me conferiram segurança para encarar a seleção ao Mestrado em Política Social. São vocês meu horizonte de relacionamento afetivo e de um projeto de família feminista e comunista.

Agradeço ao corpo docente e administrativo do PPGPS da Universidade de Brasília. Sou particularmente grato às incríveis aulas ministradas pelas Professoras Doutoradas Camila Potyara Pereira, Marlene Teixeira Rodrigues e Maria Lúcia Lopes da Silva, e, mais uma vez, ao conhecimento alcançado nas aulas proferidas pela Professora Doutora Lucélia Luiz Pereira. À secretária do PPGPS, Domingas Carneiro, sou igualmente grato pelos retornos administrativos tão imediatos.

Agradeço às equipes de profissionais das Diretorias e do Gabinete do Decanato de Assuntos Comunitários da UnB – entre servidoras, servidores, gestoras e gestores – que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa que estruturou esta dissertação. Em especial, agradeço aos colegas de equipe da Diretoria da Diversidade, que se mantiveram na rotina administrativa durante meu afastamento para estudo, e pela postura aguerrida aos desafios advindos dos ataques políticos e cortes de financiamento às universidades federais, somados à complexidade e à precariedade do exercício profissional no trabalho remoto. Ainda assim, sou grato à oportunidade de ter tido a garantia de minha saúde e segurança para trabalhar em casa em respeito aos isolamento e distanciamento sociais em decorrência do estado de pandemia da COVID-19, e por encerrar esta dissertação conciliando agendas de reuniões, atendimentos socioassistenciais, *lives* e entrevistas em *home office*, em um momento histórico em que o desemprego e as crises política-econômica-sanitária solapam o povo brasileiro.

À colega de trabalho e também amiga Sabrina Stinghel Soares, pela atenção e revisão ao instrumental *questionário*, importante ferramenta pela busca de dados primários durante a pesquisa.

Ao Professor Mestre Guilherme Pereira dos Reis, pelo apoio na elaboração dos gráficos e pela atenciosa e humana forma de educar sobre as ferramentas do *Excel*, mesmo em caráter emergencial. E, também, o agradeço pela revisão e correção do *Abstract*.

Agradeço às amigas Gabriela e Juliana, e, em especial, ao amigo Mestre Nate, por ter sido nosso [amar]elo; por nos inspirar, motivar e nos fazer continuar com projetos que pareciam distantes de serem concretizados. Vocês sempre se fizeram presentes, mesmo distantes geograficamente. Espero que possamos nos abraçar e celebrar juntas a conclusão deste ciclo muito em breve! E agradeço ao Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas Públicas (NAAPP) e aos demais colegas de curso e de orientação da disciplina de Nucleação em Grupos de Pesquisa: Ana Paula, Dalila, Jorge, Mariana, Rhaiza, Stephany e Talita, pela confiança, partilha de conhecimentos e pelas sugestões à minha pesquisa quando estava em curso.

Agradeço ao psicólogo e referencial de masculinidade José Waldo Soares que me acompanhou semanal ou quinzenalmente por sete anos e seis meses. Waldão esta conquista é nossa! Mais uma, neh?! Muito agradecido pela escuta e pelos retornos (mesmo os dolorosos) ao longo das sessões de psicoterapia. A minha ansiedade teria me machucado ainda mais sem o seu suporte [choro...]. Desejo a você muita plenitude, uma total sensação de liberdade e de conforto que encontro a cada término de sessão. Agradeço, também, ao suporte emergencial do psicólogo Humberto Álvares Polveiro, o qual me acompanhou por três semanas em 2021, especificamente para me acolher em um momento de crise ansiosa, me orientar e me fazer reconhecer que a minha procrastinação é sintoma e não a causa de uma dor muito anterior.

Agradeço ao amor e ao cuidado das amigas Alba Tereza, Bruna Paixão, Bruna Pereira, Camila, Jackeline e Luiana, e; de igual modo, ao amor, ao cuidado e à confiança das amigas e colegas de curso veterana e caloura, respectivamente, Daniela e Luísa, pela reciprocidade às escutas das angústias, dos aprendizados, dos *corres*, das dores e das glórias advindas do metrado em Política Social.

Agradeço a cada amizade que se fez presente, ainda que em sua maioria por meios virtuais. À Caroline agradeço ao alerta de atenção às extensões de prazos de entrega deste trabalho que me anulavam para projetos futuros. A ela e à Larissa também sou grato por três [in]esquecíveis Réveillons! [Risos.]

Agradeço, por fim, à atenção, ao carinho e ao cuidado emanados a mim por Maria de Nazaré, Hyanka e Gui – minha família, pelas ações no cotidiano que para mim se traduzem em amor.

[...]

*No soy un marica disfrazado de poeta
No necesito disfraz
Aquí está mi cara
Hablo por mi diferencia
Defiendo lo que soy
Y no soy tan raro
Me apesta la injusticia
Y sospecho de esta cueca democrática
Pero no me hable del proletariado
Porque ser pobre y maricón es peor
Hay que ser ácido para soportarlo
Es darle un rodeo a los machitos de la esquina
Es un padre que te odia
Porque al hijo se le dobla la patita
Es tener una madre de manos tajeadas por el cloro
Envejecidas de limpieza
Acunándote de enfermo
Por malas costumbres
Por mala suerte
Como la dictadura
Peor que la dictadura
Porque la dictadura pasa
Y viene la democracia
Y detrasito el socialismo
¿Y entonces?
¿Qué harán con nosotros compañero?*

[...]

*Mi hombría fue la mordaza
No fue ir al estadio
Y agarrarme a combos por el Colo Colo
El fútbol es otra homosexualidad tapada
Como el box, la política y el vino
Mi hombría fue morderme las burlas
Comer rabia para no matar a todo el mundo
Mi hombría es aceptarme diferente
Ser cobarde es mucho más duro
Yo no pongo la otra mejilla
Pongo el culo compañero
Y ésa es mi venganza
Mi hombría espera paciente
Que los machos se hagan viejos
Porque a esta altura del partido
La izquierda tranza su culo lacio
En el parlamento
Mi hombría fue difícil*

*Por eso a este tren no me subo
Sin saber dónde va
Yo no voy a cambiar por el marxismo
Que me rechazó tantas veces
No necesito cambiar
Soy más subversivo que usted
No voy a cambiar solamente
Porque los pobres y los ricos
A otro perro con ese hueso
Tampoco porque el capitalismo es injusto
En Nueva York los maricas se besan en la calle
Pero esa parte se la dejo a usted
Que tanto le interesa
Que la revolución no se pudra del todo
A usted le doy este mensaje
Y no es por mí
Yo estoy viejo
Y su utopía es para las generaciones futuras
Hay tantos niños que van a nacer
Con una alita rota
Y yo quiero que vuelen compañero
Que su revolución
Les dé un pedazo de cielo rojo
Para que puedan volar.*

[Trecos do poema
MANIFESTO (HABLO POR MI DIFERENCIA)
de Pedro Lemebel, 1986]

RESUMO

Esta dissertação apresenta como tema a permanência universitária de estudantes LGBTQIA+ vítimas de lgbtqia+fobias. Para tanto, procurou-se analisar as práticas profissionais e de gestão em matéria de gênero e de sexualidade desenvolvidas no âmbito do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da Universidade Brasília (UnB), em uma perspectiva de assistência estudantil ampliada e intersetorial. O principal objetivo foi analisar em que medida as práticas profissionais e de gestão no âmbito do DAC são direcionadas a estudantes LGBTQIA+ da UnB, em situação de rompimento dos vínculos familiares em virtude das lgbtqia+fobias. O método de análise utilizado foi o materialista-histórico-dialético e elegeu-se a ferramenta analítica da interseccionalidade para mediar matrizes de opressões advindas da imbricação entre patriarcado, racismo e capitalismo, na reprodução da norma cis-heterossexista. Articulou-se, também, as categorias contradição, historicidade, mediação, teleologia e práxis para compreender os processos político e administrativo no cotidiano da Instituição. A abordagem da pesquisa foi qualitativa. Utilizou-se de instrumentais de coleta de dados documentais e questionário, respectivamente, para levantar o perfil identitário de estudantes participantes do Programa de Atenção à Diversidade (PADiv), e, para compreender a percepção de 28 profissionais ou gestoras do DAC acerca da permanência universitária de estudantes LGBTQIA+ em situação de rompimentos dos vínculos familiares por lgbtqia+fobia. Observou-se que 45 estudantes de cursos presenciais de graduação, de três dos quatro campi da UnB, participaram no PADiv entre os anos de 2017 e 2020, sendo este público majoritariamente composto por mulheres cisgênero, autodeclaradas pardas ou pretas, bissexuais ou pansexuais e que haviam sofrido violências de gênero por entes familiares, às quais ameaçaram a permanência delas na universidade. Concluiu-se que as ações realizadas no DAC/UnB foram incipientes e insuficientes ao público estudantil LGBTQIA+ vítima de lgbtqia+fobia, uma vez algumas delas até se instituíram em atos e resoluções administrativas da Universidade, mas não foram capazes de alterar a cultura institucional para a devida proteção de estudantes LGBTQIA+, embora tais ações apresentem potencial para ampliar as condições de permanência na educação superior.

Palavras-chave: Estudantes LGBTQIA+. Permanência estudantil. Assistência estudantil. LGBTQIA+fobias.

ABSTRACT

This dissertation debates the university continuity of LGBTQIA+ students who are victims of lgbtqia+phobias. I analyzed the professional and management practices in terms of gender and sexuality developed within the scope of the Deanship of Community Affairs [Decanato de Assuntos Comunitários] (DAC) at University of Brasilia (UnB), in a perspective of expanded and intersectoral student assistance. The main objective was analyzing how the DAC professional and management practices are aimed to LGBTQIA+ students in a situation of rupture of family ties due to lgbtqia+phobias. The methodology used was the materialist-historical-dialectical and the analytical tool of intersectionality was chosen to mediate matrices of oppression arising from the imbrication between patriarchy, racism and capitalism, in the reproduction of the cis-heterosexist norm. The categories contradiction, historicity, mediation, teleology and praxis were also articulated to understand the political and administrative processes in the Institution's daily life. The research approach was qualitative by using documentary data collection instruments and a questionnaire were used, respectively, to assemble the identity profile of students participating in the Diversity Attention Program (PADiv), and understanding the 28 professionals and managers perception from the DAC about the university stay of LGBTQIA+ students in a situation explained above. It was observed that 45 students from undergraduate program in three university campuses have participated of PADiv between 2017 and 2020. Most of them are cisgender women, declared black or mixed raced, bi and pansexual that have suffered gender violence from siblings and parents that threatened their student stay at UnB. And the actions carried out by DAC/UnB were incipient and insufficient for the LGBTQIA+ student population victim of lgbtqia+phobias, although they have potential to expand the conditions of continuance in higher education.

Keywords: LGBTQIA+ students. Student stay. Student assistance. LGBTQIA+phobias.

RESUMEN

Esta disertación presenta como tema la permanencia universitaria de estudiantes LGBTQIA+ víctimas de lgbtqia+fobias. Entonces, se buscó analizar las prácticas profesionales y de gestión en términos de género y sexualidad desarrolladas en el ámbito del Decanato de Asuntos Comunitarios (DAC) de la Universidade Brasília (UnB), en una perspectiva de atención estudiantil ampliada e intersectorial. El objetivo principal fue analizar en qué medida las prácticas profesionales y de gestión en el ámbito del DAC están dirigidas a estudiantes LGBTQIA+ de la UnB, en situación de ruptura de lazos familiares por lgbtqia+fobias. El método de análisis utilizado fue el materialista-histórico-dialéctico y la herramienta analítica de la interseccionalidad fue escogida para mediar matrices de opresión surgidas de la imbricación entre patriarcado, racismo y capitalismo, en la reproducción de la norma cis-heterosexista. Las categorías contradicción, historicidad, mediación, teleología y praxis también fueron articuladas para comprender los procesos políticos y administrativos en el cotidiano de la Institución. El enfoque de la investigación fue cualitativo. Se utilizaron instrumentos de recolección de datos documentales y un cuestionario, respectivamente, para levantar el perfil identitario de estudiantes participantes del Programa de Atención a la Diversidad (PADiv), y comprender la percepción de 28 profesionales o directivos del DAC sobre la permanencia universitaria de estudiantes LGBTQIA+ en situación de interrupción de los lazos familiares por lgbtqia+fobia. Se observó que 45 estudiantes de cursos de graduación presenciales, de três de los cuatro campus de la UnB, participaron del PADiv entre 2017 y 2020, y este público estaba formado mayoritariamente por mujeres cisgénero jóvenes, autodeclaradas negras, bisexuales o pansexuales y que habían sufrido violència de género por parte de familiares, lo que amenazaba su permanência en la Universidad. Se concluyó que las acciones realizadas en DAC/UnB fueron incipientes e insuficientes para la población estudiantil LGBTQIA+ víctima de lgbtqia+fobias, ya que algunas de ellas incluso fueron instituidas en actos administrativos y resoluciones de la Universidad, pero no lograron cambiar la cultura institucional hacia la debida protección de las estudiantes LGBTQIA+, aunque tales acciones tienen el potencial de ampliar las condiciones de permanencia en la educación superior.

Palabras clave: Estudiantes LGBTQIA+. Permanencia universitaria de estudiantes. Asistencia al estudiante. LGBTQIA+fobias.

LISTA DE SIGLAS

AE – Assistência Estudantil
CAC – Câmara de Assuntos Comunitários
CAD – Conselho de Administração
CEAD – Centro de Educação a Distância
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CEU – Casa *do* Estudante Universitário
CF – Constituição Federal
Cis – Cisgênero
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CFP – Conselho Federal de Psicologia
COVID-19 – Corona Virus Disease 2019 (Doença do Coronavírus 2019)
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
DAC – Decanato de Assuntos Comunitários
DACES – Diretoria de Acessibilidade
DASU – Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária
DDS – Diretoria de Desenvolvimento Social
DEAC: Diretoria de Esporte e Atividades Comunitárias
DIV: Diretoria da Diversidade
DRU: Diretoria do Restaurante Universitário
Fies – Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
ICH – Instituto de Ciências Humanas
IES – Instituição de Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro
LGBTQIA+ – Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais, *Queers*, Intersexuais, Assexuais e demais identidades de gêneros e expressões de orientações sexuais para além da cis-heterossexualidade, tais como Não-Binárias, Dois Espíritos (*Two Spirits*), Pansexuais, Agêneros, entre outras
MEC – Ministério da Educação

NAAPP – Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas Públicas
PADiv – Programa de Atenção à Diversidade
PAEs – Programas de Assistência Estudantil
PASE – Programa Auxílio Socioeconômico
PBA-RU – Programa Bolsa Alimentação no Restaurante Universitário
PBP-MEC – Programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação
PME-G – Programa de Moradia Estudantil da Graduação
PME-PG – Programa de Moradia Estudantil da Pós-Graduação
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPGPS – Programa de Pós-Graduação em Política Social
Prouni – Programa Universidade para Todos
Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU – Restaurante Universitário
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SER – Departamento de Serviço Social
Trans – Transgênero
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UnB – Universidade de Brasília

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da DIV/DAC	83
Figura 2 - Organograma da DACES/DAC	84
Figura 3 - Organograma da DASU/DAC	85
Figura 4 - Organograma da DDS/DAC	86
Figura 5 - Organograma da DEAC/DAC	87
Figura 6 - Organograma da DRU/DAC	88

ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1 - Quantidade de Participantes Distribuídas nas Unidades de Lotação do DAC	91
Gráfico 2 - Cor das Participantes da Pesquisa	93
Gráfico 3 - Orientação Sexual das Participantes da Pesquisa.....	94
Gráfico 4 - Formação Acadêmica das Participantes da Pesquisa.....	95
Gráfico 5 - Identidade de Gênero do Público do PADiv entre 2017 e 2020	118
Gráfico 6 - Autodeclaração da Cor do Público do PADiv entre 2017 e 2020.....	119
Gráfico 7 - Orientação Sexual do Público do PADiv entre 2017 e 2020.....	119
Gráfico 8 - Quantidade de parcelas do PADiv solicitadas por estudantes entre os anos de 2017 e 2020.....	120
Quadro 1 - Perfil Identitário das Participantes da Pesquisa.....	92
Quadro 2 - Perfil Identitário do público assistido pelo PADiv entre 2017 e 2020	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
MÉTODO E METODOLOGIA	25
CAPÍTULO I – LGBTQIA+fobias: violências institucionais	35
1.1. Gênero e sexualidade na diversidade humana.....	36
1.2. Simbiose patriarcado-racismo-capitalismo e o pilar das lgbtqia+fobias	39
1.3. Interseccionalidade nas opressões de estudantes universitárias LGBTQIA+	49
1.4. A contra resistência: lutas e história do Movimento LGBTQIA+	52
CAPÍTULO II – Assistência estudantil ampliada a estudantes LGBTQIA+	57
2.1. Assistência Estudantil: ampliada e intersetorial a quem?	63
2.2. Permanência de estudantes LGBTQIA+ na UnB: responsabilidade familiar?.....	67
2.3. Interseccionalidade de opressões para a assistência estudantil	75
CAPÍTULO III – Práticas profissionais e de gestão para a permanência de estudantes LGBTQIA+ na UnB	79
3.1. As diretorias do DAC na promoção da permanência de estudantes LGBTQIA+	81
3.1.1. O DAC e suas Diretorias	82
3.2. Profissionais e gestoras participantes da pesquisa	90
3.2.1. Percepções das participantes da pesquisa sobre o exercício profissional.....	97
3.3. Acolhimento e atendimento às pessoas trans pelas equipes do DAC	98
3.4. Percepções das participantes sobre as ações de permanência estudantil na UnB	101
3.5. Percepções sobre as ações de permanência e assistência estudantil às estudantes LGBTQIA+ ..	102
3.6. O Programa de Atenção à Diversidade	113
3.7. Estudantes LGBTQIA+ participantes do PADiv	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	127
<i>APÊNDICE I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</i>	137
<i>APÊNDICE II - Instrumental de coleta de dados documentais – PADiv</i>	139
<i>APÊNDICE III – Instrumental Questionário</i>	140
<i>ANEXO I – Parecer Consubstanciado do CEP</i>	147

INTRODUÇÃO

“...Porque o passado me traz uma lembrança
Do tempo que eu era criança
E o medo era motivo de choro
Desculpa pra um abraço ou um consolo...”

[Cazuza (1975) *apud* Ney Matogrosso (1999)]

Esta dissertação está voltada às pessoas cujas existências foram aviltadas e seus direitos de cidadania negados ao longo da história das políticas sociais no Brasil, dentre essas, a Política de Educação.

Com a pesquisa que deu subsídios a síntese aqui apresentada, pretendeu-se compreender o cenário institucional de uma universidade pública brasileira, por meio de análises das práticas profissionais e de gestão, para a promoção da permanência de estudantes universitárias¹ LGBTQIA+ com histórico de violências e violações de direitos perpetradas pela família, em virtude da discriminação à identidade de gênero e à orientação sexual.

Conceitual e didaticamente, por pessoas LGBTQIA+ compreendem-se Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais, *Queers*, Intersexos, Assexuais e demais identidades de gêneros e expressões de orientações sexuais para além da cisheterossexualidade, tais como Não-Binárias, Dois Espíritos (*Two Spirits*), Pansexuais, Agêneros, entre outras.

Nesta linha, optou-se pela utilização do termo *lgbtqia+fobia* de modo a caracterizar o conjunto de violências motivadas em virtude de preconceitos e discriminações a existências, afetividades e sexualidades de LGBTQIA+ e demais expressões de identidades de gêneros e de orientações sexuais além da cisheterossexualidade. Aqui, a pretensão não foi a de reforçar

¹ Optou-se por adotar artigos e pronomes no feminino para qualificar pessoas como um todo. Com exceção de sujeitos historicamente oprimidos e explorados em seus gêneros e identidades étnico-raciais pela matriz de opressão patriarcado (cisheterossexismo), racismo e capitalismo, como homens trans, transmasculinos, intersexos, negros e indígenas, não haverá marcação no masculino ao longo desta escrita, nem mesmo para pontuar pessoas ou coletivos de pessoas supostamente de forma “neutra”, pois entendemos que a Língua Portuguesa, como tantas outras, não se apresenta neutra, e que serve também de instrumento para apagar existências humanas e epistemologias não hegemônicas. Trata-se, ainda, de uma perspectiva política de ressignificar e valorizar o espectro feminino que, ao longo do advento do patriarcado, foi utilizado para conferir estereótipos e preconceitos às sexualidades para além da norma hegemônica socialmente estabelecida, mediante a hierarquização dos sexos e dos gêneros. Por fim, acredita-se que a linguagem no feminino tem o potencial de elucidar sobre a pluralidade de uma população que está para além de homens cisgêneros homossexuais.

identidades cujas características possam ser interpretadas como inerentes aos campos da sexualidade e das construções sociais de sexo e gênero. Mas sim, de dar destaque às múltiplas

vivências para além da norma hegemonicamente estabelecida e que muitas vezes sequer é nomeada – heteronorma cissexista – como se natural fosse.

Além disso, qualificar a pluralidade da “homofobia”² pelas identidades de quem às sofre pode dar visibilidade às opressões e explorações que se entrecruzam especificamente em determinadas vidas LGBTQIA+, o que pode, ainda, contribuir para a devida nomeação dos fenômenos em estudo.

Na trajetória do Brasil, o direito à educação superior pública foi objeto de questionamento e reivindicação dos movimentos sociais em diferentes períodos e contextos históricos. Em uma arena de lutas políticas, as bandeiras levantadas pelo movimento estudantil por políticas de permanência na universidade não necessariamente conseguem comportar necessidades e demandas específicas de estudantes LGBTQIA+ nestas instituições.

As universidades federais brasileiras têm instituído formas mais democráticas e representativas de ingresso em seus cursos de graduação para estudantes negras e negros, quilombolas, indígenas, pobres ou de baixa renda³ e com identidades de gênero travestis e transgêneros, embora esta última modalidade de ação afirmativa ainda se apresente de forma incipiente. A ampliação das formas de acesso tem se estabelecido mediante o ingresso por cotas étnico-raciais; para estudantes advindas de escolas públicas e, também; por intermédio de ações que se convencionaram nomear por cotas sociais, direcionadas a estudantes cujas famílias apresentem renda mensal *per capita* de até 1,5 salário mínimo. Tais ações são frutos de históricas lutas protagonizadas por estudantes, movimentos sociais diversos (Feministas, LGBTQIA+, Negro, Indígena, das Pessoas Com Deficiência, entre outros) e por pesquisadoras do campo da educação (OLIVEIRA, 2019).

Pesquisas sobre as ações de permanência universitária para estudantes pertencentes a grupos historicamente oprimidos são insuficientes e pouco socializadas. Mulheres (cis e trans), negras e negros, indígenas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, estrangeiras, e mais recentemente, refugiadas, têm constituído grupos de estudantes em constante vulnerabilização

² Este conceito será detalhado ao longo do Capítulo I da dissertação.

³ Para fins deste estudo, considera-se público estudantil de baixa renda, estudante com renda familiar *per capita* mensal de até 1,5 salário mínimo, conforme Decreto nº 7.234/2010, o qual instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Discussão mais detalhada sobre este recorte de público está apresentada ao longo do Capítulo II da dissertação.

para permanecerem na universidade, em virtude das diversas formas de violências e violações de direito às quais estão expostas (Yannoulas et al., 2000; Zago, 2006; Yannoulas, 2007a; Yannoulas, 2007b; Weller e Silveira, 2008; Caôn e Frizzo, 2010; Salvador e Yannoulas, 2013), opressões estas perpetradas de forma individual, coletiva e institucional, mediante discriminações machistas, cisheterossexistas, racistas, xenofóbicas, *lgbtqia+fóbicas* e contra a classe trabalhadora (Lionço e Diniz, 2009; Borrillo, 2010; Marcondes et al., 2013; Diniz e Oliveira, 2014; Almeida, 2014; Jesus, 2014 e 2015; Peixoto, 2017; Nogueira, 2018; Assunção, 2018; Benevides e Nogueira, 2020, Benevides, 2021; Iazzetti, 2021).

Pontua-se, também, que as primeiras ideias desta pesquisa foram inicialmente sistematizadas em meados de 2018 e compuseram o Pré-Projeto de Pesquisa apresentado como requisito à inscrição no processo seletivo ao curso de Mestrado Acadêmico do PPGPS. Naquele período, era possível observar polarizações e tensionamentos explícitos no cenário político brasileiro, caracterizado por crises de legitimidade dos partidos de esquerda e de uma acentuada ascensão de discursos ultraconservadores alinhados ao projeto neoliberal em curso.

Contudo, não fora projetada uma perspectiva tão nefasta para o campo da educação superior pública como se tem apresentado na atualidade, particularmente no que diz respeito ao orçamento direcionado às universidades públicas, incluindo, os recursos destinados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

É notória a radical mudança do cenário da educação superior pública no ano de 2019, açoitada por elevados cortes e contingenciamentos no orçamento. Não há, neste momento, uma projeção de reversão imediata aos dismantelamentos não só no âmbito da Educação, mas também da Ciência e Tecnologia, do Trabalho e Emprego, da Cultura e das políticas da Seguridade Social, com destaque para a Previdência Social, além dos ataques às políticas de Saúde e Assistência Social.

Só no exercício de 2020, último ano de análise desta pesquisa, a Assistência Estudantil da UnB sofreu um corte de R\$2,5 milhões, o que representou uma queda de oito por cento do orçamento direcionado às ações e aos programas de assistência estudantil na universidade. Já em 2021, os repasses para a área foram reduzidos em R\$1,5 milhão em comparação ao ano anterior (ANGELI, 2021).

Santos et al. (2021) apresentam que houve uma estagnação do investimento nos programas de assistência estudantil da UnB, inicialmente, pelas limitações orçamentárias impostas à Educação por meio das medidas governamentais que alteraram a Constituição

Federal de 1988 e estabeleceram um teto de gastos orçamentários com a Emenda Constitucional nº. 95, e; mais recentemente, com os impactos da pandemia da COVID-19, os quais refletiram na execução das políticas de permanência na UnB. As autoras concluem que avanços atingidos em anos anteriores se tornaram demandas reprimidas para os programas da assistência estudantil da UnB na atualidade (SANTOS ET AL., 2021).

A permanência de estudantes LGBTQIA+ na universidade apresenta outro revés comprometedor: a desassistência da família no momento em que a pessoa LGBTQIA+ passa a expressar a identidade de gênero e a orientação sexual para o núcleo familiar e para a sociedade, movimento sinalizado na literatura como a ação de “sair do armário” ou *coming out* (Alves e Moniz, 2015). De supostamente protetoras, as famílias passam, em muitas situações, a condição de violadoras das entes LGBTQIA+ e de seus direitos.

Neste contexto, mesmo com recursos estatais sendo envidados para propiciar um acesso mais democrático aos cursos de graduação e pós-graduação nas universidades públicas brasileiras, as ações para garantir a permanência e a diplomação de estudantes LGBTQIA+ mostram-se, ainda, mínimas e insuficientes.

Cabe observar que o Estado brasileiro se apresenta dinâmico e contraditório historicamente, sendo também omissivo e negligente à promoção de pautas e de políticas para o respeito à cidadania das pessoas LGBTQIA+, cujas esferas legislativa e executiva brasileiras ganham destaque na violação dos direitos de pessoas além da cisheteronormatividade (RIOS, 2011; QUINALHA, 2018).

Repensar estratégias para garantir direitos a um público em constante violência e violação de direitos, inclusive nas instituições de ensino superior (IES), faz-se necessária à medida que o Estado brasileiro se desresponsabiliza de seu dever, carente de legislações, instituições, políticas e de uma cultura capazes de assegurar condições de cidadania a estas pessoas.

Diante deste contexto, o objeto de estudo foram as práticas profissionais e de gestão próprias às ações de permanência universitária no âmbito do Decanato de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília especificamente direcionadas a estudantes LGBTQIA+, dos cursos de graduação e pós-graduação, que estiveram com os vínculos familiares rompidos em virtude das lgbtqia+fobias, entre os anos de 2017 e 2020.

Com esta pesquisa, pretendeu-se aprofundar a compreensão de categorias como as LGBTQIA+fobias (ou as homotransfobias) no âmbito institucional de uma universidade, a permanência e a assistência estudantil no campo da educação superior.

Com base na delimitação do objeto de estudo, estabeleceu-se como objetivo geral da pesquisa *analisar em que medida as práticas profissionais e de gestão no âmbito do DAC são direcionadas a estudantes LGBTQIA+ da UnB, em situação de rompimento dos vínculos familiares em virtude das lgbtqia+fobias.*

E como objetivos específicos, elencou-se os seguintes:

- i. descrever as ações intersetoriais promovidas pelas diretorias vinculadas ao DAC voltadas à permanência das estudantes LGBTQIA+ da UnB, em situação de rompimento dos vínculos familiares em virtude das *lgbtqia+fobia*;
- ii. levantar e apresentar o perfil identitário⁴ e socioeconômico das estudantes LGBTQIA+, em situação de rompimento dos vínculos familiares em virtude das *lgbtqia+fobias*, participantes do Programa de Atenção à Diversidade (PADiv), entre os anos 2017 e 2020, e;
- iii. analisar as respostas institucionais das gestões e das equipes de profissionais do DAC, e das diretorias a ele vinculadas, a estudantes LGBTQIA+ da UnB, em situação de rompimento dos vínculos familiares em virtude das *lgbtqia+fobias*.

Como pressuposto de pesquisa, levantou-se como fio condutor deste estudo que as práticas profissionais e de gestão no âmbito do DAC da UnB podem ser direcionadas a estudantes LGBTQIA+, em situação de rompimento dos vínculos familiares, em uma perspectiva cisheterossexista (patriarcal), *lgbtqia+fóbica* e racista que mais reforçam discriminações do que potencializam a proteção à condição de permanência destas pessoas na universidade, uma vez que se entende como hipótese de pesquisa em ciências humanas e aplicadas a afirmação primária sustentada em observações às literaturas já estudadas e que atravessam o tema sobre violências às pessoas LGBTQIA+ em instituições, no caso em particular, em uma universidade pública.

As lutas por direitos sociais e por condições de cidadania na perspectiva de Barbalet (1989) em crítica a Marshal (1967) – a que mulheres, negras e negros, indígenas e LGBTQIA+ na realidade brasileira têm resistido e lutado coletivamente – podem estar limitadas ao sistema

⁴ Caracterizado por meio da autodeclaração sobre sexo/gênero, raça/etnia, renda *per capita* e orientação da sexualidade de estudantes LGBTQIA+ assistidas pela Diretoria da Diversidade do DAC/UnB entre 2017 e 2020.

de reprodução da sociedade capitalista e, inclusive, realimentar modelos de exploração e opressão.

Ellen Wood (2006) afirma ser o capitalismo indiferente às identidades sociais das pessoas que oprime e explora, e que, apesar de ser capaz de obter vantagens sobre o racismo e o sexismo, o capital não penderia estruturalmente para as desigualdades de raça e de gênero, mas que, ao contrário, seriam “eles que escondem as realidades estruturais do sistema capitalista e dividem a classe trabalhadora” (WOOD, 2006, p. 229).

Embora o pensamento da autora supracitada esteja alinhado a um movimento tradicionalmente crítico e contributivo aos debates favoráveis à classe trabalhadora, não se pode compartilhar de toda sua afirmação, sobretudo porque ela parece ter ignorado que há modelos de opressão e de exploração anteriores ao capitalismo e que foram e ainda são sistematicamente utilizados para impulsionar sua perpetuação. Neste sentido, compreende-se, neste estudo, que a superação da sociedade de classes por meio do fim da exploração do trabalho de uma classe sobre a outra não possibilitará a imediata superação do racismo, do patriarcado e, conseqüentemente, das lgbtqia+fobias.

Já nos âmbitos pessoal e profissional, o estudante pesquisador, com formação em Serviço Social, compõe atualmente equipe de um serviço no âmbito administrativo da Universidade de Brasília (UnB) que assiste cotidianamente estudantes LGBTQIA+ em situação de violência, violação de direitos e com agravos à saúde biopsicossocial em virtude do preconceito e das discriminações, pessoas as quais manifestam elevada condição de sofrimento e que apresentam riscos à permanência na universidade.

Como assistente social, o profissional e estudante-pesquisador, vê-se interpelado a dar respostas ao público usuário do serviço, à equipe de trabalho e à instituição que, quando acionada, pode responder de forma discriminatória, acentuando violências e violações de direitos em âmbito institucional, por vezes com caráter cis-heterossexista (patriarcal), racista e lgbtqia+fóbico.

A subjetividade do sujeito profissional e pesquisador, que se vê nos processos de mediação cotidiana da prática profissional, também foi objeto de motivação para a idealização do projeto de pesquisa que deu subsídios a esta dissertação, pois se considerou o histórico de um homem cisgênero, de cor branca, *gay*, servidor público com estabilidade profissional, mas que foi participante de um Programa de Assistência Estudantil – Programa Bolsa Alimentação no Restaurante Universitário da UnB – durante a graduação em Serviço Social (2007 a 2011),

momento em que esteve condicionado ao “armário” por acreditar, à época, que teria mais condições de alcançar a diplomação.

Para além destas aproximações introdutórias, a dissertação apresenta campo específico sobre o método e a metodologia de análise da pesquisa, seguido de três capítulos centrais onde se procurou aprofundar conceituações e categorias teóricas relacionadas às lgbtqia+fobias, à permanência e assistência estudantil ampliadas e, às práticas profissionais e de gestão da UnB direcionadas especificamente às estudantes LGBTQIA+ vítimas de lgbtqia+fobias. Ao final, apresentam-se as considerações finais (e inacabadas) ao presente estudo, as referências bibliográficas e os documentos e instrumentos, respectivamente, apensados e anexados, elementos esses essenciais à pesquisa exploratória de caráter qualitativo.

MÉTODO E METODOLOGIA

“...Me ensino a ter paciência, ciência
Que instiga o meu eu...”

[Liniker e os Caramelows – 2016]

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio do método histórico crítico-dialético, e se considerou as perspectivas da interseccionalidade e da consubstancialidade (CRENSHAW, 2012; HIRATA e KERGOAT, 2007) das opressões de sexo/gênero, raça/etnia, sexualidade e classe social às quais sintetizam condições de exploração e opressão de pessoas LGBTQIA+ também no contexto da Universidade de Brasília.

Ao longo do primeiro período/ano do curso de Mestrado – 2019, particularmente pela participação às aulas das disciplinas *Relações Sociais de Sexo/Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade* e *Capitalismo, Trabalho e Questão Social*, cursadas respectivamente nos semestres 2019/1 e 2019/2, observou-se particularidades nas concepções sobre as perspectivas de análise da interseccionalidade e da consubstancialidade, inclusive, do método analítico que endossa cada uma delas.

O debate está mais polarizado entre as feministas negras norte-americanas e as feministas brancas materialistas francesas. Em um primeiro momento – até a submissão do projeto de pesquisa à Banca de Qualificação – realizada em maio de 2020, optou-se por não problematizar tal discussão, mas esta disputa de conceituações foi estudada mais detalhadamente durante as fases de pesquisa e de escrita desta dissertação.

À Banca de Qualificação, pretendeu-se apresentar às docentes avaliadoras o dilema e a complexidade em se desejar utilizar, por uma posição política, um conceito mais alinhado ao método materialista-histórico-dialético – no caso a perspectiva da consubstancialidade –, mas, ao mesmo tempo, de também desejar comunicar com pessoas LGBTQIA+ que pesquisam e disputam espaços políticos apropriadas e apoiadas na ferramenta analítica da interseccionalidade. Na época, compreendeu-se que a perspectiva interseccional poderia não apresentar marcadores estanques ou pré-definidos de análise, como se se limitassem a análises direcionadas à inter-relação de raça/etnia, classe social, origem/naturalidade, orientação sexual, deficiência ou condição corporal e ao gênero, mas, e também, às diversas condições e

experiências de vida, como a maternidade, os agravos à saúde, a condição de empregabilidade, de encarceramento, entre outras. Ambas as categorias analíticas descritas aqui necessariamente foram utilizadas considerando-se a *classe social* na imbricação das dominações, explorações, opressões e expropriações das pessoas LGBTQIA+.

Desta forma, compreende-se a interseccionalidade e a consubstancialidade como ferramentas metodológicas sinônimas em suas potencialidades, ainda que suas origens e métodos advenham de construções teóricas distintas e particulares, às quais podem ser nomeadas e correlacionadas pelo materialismo histórico dialético, pela epistemologia feminista negra ou pela epistemologia feminista negra e decolonial. Optou-se, assim, por considerar convergências que são possíveis de serem localizadas em pensadoras de diferentes correntes teóricas, às quais reconhecem as matrizes de opressões do patriarcado, do racismo e do capitalismo intimamente relacionadas e imbricadas (SAFFIOTI, 1987; CRENSHAW, 2012; CURIEL, 2014; COLLINS, 2017; CISNE, 2018; CISNE e SANTOS, 2018; AKOTIRENE, 2019).

Saffioti (1987) se debruçou sobre a inter-relação das três principais estruturas de exploração e de dominação que subordinam mulheres e pessoas negras ao domínio dos homens os quais detêm o poder e usufruem dos privilégios advindos desta relação: patriarcado-racismo-capitalismo. Decorrentes desta perspectiva, os trabalhos de Cisne e Santos (2018), Nogueira (2018) e Almeida (2018) são de fundamental relevância na contemporaneidade.

Mirla Cisne e Silvana Mara Morais dos Santos (2018) fundamentam suas análises nas premissas do método materialista-histórico-dialético. As autoras apresentam as relações sociais de sexo (gênero), raça (com direcionamento à população negra brasileira), sexualidade e classe e apontam as contradições e os antagonismos que forjam as relações sociais e estruturam o modelo cis-heteropatriarcal-racista-capitalista na particularidade brasileira e na totalidade mundial. Tal concepção segue a leitura de Heleieth Saffioti (1987) sobre o modelo simbiótico de dominação/opressão/exploração patriarcado-racismo-capitalismo.

Pautadas na perspectiva de inspiração feminista materialista, Cisne e Santos (2018) apresentam a crítica das feministas marxistas à noção de "gênero" elegendo a categoria "sexo" como histórica para qualificar *sujeitos* em um contexto social. As particularidades e refrações da questão social também são analisadas pelas autoras, que mostram como o patriarcado, o racismo e o [cis-]⁵ heterossexismo imbricados intensificam a opressão e a exploração de

⁵ Acréscimo nosso.

mulheres (cis e trans), travestis, homens (cis e trans) e, ainda, reforçam resistências e violências às pessoas trans não-binárias.

Para pensar a diversidade humana, as autoras partem da afirmação do trabalho como categoria que articula dialeticamente as dimensões de objetividade e subjetividade, possibilitando o entendimento “do indivíduo social”⁶ como processualidade histórica, que só existe em uma dada sociabilidade e se desenvolve no decurso da divisão social do trabalho. Observa-se, neste contexto, a relevância do pensamento de Gyorgy Lukács sobre a ontologia do ser social. As autoras consideram que a "diversidade humana articula-se à concepção de *indivíduo* social como uma característica própria da individuação" (CISNE e SANTOS, 2018, p. 28, grifo nosso) e, que, "considerar *o indivíduo* como *um ser* diverso não significa necessariamente fragmentá-lo em dimensões, partes e marcadores, ou destituí-lo das determinações classistas e isolá-lo da vida social" (*idem*, grifo nosso).

Estas considerações são relevantes para a elaboração de serviços, programas e políticas sociais que se proponham a observar e a considerar a consubstancialidade ou a interseccionalidade das condições de opressão, exploração e expropriação em virtude do sexo/gênero, da raça/etnia, da classe social e das sexualidades, inclusive em instituições universitárias que mediam práticas profissionais no âmbito das ações de permanência universitária e de assistência estudantil.

Assim, Cisne e Santos (2018) são críticas às teorias pós-estruturalistas e argumentam que tais "fundamentos teórico-metodológicos [...] redundam na concepção abstrata e idealista de *indivíduo enclausurado* como mera autoconsciência, *visto* de forma apartada ou mecanicamente *relacionado* com a sociedade [...]; que promovem a aceitação da perenidade da sociabilidade capitalista]" (*idem*, p.30, grifo nosso). Há, portanto, um projeto de sociedade idealizado e defendido na materialidade atual das relações, daí sua importante contribuição ao Serviço Social e aos princípios que apontam para uma ordem societária que supere o modelo hegemônico atualmente posto.

São também questões de suma importância os debates correlacionais da ideologia patriarcal que reforçam a reprodução do modelo de família cis-heteropatriarcal-monogâmica, a histórica divisão sexual e racial do trabalho e sua hierarquização até os dias atuais e as

⁶ Redação própria das autoras.

expressivas formas de violência e de violações de direitos em virtude do racismo, do patriarcado e das lgbtqia+fobias.

Sustentada nestas perspectivas e na compreensão e mediação das categorias totalidade, contradição, historicidade e teleologia, a análise de dados desta pesquisa foi direcionada pela abordagem qualitativa de caráter exploratório.

A pesquisa exploratória pretende explorar e analisar um problema com a finalidade de alcançar sua compreensão, assim como identificar a opinião das participantes da pesquisa mediante o relato de suas experiências passadas e presentes, sem a necessidade de transpor os resultados encontrados de forma estatística, numérica ou quantitativa, mas sim, de relacionar o objeto de estudo com a compreensão de *sujeitos* partícipes da pesquisa (SKINNER ET AL., 2000 *apud* BRUCHÊZ ET AL, 2015).

Creswell (2010) argumenta, também, que a perspectiva qualitativa nos possibilita estabelecer um contato aproximado entre *sujeito* e objeto, viabilizando a coleta de dados por meio da linguagem e valorizando informações subjetivas de caráter interpretativo e não quantificáveis. Portanto, a coleta e análise dos dados não está baseada em quantificar e sim em analisar e descrever o fenômeno em sua forma mais complexa.

Instrumentos e técnicas, contudo, não se resumem ao método, nem este àqueles. O método é a totalidade, presente na unidade do concreto mediante sobreposições entre a aparência e a essência do fenômeno, do plano ideal, dos instrumentos e de quem pesquisa. (NETTO, 2012).

Compreende-se que o método histórico-materialista-dialético se faz relevante à medida que oferece mediações possíveis no plano da realidade e da teleologia projetada para o alcance da prática, da ação pensada, da *práxis*. Outras categorias de análise próprias ao presente método, como a historicidade, a mediação e a contradição são oportunas para analisar o fenômeno sobre o objeto deste estudo com as determinações históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade maior na qual ele se manifesta; manifestações estas que não se equivalem a real essência de suas origens e causas e que nem sempre se apresentam de forma imediata, mas sim de forma metamorfoseada no plano da aparência (NETO, 2012; SANTOS, 2012).

Inicialmente, realizou-se levantamento bibliográfico sobre a política de educação e de assistência estudantil e sobre o histórico das opressões às pessoas LGBTQIA+ e das lutas deste seguimento por direitos civis no âmbito das políticas sociais, com destaque para o contexto da

educação superior pública brasileira, de modo a identificar a produção intelectual e o estado d'arte acerca desta temática.

Observa-se que uma oficina de formação ministrada pela Biblioteca Central (BCE) da UnB sobre busca a produções científicas em periódicos e demais bases de dados foi realizada em novembro de 2019, momento em que se observou que há uma lacuna na produção acadêmica sobre a permanência de pessoas LGBTQIA+ nas universidades, sejam estas instituições públicas ou privadas.

Além disso, realizou-se incursões, entre junho e agosto de 2020, em cursos de formação complementar direcionados a pautas do Movimento e das pessoas LGBTQIA+, ocasiões onde se pôde ter contato com referências bibliográficas relevantes ao tema deste estudo. Os cursos foram “Cidadania LGBTI+, Participação Social e Políticas Públicas”, “Marx, Engels e os Direitos Humanos”, “Marxismo, Mulheres e Questão Racial” e “LGBTI+ e Marxismo”.

O curso Cidadania LGBTI+, Participação Social e Políticas Públicas foi realizado mediante consórcio promovido entre as entidades Aliança Nacional LGBTI+, Grupo Arco-Íris, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o Centro de Memória LGBTI João Antônio Mascarenhas. As aulas totalizaram 120 horas e foram ministradas entre 05 de junho e 1º de agosto de 2020, via plataforma *Moodle* da FURG⁷ e por meio de reuniões semanais coletivas nas plataformas *Google Meet* e *YouTube*, por pesquisadoras e pesquisadores expoentes nos temas sobre política pública, orçamento, governo, Estado, sociedade civil, cidadania LGBTI+, *accountability*, controle social e avaliação de políticas públicas, tais como Jaqueline Gomes de Jesus, Treyce Ellen Goulart, Márcio Caetano, Cláudio Nascimento, Márcio Saraiva, Claudiney Silvestre e Amanda Motta Castro.

O curso Marx, Engels e os Direitos Humanos foi ministrado pelo professor Daniel Araújo Valença – vinculado à graduação e ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). As aulas foram realizadas via plataforma *Zoom* com transmissão para o *YouTube* (Canal Daniel Valença⁸), entre os dias 08 de junho e 09 de julho de 2020. O curso foi formado por seis aulas síncronas de aproximadamente duas horas, totalizando 12 horas, e abordou temas como os legados de Karl Marx e de Friedrich Engels para a crítica aos direitos humanos, a Teoria Social Marxiana, o

⁷ Disponível em: <http://www.moodle.sead.furg.br/course/index.php?categoryid=1491>. Acesso em 30.03.2022.

⁸ Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PL9LYJGN4ipIY6DJY_YSMECgv_a71yMjOt. Acesso em 30.03.2022.

protagonismo da classe proletária, o direito, o capital, o comunismo, a emancipação política e a emancipação humana.

O curso *Marxismo, Mulheres e Questão Racial* foi realizado mediante a exposição de duas aulas síncronas, nos dias 10 e 13 de agosto de 2020, por meio das plataformas *Zoom* e *YouTube*⁹, ministradas pelas professoras Rayane Cristina de Andrade Gomes e Mirla Cisne, com mediação do professor Daniel Araújo Valença. As aulas apresentaram perspectivas do movimento feminista com inspiração na Teoria Marxista, e abordou temas como a produção intelectual das feministas materialistas e do feminismo negro brasileiro, considerando-se a imbricação entre patriarcado, racismo e capitalismo na reprodução de opressões às mulheres.

Já o curso *LGBTI+ e Marxismo* foi elaborado pela Escola Marx da Revista Movimento e ministrado entre os dias 19 de agosto e 16 de setembro de 2020 por meio de cinco aulas síncronas, por pessoas estudiosas e militantes do Movimento LGBTQIA+, como Renan Quinalha, Terry Conway, Fábio Felix, Tamires Arantes, Valdenízia Bento Peixoto, Luciana Genro, Maíra Mee, Nathalie Drumond, Tati Ribeiro, Guilherme Gomes Ferreira, Sara Azevedo, Lucas Bulgarelli e Erika Hilton. As aulas semanais foram transmitidas por meio da plataforma *YouTube* (Canal da Revista Movimento¹⁰) e abordaram temas como a família, a propriedade privada e o Estado na reprodução das lgbtqia+fobias, o trabalho e a reprodução social, a precarização da vida das pessoas LGBTQIA+ no interior da classe trabalhadora e as pessoas LGBTQIA+ como sujeitos sociais da revolução.

Além destes cursos, aulas introdutórias ministradas pela Professora Helena Vieira, com foco nas discussões sobre gênero e sexualidade, foram acompanhadas mediante a plataforma *YouTube* (Canal Pausa para o Fim do Mundo), entre 2021 e 2022, tais como *A Invenção da Heterossexualidade*¹¹, *Resolvendo Problemas de Gênero*¹² e *Introdução à História dos Feminismos*¹³.

A imersão nestes espaços de formação foi de fundamental importância para a absorção de pensamentos e de referências bibliográficas acerca da pluralidade de gêneros e de orientações sexuais, assim como para o acirramento de disputas em relação ao status de

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AamS3ODCnIY&t=277s> e <https://www.youtube.com/watch?v=MFJS3s4IJR4&t=195s>. Acessos em 30.03.2022.

¹⁰ Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PL6Uu1ciicDuO38_hWFjQJfk3UykKvmmEE. Acesso em: 30.03.2022.

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mt2dbhRYAE4>. Acesso em: 26.01.2021.

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h-eDyu5ml1c&t=149s>. Acesso em 29.01.2022.

¹³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Xj_Ic9Jp--4. Acesso em: 23.02.2022.

cidadania e do estabelecimento de violências institucionais históricas às vidas que (r)existem para além da cisheteronorma.

Deste modo, após levantamento bibliográfico para identificar o estado d'arte acerca da produção literária às pessoas LGBTQIA+ de forma ampla, realizou-se um levantamento documental no âmbito da UnB, dividido em dois momentos:

- i. pesquisa exploratória, realizada no segundo semestre de 2020, constituída por levantamento de documentos, tais como atas de reuniões, atos administrativos, relatórios institucionais e resoluções nos domínios do DAC/UnB, disponíveis no sítio eletrônico da UnB, com a finalidade de mapear e melhor caracterizar as estruturas institucionais do Decanato de Assuntos Comunitários da UnB e, mais particularmente, das diretorias e coordenações a ele vinculadas, a saber: Diretoria da Diversidade (DIV), Diretoria de Acessibilidade (DACES), Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária (DASU), Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), Diretoria de Esporte e Atividades Comunitárias (DEAC), Diretoria do Restaurante Universitário (DRU) e Casa *do* Estudante *Universitário*¹⁴ (CEU).
- ii. levantamento de dados, realizado no primeiro semestre de 2021, advindos de atendimentos a estudantes LGBTQIA+ que participaram do Programa de Atenção à Diversidade (PADiv) entre os anos 2017 e 2020. Esta coleta de dados teve como finalidade conhecer e apresentar o perfil identitário (por meio das autodeclarações de sexo/gênero, raça/etnia, orientação da sexualidade e idade) e socioeconômico (renda *per capita*) de estudantes LGBTQIA+ participantes das ações intersetoriais desenvolvidas pelas equipes da DIV, DDS e DRU do DAC/UnB, entre os anos 2017 e 2020.

O recorte de público foi observado por meio de solicitação ao número total de registros de estudantes participantes do Programa de Atenção à Diversidade (PADiv) no âmbito da DIV/DAC até dezembro de 2020.

Em um terceiro momento – a pesquisa se concentrou na aplicação de questionários às gestoras e às profissionais que compõem ou compuseram as equipes de trabalho do DAC e respectivas diretorias e coordenações. Considerando-se a necessidade de se estabelecer uma

¹⁴ Grifos nossos.

amostra não probabilística por conveniência¹⁵ de profissionais e o tempo hábil para a conclusão desta pesquisa, buscou-se por estratégia:

- aplicar questionário¹⁶ mediante acesso virtual na internet (*on-line*) a profissionais de diferentes especialidades e formações (assistentes sociais, psicólogas, pedagogas e técnicas em assuntos educacionais, entre outras formações) diretamente envolvidas com a assistência a estudantes LGBTQIA+ na UnB, as quais constituem ou constituíram as equipes de trabalho na esfera do DAC. Aqui, esperou-se que fosse possível observar perspectivas de profissionais de distintas áreas sobre as potencialidades e as limitações da instituição acerca da permanência de estudantes LGBTQIA+ na UnB, particularmente que estiveram em situação de rompimento dos vínculos familiares;
- o questionário *on-line* foi elaborado com 60 perguntas distribuídas entre formas abertas e fechadas de respostas possíveis mediante a Plataforma *Google Formulários*, e disponibilizado para preenchimento, em um primeiro momento, entre os dias 12 de abril e 1º de maio de 2021, sendo compartilhado com contatos pessoais e grupos de servidoras e servidores com lotação nas unidades do DAC, por meio dos aplicativos *WhatsApp* e *Telegram*. Neste primeiro intervalo de tempo, 24 (vinte e quatro) respostas ao questionário foram recebidas na íntegra.
- novamente, entre os dias 27 de setembro e 06 de outubro de 2021, ampliou-se o prazo para recebimento de respostas e a segunda aplicação do questionário foi encaminhada, mediante o envio de *e-mails*, a todas as servidoras e a todos os servidores com vínculos às unidades do DAC. Desta segunda investida, obteve-se um total de novas 6 (seis) participações completas ao preenchimento do questionário. Todas as pessoas respondentes ao questionário estiveram ou estão vinculadas às equipes técnicas do DAC entre os anos 2017 e 2020.

Assim, foram recepcionadas um total de 30 (trinta) respostas ao questionário. Contudo, observou-se que duas pessoas responderam ao instrumento por duas vezes nos períodos em que

¹⁵ Conforme apresentado por Bleicher (2015) uma amostra não probabilística por conveniência pode se caracterizar pelo fato de a “escolha dos sujeitos ser feita por critérios determinados, sem o uso de um instrumento estatístico, sendo o elemento pesquisado selecionado por estar acessível e disponível no local e momento em que a pesquisa se realiza” (BLEICHER, 2015, p. 156). Fundamentada em diversas fontes, a pesquisadora acrescenta que “amostras não probabilísticas por conveniência são adequadas para pesquisas classificadas como qualitativas e exploratórias que, no momento da aplicação do instrumento, encontram-se em um estágio intermediário e não conclusivo, no qual são necessários subsídios para a geração de ideias, hipóteses e *insights*” (*ibidem*). A pesquisa em tela apresentou alinhamento com tais características ao longo dos períodos de aplicação do instrumental questionário.

¹⁶ Versão pensada ao final desta dissertação, à página 139.

ele ficou disponível, razão pela qual a segunda participação de cada pessoa foi excluída da contagem de dados a fim de se evitar duplicidade na análise e algum tipo de viés aos dados colhidos.

Salienta-se que, para os critérios de inclusão relativos à aplicação do questionário, a participante respondente ao instrumento precisou:

- compor ou ter composto equipe de trabalho no âmbito do DAC ou em uma de suas diretorias ou coordenações, entre 2017 e 2020;
- ter aceitado responder ao questionário voluntariamente, mediante acordo firmado pelo Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁷, e;
- ter tido acesso à rede mundial de computadores durante o período em que o questionário ficou disponível para preenchimento, a saber, entre os períodos de 12/04/2021 a 1º/05/2021 e 27/09/2021 a 06/10/2021.

Acrescenta-se que a aplicação do instrumental questionário se mostrou oportuna por ter, nos períodos compreendidos para a realização da pesquisa, o potencial de maior alcance ao público elegível a responder ao instrumento, uma vez que se tratou de alcançar profissionais de unidades organizacionais de um gabinete do Decanato, seis diretorias, tendo algumas de suas coordenações e serviços capilaridade em quatro *campi* universitários distintos e geograficamente distantes um dos outros. Soma-se aos motivos pela adesão a esta estratégia e ferramenta o fato de as avaliadoras na ocasião da Banca de Qualificação terem sugerido ao pesquisador que a pesquisa pudesse abranger todas as unidades do DAC, e não apenas três das diretorias inicialmente escolhidas: DIV, DDS e DRU, unidades estas diretamente relacionadas com as ações previstas no Programa de Atenção à Diversidade (PADiv). Acredita-se que tal instrumento viabilizou, ainda, uma participação mais cômoda e possível às participantes e ao pesquisador que se encontravam em isolamento e distanciamento sociais, em trabalho remoto majoritariamente realizado em âmbito doméstico, em virtude da pandemia de COVID-19.

Relevante destacar, ainda, que as questões éticas requerem atenção em pesquisas que envolvam seres humanos, incluindo *o sujeito pesquisador*, conforme pontua Creswell (2010). Desta forma, o projeto de pesquisa intitulado *Práticas Profissionais e de Gestão para as diversidades de Gênero e de Sexualidade na Educação Superior: contradições das ações de permanência a estudantes LGBTI+ na UnB*, qualificado em maio de 2020, foi submetido ao

¹⁷ Documento apensado à página 136 da dissertação.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) via Plataforma Brasil, em 18 de setembro de 2020, tendo sido aprovado por parecer técnico de número 4.406.747¹⁸. Cabe destacar que os instrumentais de coleta de dados e a publicação das informações levantadas e aqui publicadas garantiram o anonimato das pessoas participantes da pesquisa.

Diante da problematização apresentada até aqui, questiona-se: “*A UnB saiu do armário?*” Ou, mais especificamente, a Universidade de Brasília, por meio das equipes de profissionais e dos cargos de gestão na estrutura organizacional do Decanato de Assuntos Comunitários, tem promovido ações de permanência e de assistência estudantil a estudantes LGBTQIA+, sobretudo em situação de rompimento dos vínculos familiares em virtude das lgbtqia+fobias?

¹⁸ Documento anexado à página 146 da dissertação.

CAPÍTULO I – LGBTQIA+fobias: violências institucionais

“...*Tanta dor rouba a nossa voz
sabe o que resta de nóiz?*”

[Emicida *apud* Majur e Pablio Vittar – 2019]

As LGBTQIA+fobias estão para além de “pragas cristãs”. Conforme aponta Mott (2016), as expressões do amor e do comportamento homossexuais têm sido lançadas aos âmbitos dos crimes hediondos, do pecado abominável, do silenciamento sobre existências plurais, seja na cultura ou nas instituições que compõem a sociedade, e que atingem as mesmas pessoas LGBTQIA+ para a reprodução de preconceitos e discriminações contra a própria diversidade de identidades de gêneros e de orientações sexuais não hegemônica.

Nos últimos quatro mil anos, nas diferentes civilizações que serviram de matriz à cultura ocidental, e na nossa própria sociedade, a homossexualidade foi rotulada por diversos nomes atrozes que refletem o alto grau de reprovação associado a esta *performance* erótica: abominação, crime contra a natureza, pecado nefando, vício dos bugres, abominável pecado de sodomia, velhacaria, descaração, desvio, doença, viadagem, frescura etc. E os homossexuais e transgêneros – mais os do sexo masculino do que as lésbicas – foram condenados a diferentes penas de morte: apedrejados, segundo a Lei Judaica; decapitados, por ordem do Imperador Constantino a partir de 342 d.C.; enforcados, afogados ou queimados nas fogueiras da Inquisição, durante a Idade Média e até os tempos modernos; despedaçados na boca de um canhão, como ocorreu com um índio Tibira no Maranhão colonial, executado por ordem dos missionários capuchinhos; queimados pelos nazistas nos campos de concentração. Hoje¹⁹, no Brasil, a cada 28 horas, um *gay*, [uma] travesti, transexual ou lésbica é brutalmente assassinado, vítima da *lgbtfobia* – este ódio irracional à diversidade sexual, fazendo de nosso país o campeão mundial destes crimes de ódio sexual: 5.266 assassinatos nas três últimas décadas (MOTT, 2016, p. 67).

Publicações da Associação Brasileira de Travestis e Transexuais (ANTRA) apresentam que o Brasil permanece como o país que mais assassinou pessoas trans no mundo entre os anos de 2009 a 2021. Só no ano de 2020, 152 mortes de pessoas trans em virtude de suas identidades e expressões de gênero foram contabilizadas, assegurando ao Brasil o primeiro lugar no *ranking* dos assassinatos de pessoas trans no mundo. As autoras e organizadoras das publicações atentam-nos, ainda, para a preocupante subnotificação e ausência de dados estatais, uma vez que não há nos sistemas de segurança pública e de saúde do país, um canal de notificação dos

¹⁹ Dados de 2016.

índices de violência às pessoas LGBTQIA+ em âmbito nacional (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021; BENEVIDES e NOGUEIRA, 2022).

Já o observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil, referente ao exercício de 2020, aponta a ocorrência de 237 mortes violentas de LGBTQIA+ naquele ano, qualificadas em 224 homicídios – 94,5% – e treze suicídios – 5,5% (GASTALDI ET AL., 2021).

Diante do sintético histórico supracitado sobre as expressões das lgbtqia+fobias, este capítulo tem como objetivo apresentar contextualizações sobre um dos fenômenos que mais discriminam determinada parcela política da sociedade, a ponto de, em muitos contextos históricos e geográficos, as LGBTQIA+fobias terem sido qualificadas como crimes hediondos nos sistemas de justiça, pecado abominável nas esferas religiosas, sobretudo nas de matrizes abraâmicas – judaísmo, cristianismo e islamismo –, no auto preconceito que castra potencialidades mediante frustrações, aversão, medo, impotência, vergonha, autoflagelo, ideações e tentativas de suicídio, suicídio e assassinatos a outras vidas LGBTQIA+, opressões domésticas e familiares, silenciamento do tema em canais que poderiam e deveriam dar a devida publicidade, destacando-o como uma questão de menor interesse, mesmo nas Ciências Sociais, Humanas e da Vida, na Saúde e na Medicina, na Psiquiatria, nos Estados e nas gestões de governos estabelecidas, inclusive, na agenda de Direitos Humanos das civilizações aparentemente mais progressistas, na própria comunidade e no próprio movimento LGBTQIA+ organizados.

Antes, contudo, é importante elucidar sobre a diversidade humana na pluralidade de corpos, comportamentos, relações de gênero e expressões de sexualidades não hegemônicas que estiveram e estão em constante disputas por projetos societários.

1.1. Gênero e sexualidade na diversidade humana

A diversidade humana é permeada por diferenças que posicionam pessoas como seres sociais e políticos. Na contemporaneidade, em virtude de especificidades como sexo, gênero, raça, etnia, sexualidade, origem, classe social, entre outras características que possam denotar identidade, as pessoas estão localizadas em condições assimétricas no âmbito das relações sociais. Para Kathryn Woodward, a identidade é relacional e será marcada pela diferença sustentada pela exclusão (WOODWARD, 2000, p. 09).

Ao longo da História, grupos de pessoas reproduziram ideologias e modos de vida que se tornaram dominantes em relação a outros, dimensionando padrões para marcações em relação, por exemplo, a binariedade dos corpos, o que deixou à margem pessoas que não correspondiam às determinações construídas como masculinas ou femininas nas sociabilidades hegemônicas.

Pode-se entender por sexo a construção sobre características que denotam a masculinidade e a feminilidade com base nos aparelhos reprodutores (gônadas, ovários, útero, vagina, escroto, testículo, pênis...) próprios do que se convencionou observar em machos e fêmeas, reforçando-se o paradigma binário dos gêneros sobre seres humanos. Não se considera, comumente, a diversidade de corpos e de pessoas intersexo – que podem apresentar tais características cromossômicas, físicas, genéticas, gonodais e hormonais ambíguas ou não aparentar no plano dos fenótipos.

Ao passo do estabelecimento de marcações sobre as diferenças das características físicas, particularmente do binarismo de sexo “macho” e “fêmea”, ideologias foram construídas para tentar dar substância à construção social de mulheres e homens ao longo de determinados tempos históricos, o que não foi comum a todas as formas de organização social. Contudo, com o advento do patriarcado²⁰, seres humanos com marcações físicas mais direcionadas ao corpo de macho passaram a ser determinados, na ocasião do nascimento ou em algum momento próximo à puberdade, como homens, e; de forma semelhante, espelhada, demais seres humanos com características físicas entendidas como corpo de fêmea, passaram a ser determinadas socialmente como mulheres.

As construções sociais dos gêneros binários homem e mulher não decorrem, contudo, da única expressão das características físicas de seus corpos, mas, também, das potencialidades psicológicas, sociais, culturais e, inclusive, econômicas de cada pessoa como, também, dos grupos relacionados a ela – tais como a família, a comunidade e a sociedade. Desta forma, há pessoas que podem ser identificadas como cisgêneros, quando se observa que as características corporais próprias às genitálias e aos aparelhos reprodutores correspondem à expectativa de construção de gênero que a sociedade espera daquela pessoa. Caso contrário, observar-se-á experiências de pessoas identificadas transgêneros – compreendidas aqui como pessoas que

²⁰ Cabe observar que a categoria *patriarcado* necessita ser localizada historicamente, pois nem sempre foi utilizada com o significado atribuído pelo movimento de mulheres feministas que reivindicam condições de igualdade nas relações social (HIRATA ET AL, 2009). Neste estudo, entende-se por *patriarcado*, a violência sexista institucionalizada que hierarquiza, oprime, explora e subordina mulheres e demais sociabilidades femininas aos homens (hooks, 2018), estes particularmente cisgêneros.

“transpassam” à determinação de gênero imposta a elas na ocasião do nascimento, em virtude de sua subjetividade de gênero não corresponder à expectativa idealizada pelo conjunto social dominante (JESUS, 2012). Assim, construções sociais sobre homens e mulheres cis e trans, como identidades que não correspondem a nenhuma destas determinações sociais binárias, como as experiências de travestis, *queers*, não-binárias, e de algumas pessoas intersexos, entre outras, são exemplos da dimensão da diversidade humana, às quais, ao longo da História, vêm sendo alvo de violências – opressões e explorações – e de apagamentos, por não serem hegemônicas nas narrativas que se apresentam.

Já por orientação sexual, pode-se compreender o desejo, a atração, o afeto, o romantismo e a sexualidade que determinada pessoa (seja ela cis ou trans) irá direcionar a outra. No tempo atual, pela manifestação dos afetos sexuais de pessoas com gêneros binários distintos, tem-se a expressão da heterossexualidade; se por gêneros semelhantes, tem-se a homossexualidade; se não há limitações ao direcionamento do afeto e da sexualidade a determinado gênero binário, observa-se a bissexualidade ou a pansexualidade (JESUS, 2012).

Contudo, ao longo da História, acredita-se que com o advento do patriarcado, do racismo e mais recentemente do capitalismo (SAFFIOTI, 1987), grupos se tornaram hegemônicos e, mediante uma série de instituições, como, a família, a religião, a ciência e outras formas de epistemologias dominantes – impuseram o binarismo de gênero homem e mulher marcados e refletidos apenas nos corpos macho e fêmea, respectivamente; e a heterossexualidade – ou neste caso, o heterossexismo – para determinar e limitar as possibilidades de formas de relações sociais possíveis a serem constituídas nos âmbitos afetivo e sexual.

Na atualidade brasileira, é possível observar um fenômeno antagônico, de aumento da expressão pública da diversidade de gênero e das sexualidades, fruto de muitas lutas dos movimentos feminista e LGBTQIA+, e, ao mesmo tempo, de uma ofensiva conservadora frente a tais expressões, marcadamente machista, sexista e lgbtqia+fóbica – com destaque às lesbofobia e transfobia –, mas que também é racista, particularmente à pluralidade sexual e de gênero das pessoas negras e indígenas do país.

A formação social, cultural, econômica e política brasileira é marcada por um passado colonial que, no presente, está refém do imperialismo dos países do norte global, e por ideologias conservadoras reproduzidas pelas doutrinas judaico-cristãs que oprimiram e oprimem o que não está no âmbito da norma cis-heterossexista. Ainda que entes da sociedade possam se apresentar progressistas, como movimentos sociais, ativistas, artistas, militantes –

inclusive pressionando instituições como o Judiciário brasileiro (RIOS, 2011 e CARRARA, 2015), setores como o Legislativo e o Executivo (sobretudo na atualidade) apresentam-se ultraconservadores e reacionários às vidas LGBTQIA+.

Estas características posicionam o Brasil como um dos países mais violentos do mundo para a (sobre)vivência de pessoas LGBTQIA+, sendo o que mais mata pessoas trans (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021). Assim, uma educação para a promoção das diversidades sexual e de gênero e políticas sociais seletivas para a população LGBTQIA+ se fazem necessárias para o enfrentamento desse cenário.

1.2. Simbiose patriarcado-racismo-capitalismo e o pilar das lgbtqia+fobias

As violências às pessoas LGBTQIA+ na contemporaneidade estão estruturadas de forma multideterminada, mediadas e instituídas histórica, social, econômica, geográfica e culturalmente por e em todas as instituições – das mais primitivas e ditas essenciais à sociedade, como a família, a escola e o Estado – até aquelas mais atualmente estabelecidas, como a *internet*, as redes sociais e as comunidades virtuais.

A lgbtqia+fobia, como variável qualificadora da categoria homofobia, será analisada e posta à crítica neste capítulo, uma vez que o conceito primeiro de homofobia, tal qual fora formulado no início da década de 70 do século XX, já não corresponde à semântica atualmente atribuída à terminologia.

Inicialmente pensada como uma forma de aversão, desprezo, ódio ou medo acerca das expressões, sobretudo públicas das práticas afetivas, românticas e eróticas homossexuais, a homofobia – e melhor apontar a lgbtqia+fobia como qualificadora abrangente às vivências deste fenômeno – demanda ser observada para além de pessoas vítimas e de grupos potencial e conscientemente violentos – lgbtqia+fóbicos – às vidas LGBTQIA+, identificando-se como as entidades sociais, entre elas as universidades, comportam-se diante de um fenômeno comum e presente nas instituições da sociedade.

O professor e pesquisador Marco Aurélio Máximo Prado, em apresentação ao prefácio da versão brasileira da obra “Homofobia – história e crítica de um preconceito”, de autoria de Daniel Borrillo (2010), aponta para a complexidade de se analisar um fenômeno mascarado pela limitação de sua nomeação, cujo silêncio histórico sobre as práticas afetivas e sexuais para

além das reproduzidas pela cisheterossexualidade compulsória as tornaram invisíveis e, quando publicamente observadas, estiveram condenadas aos âmbitos da imoralidade, do pecado e da patologia, pois se faziam e fazem à margem ou opostas à norma hegemônica em voga – binária no gênero e heterossexista no comportamento afetivo-sexual – ainda que não nomeada como heteronorma.

Neste sentido, importante trabalho foi realizado pelo historiador Jonathan Ned Katz (1996) ao localizar o surgimento e o estabelecimento da heterossexualidade na história e de trazer à reflexão as ideologias por traz da norma heterossexista às quais hierarquizaram as relações sociais em todo o globo terrestre, levando vidas LGBTQIA+ a status de indigentes ou a condições incompatíveis com a cidadania constituída em vários países do mundo.

Marco Aurélio Máximo Prado (*in* BORRILLO, 2010) observa que a homofobia é um conceito que “carrega um sem-número de sentidos e fenômenos que ultrapassam a sua descrição conceitual primeira” (*idem*, p. 07), a qual foi cunhada em 1972 “em referência ao medo expresso por heterossexuais de estarem em presença de homossexuais” (*idem*, p. 07). O conceito, contudo, passou a ser questionado e ressignificado na literatura sobre o tema ao longo da história, sobretudo nas últimas décadas.

Borrillo (2010) apresenta os elementos históricos que deram origem e que, ainda hoje, reforçam a concepção da hierarquia nas desigualdades de gêneros, atribuindo à homossexualidade a inferioridade nas relações sociais, onde a heterossexualidade é reproduzida como padrão de normalidade, seja pela lógica do heterossexismo seja pela instituição da homofobia, ou ainda por ambas de forma inter-relacionadas.

Em sua obra, Borrillo (2010) desloca o objeto de análise, que passa do campo das observações, críticas e possíveis condenações sobre a homossexualidade, para o âmbito da análise e da problematização da questão da homofobia, contrapondo-se ao histórico desigual e marginal atribuído à homossexualidade pela norma heterossexual insistentemente reproduzida pelo heterossexismo. De forma semelhante, neste estudo, pretendeu-se direcionar as lupas da investigação não somente para um público passível de sofrer violências e violações de direitos, mas para a instituição e para as pessoas que nela trabalham mediante o exercício das práticas de profissionais e de gestoras e gestores cotidianamente reproduzidas no ambiente universitário.

Borrillo (2010) resgata a historicidade das terminologias e das definições sobre o conceito de homofobia para demonstrar as correntes de pensamento que deram bases para localizar a homossexualidade no âmbito inferior da hierarquia das relações sexuais e sociais. O

autor recupera e descreve as características da *homofobia irracional e da homofobia cognitiva*; define e diferencia a *homofobia geral* da *homofobia específica*; localiza a *homofobia* como pilar do *sexismo* e do *heterossexismo*, e; compara e relaciona as estruturas do *racismo*, da *xenofobia* e do *classismo* às da *homofobia*. O autor traz elementos comparativos entre homofobia e outras formas de opressão e de exploração centralizadas nas relações de gênero, com foco na desigualdade das mulheres em relação aos homens (cisgêneros), na raça (racismo e antissemitismo) e na classe social, e problematiza como estas últimas opressões são ideologicamente rechaçadas nos discursos progressistas atuais, algo que não ocorre, de igual modo, com as lgbtqia+fobias.

Borrillo (2010) também apresenta e problematiza preconceitos e discriminações que submeteram e que ainda submetem pessoas homossexuais a uma posição de inferioridade em relação aos homens heterossexuais (heterossexismo) ao longo da história da Antiguidade, da ascensão das religiões judaica e cristã e da postura da Igreja Católica na contemporaneidade frente à homossexualidade, porém, desmistifica que estes *elementos precursores* estejam restritos ao campo ideológico, mas sim, a um modelo que forja uma estrutura de dominação e de opressão pautada na determinação da heterossexualidade como norma.

Em fins dos anos 80 do século passado, Saffioti (1987) apresentava a inter-relação das três principais estruturas de exploração e de dominação que subordinam mulheres e demais pessoas negras ao domínio dos homens cisgênero brancos os quais detêm o poder e usufruem dos privilégios advindos desta relação simbiótica: patriarcado-racismo-capitalismo.

Na introdução da obra *O Poder do Macho*, Saffioti (1987) localiza o público leitor ao informar que o objetivo da narrativa do livro era de levar à sociedade brasileira discussões, até à época, localizadas no âmbito acadêmico da Sociologia, com a perspectiva de questionar estruturas socialmente construídas que submetem mulheres e demais pessoas negras à situação de dominação e de exploração em relação aos homens brancos, adultos, capitalistas, heterossexuais, cristãos – dominadores estes precisamente qualificados pela autora ao longo da obra (SAFFIOTI, 1987).

A autora resgata a historicidade de exemplos para demonstrar que mulheres e homens cisgêneros não ocupam posições iguais na sociedade brasileira e nem nas demais sociedades capitalistas, e questiona preconceitos e discriminações que submetem mulheres a uma posição de inferioridade em relação aos homens, porém, também desmistificando que estes elementos estejam restritos ao campo ideológico, mas sim, a um modelo que forja uma estrutura de

dominação e de opressão pautada nas relações de gênero. Atenta, ainda, que há um comprometimento das relações sociais como um todo, em virtude da perda (castração) do prazer a que homens dominadores estão submetidos para assegurar privilégios nas relações de poder (SAFFIOTI, 1987).

Saffioti argumenta sobre o caráter relacional das discussões sobre gênero, atribuindo o poder da dominação dos homens em detrimento da submissão das mulheres. Para a socióloga, este modelo de dominação esteve legitimado em todas as esferas da sociedade, seja no campo da religião, da cultura – mediante a construção e reprodução dos estereótipos e do preconceito – e da economia, possuindo uma relação direta com o modelo econômico vigente, na atualidade, o capitalismo, mas também, localizando-o em economias anteriores, como no Feudalismo e no Escravismo. A autora defende que a castração de potencialidades e de possibilidades diversas de existências é nociva a toda a sociedade e serve para manter as condições de privilégio sobre uma parcela ínfima da sociedade – homens [cisgêneros], brancos, adultos, heterossexuais, cristãos, capitalistas (SAFFIOTI, 1987).

A autora explana de forma analítica os três elementos a que ela reporta como a simbiose da dominação-exploração estruturante da sociedade brasileira: patriarcado-racismo-capitalismo, destacando quem são os reais beneficiados desta simbiose. Saffioti chama a atenção para o fato de o capitalismo ser incompatível com a igualdade social, pois, para além de manter as desigualdades de classe, este sistema socioeconômico não admite a igualdade entre as diferentes raças e entre as distintas categorias de sexo/sexualidades.

Saffioti expõe a contradição inerente à perspectiva econômica liberal de apresentar a falácia da possibilidade do alcance da igualdade racial e de gênero, uma vez que essa igualdade só está expressa no campo ideológico, cujos exemplos são as legislações, mas não nas condições materiais da vida ausente das opressões racistas e sexistas. A autora faz críticas a propostas que, na aparência, podem apresentar uma perspectiva progressista, mas que, em nada, alterariam as desigualdades de classes pela manutenção do modo de produção e reprodução capitalista. Ela explana, também, sobre os percursos possíveis a serem trilhados para atacar o cerne do modelo simbiótico de dominação patriarcado-racismo-capitalismo, no objetivo de se conquistar uma sociedade plenamente democrática mediante o exercício da cidadania.

Em síntese, são apresentadas estratégias de luta para se atacar o modelo simbiótico de dominação-exploração. Saffioti defendia que a sociedade teria a ganhar se a assimetria das relações sociais fosse substituída pelo diálogo, para se alcançar uma democracia plena. Então,

a autora procurou problematizar e responder as contradições advindas nos processos de luta que, no passado, almejavam transformações sociais, mas que a história acabou por demonstrar que as poucas alterações não foram suficientes para superar a estrutura de dominação-exploração patriarcado-racismo-capitalismo. É possível identificar que a autora deposita confiança na “irreverência do questionamento” da juventude, na educação entendida como um processo não técnico, mas político e social e no fortalecimento da cidadania mediante a participação direta. Ela salienta, contudo, que o Brasil se encontrava, em finais dos anos 1980, em um período pós-ditadura militar, esfacelado de um histórico democrático que minimamente permitia uma participação política limitada às eleições diretas.

A autora qualifica e distingue enfoques da questão feminina, tais como: *Conservantismo*, *Liberalismo*, *Marxismo dogmático*, *Feminismo radical* e o *Feminismo socialista*, neste último, referenciando-o enquanto radical do ponto de vista político ao modelo de dominação patriarcal-racista-capitalista. Saffioti defende um feminismo cuja proposta consista na humanização do homem, que, para ela, também é castrado em muitas dimensões da vida. “E para que este processo de humanização dos elementos masculinos tenha êxito faz-se necessário humanizar mulheres e negros” (SAFFIOTI, 1987, p. 115).

Observa-se relevância na obra de Saffioti, sobretudo porque a autora não analisa a realidade brasileira de forma a fragmentar as determinações das relações sociais de gênero, étnico-racial e de classe social. Ao contrário, ela argumenta que tais elementos são interdependentes e analisá-los separadamente poderá corroborar para a manutenção de opressão que subordina mulheres e pessoas negras aos homens brancos capitalistas.

O livro, por ter sido escrito para uma narrativa não acadêmica, deixa de fazer referências importantes da gênese dos pensamentos defendidos pela autora. Apenas nas *Sugestões de leitura*, Saffioti explicita obras acadêmicas que a levaram a refutar teses que estiveram limitadas a analisar um dos três modelos de dominação articulado a outro, como o patriarcado capitalista, cunhado por Danièle Combes e Monique Haicault (1984 *apud* Saffioti, 1987) e por Zillah Eisenstein (1979, *apud* Saffioti, 1987). É importante destacar a historicidade do texto e a necessidade de uma revisão a alguns elementos, sobretudo das discussões referentes à raça, à igualdade racial no Brasil, e às diversidades sexuais, pois podem apresentar interpretações contraditórias se pensadas na atualidade.

Pensar o movimento de mulheres que buscam por igualdade nas relações sociais e entre os gêneros exige um esforço para entender e melhor qualificar a origem e a pluralidade dos movimentos feministas, uma vez que são múltiplos e estão em disputa de narrativas.

Em *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*, hooks²¹ (2018) apresenta os elementos históricos, a diversidade de correntes de pensamentos, as principais teorias, pautas e propósitos que deram corpo ao movimento de mulheres e ao feminismo gestado no contexto norte-americano desde a década de 1960, e que, ainda hoje, apresentam nuances e determinações multifacetadas às análises sobre os estudos de gênero. O objetivo da autora foi o de produzir uma narrativa sobre o feminismo que voltasse a ser acessível, não apenas às mulheres, mas a todas as pessoas, de modo a “incentivar todo mundo, pessoas femininas e masculinas, mulheres e homens, meninas e meninos, a se aproximar do feminismo” (HOOKS, 2018, p. 10).

O *Prefácio à edição de 2015* é redigido pela própria hooks e já no início marca sua intencionalidade política: desafiar e mudar o patriarcado, com o fim de alcançar a superação do sexismo, da exploração sexista e da opressão. Já na *Introdução*, a autora convida o público leitor a se “aproximar” do feminismo, descrevendo-o como uma – quiçá a única – alternativa possível ao patriarcado, que, para ela, traduz-se como outra forma de nomear o sexismo institucionalizado.

bell hooks admite não ser uma trajetória, luta, movimento simples, considerando que “todos nós, mulheres e homens, temos sido socializados desde o nascimento para aceitar pensamentos e ações sexistas” (HOOKS, 2018, p. 13), sendo legítimo admitir e registrar “que todos nós participamos da disseminação do sexismo, até mudarmos a consciência e o coração; até desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos e ações feministas” (*idem*).

Cabe salientar a relevância do surgimento do movimento feminista, inicialmente, caracterizado enquanto um movimento de base, onde mulheres se reuniam para compartilhar experiências de resistência frente ao sexismo institucionalizado em todas as esferas de suas vidas, pessoais e sociais, fossem no âmbito familiar e conjugal, nas relações parentais, nos espaços de socialização laboral – todas assimétricas –, sob as quais brotavam conscientização de relações de desigualdade e sentimentos de solidariedade entre muitas das mulheres

²¹ O nome autoral de bell hooks é uma homenagem ao legado das mulheres fortes e é sempre grafado com fontes em minúsculas com o objetivo de deslocar o foco da figura autoral para as ideias de sua narrativa.

envolvidas com os princípios feministas, o que despertou a potencialidade da sororidade como um elemento poderoso ao movimento de mulheres (HOOKS, 2018).

Contudo, ao longo da obra, a autora faz movimentos dialéticos que demonstram o antagonismo do movimento de mulheres e do feminismo, como também da historicidade das relações sociais, e explicita os retrocessos que grupos de mulheres privilegiadas em posições de raça e classe trouxeram de impactos negativos para o movimento feminista, na contra corrente da democratização e da universalização do feminismo, centralizando a realidade das mulheres negras e as opressões direcionadas a elas de forma mais intensificada.

hooks levanta temas delicados e de grandes dissensos mesmo para o movimento de mulheres que se afirmam no campo progressista das ideias. A autora os problematiza, considerando as limitações sócio-históricas da sociedade capitalista ocidental, particularmente a norte-americana, e direciona alternativas de resistência inseridas nos princípios centrais do feminismo. Beleza e estética, luta de classes considerando a diversidade de mulheres, relações raciais e de gênero, variadas formas de violências contra as mulheres perpetradas por homens sexistas, como também diversas formas de violência a crianças perpetradas por mulheres com posturas sexistas, masculinidades, maternagem e paternagem sexistas, casamento e formas de uniões afetivas (anti)(s)sexistas, diversidades de afetos não heterossexistas, com destaque para a lesbianidade e espiritualidade, são temas que a autora levanta, problematiza e desenvolve com lucidez e propriedade, lançando-nos contextualizações históricas, processos societários que estiveram em disputa no passado e que ainda conflitam sobre questões que privilegiam sujeitos em detrimento das condições de exploração e de opressão que solapam as pessoas não inseridas no grupo de homens cisgênero, heterossexuais, capitalistas, de supremacia branca (HOOKS, 2018).

Assim, é possível observar que bell hooks não se limita ao debate sobre as origens históricas do feminismo. Ela também busca enfatizar a intensa relação entre as mulheres que disputaram e ainda disputam a centralidade das pautas do movimento feminista, uma vez que não é um movimento cristalizado em consensos. A narrativa da obra é caracterizada pela lucidez e envergadura da autora sobre a compreensão da complexa e histórica relação entre as instituições, a cultura, as políticas e as mulheres, possibilitando a apreensão do movimento feminista negro para além do feminismo que ousava universalizar as mulheres apenas nas experiências das sufragistas ou, posteriormente, das mulheres com privilégios de classe que reivindicavam ascensão profissional e equiparação salarial ao dos homens de sua classe social.

Cabe observar que as categorias mulher(es) e feminismo necessitam ser localizadas historicamente, pois nem sempre foram absorvidas com o significado atribuído à diversidade de existências femininas, sobretudo pelas mulheres que reivindicam condições de igualdade nas relações sociais.

hooks (2018) sistematiza a diversidade de conceitos e categorias e de autoras sobre as quais se debruçou, contudo, de forma muito limitadora ao público leitor, uma vez que as fontes não estão devidamente citadas ou referenciadas. O livro carece, também, de conteúdo dedicado à diversidade de mulheres trans – travestis, transexuais, transgêneros, – e intersexos. Além disso, é notável que o feminismo pensado e problematizado por bell hooks esbarra na fronteira das análises sobre realidades majoritariamente ocidentais, exigindo de nós um esforço para realizar estudos sobre a diversidade e os direitos das mulheres nas regiões e culturas orientais, sobretudo, africanas e asiáticas. A autora, entretanto, apresenta-se coerente em todo o texto ao lembrar que tal narrativa não se propunha a esgotar as potencialidades de cada tema abordado.

Cabe reforçar, ainda, que “não existe um só caminho para o feminismo. Indivíduos de diferentes origens precisam de uma teoria feminista que dialogue com a vida que têm” (HOOKS, 2018, p. 165).

Nesta linha, a autora defende que:

“[o] feminismo visionário radical incentiva a todos nós a ter coragem de avaliar a vida do ponto de vista de gênero, raça e classe, para que possamos compreender precisamente nossa posição dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca imperialista.

[...]

As políticas feministas têm por objetivo acabar com a dominação e nos libertar para que sejamos quem somos – para viver a vida em um lugar onde amamos a justiça, onde podemos viver em paz. **O feminismo é para todo mundo.**” (HOOKS, 2018, pp. 165 e 167, grifo nosso).

Desta forma, é possível observar que o movimento feminista, o qual se apresenta múltiplo e plural, inclusive pelo esforço de mulheres negras, latinas, caribenhas, indígenas, orientais, africanas e asiáticas, concebeu uma epistemologia capaz de identificar um modelo inacabado de dominação que não estava listado como um aparato opressor, mas silenciado como uma norma natural e comum às relações humanas, no caso, o patriarcado cis-heterossexista. O pensamento feminista, portanto, deu gênese à qualificação das estruturas até então silenciadas e permitiu, também, a crítica à heterossexualidade compulsória.

Borrillo (2010) apresenta que as *doutrinas heterossexistas e a ideologia homofóbica* deram materialidade à condição mais perversa sobre a história da inferioridade da homossexualidade. O autor explana de forma analítica os elementos que institucionalizaram a homofobia nos mais diversos espectros sociais, sobretudo no âmbito da medicina e das ciências correlatas – psiquiatria, psicanálise, anatomia e correntes higienistas –, da política e da cultura, seja pela corrente liberal nos modelos econômicos capitalistas, sejam nas experiências tidas como socialistas nos países do Leste Europeu, particularmente após a Revolução Russa, pioneiras na burocratização estatal e na instituição da ilegalidade nas relações afetivas para além da cisheteronorma. A proibição estatal e legal, sustentada em códigos e ordenações jurídicas culminou com a experiência mais devastadora de repressão às homossexualidades já direcionadas por um modelo de Estado, no caso, o Nazismo alemão, sobre o qual se avalia ser responsável por ter levado à morte meio milhão de pessoas homossexuais com o *holocausto gay*, “nas prisões, nas execuções sumárias, por suicídio ou por ocasião de tratamentos experimentais” (F. RECTOR, 1981 apud BORRILLO, 2010, p. 86).

Entre as *causas da homofobia*, Borrillo (2010) expõe a contradição inerente às pessoas homossexuais, particularmente aos homens *gays*, por também expressarem aversão à homossexualidade e pela oposição à ideia da igualdade de direitos no mesmo plano da heterossexualidade, algo como parte constitutiva da identidade masculina construída socialmente e reproduzida violentamente. São detalhadamente analisadas a personalidade homofóbica e a homofobia interiorizada. O autor situa, ainda, a corrente do diferencialismo sexual que respalda e reproduz de forma naturalizada as desigualdades no campo das sexualidades, o que auxilia na compreensão sobre os fenômenos da personalidade homofóbica e da homofobia interiorizada.

Borrillo (2010) resgata, por fim, os principais elementos apontados ao longo do livro para apresentar as propostas de enfrentamento à homofobia, sobretudo pela via pedagógica, em uma perspectiva preventiva, mediante a sensibilização e o investimento de ações educativas contínuas às instituições historicamente opressoras – aparelhos de segurança pública e de justiça, escolas, serviços de saúde, serviços sociais e empresas –, bem como são referenciadas ações de sanção mediante legislações que criminalizem a homofobia e reverberem na responsabilização de pessoas físicas e jurídicas, com impacto financeiro, mediante o direcionamento de orçamento específico para as medidas de combate à homofobia. Tais práticas de enfrentamento às *Igbtqia+fobias*, preservadas aos contextos históricos e sociais onde e quando foram escritas, coadunam com o quê propuseram Saffioti (1987) e hooks (2018) para o

enfrentamento do patriarcado (sexismo institucionalizado), que, no Brasil, esteve e está intrinsecamente imbricado com o racismo e o colonialismo (CISNE e SANTOS, 2018).

Há relevância na obra de Borrillo uma vez que o autor não analisa a realidade da cultura homofóbica francesa de forma fragmentada dos determinantes das relações de gênero, da pluralidade étnico-racial e da sexualidade. O livro carece, contudo, de mais qualificações da sexualidade de mulheres lésbicas e bissexuais, como também, da identidade de gênero de pessoas trans – travestis, transexuais, transgêneros, não-binárias, *queers*, agêneros – e das vivências de pessoas intersexos em uma sociedade que patologiza a vida além da cisheteronorma.

Além disso, é notável que a homofobia pensada e problematizada por Borrillo (2010) esbarra na fronteira das análises sobre realidades majoritariamente ocidentais, exigindo de quem se propõe a pesquisar sobre gênero e sexualidade um esforço para realizar estudos sobre a homofobia nas regiões geográficas e nas culturas de ascendência africanas, asiáticas, latino-americanas e da Oceania. O autor, entretanto, apresenta-se consciente em todo o texto ao lembrar que seus estudos e sua narrativa não se propuseram a esgotar as potencialidades de cada tema abordado, mas a reunir e sistematizar um legado sobre o histórico da homofobia de forma a ser referência para pontos de partidas em estudos futuros sobre o assunto.

Ainda sobre as lgbtqia+fobias, cabe considerar que Peixoto (2017), em esforço para refletir sobre a violência contra pessoas LGBTQIA+ ao longo da formação sócio-histórica brasileira, a identifica como histórica e sistêmica, reconhece as limitações dos termos “homofobia” e “lgbtfobia” e sugere a elaboração do conceito “LGBTcismo” (PEIXOTO, 2017, p. 22), pois não reflete uma dimensão pessoal mas um fenômeno coletivo. A autora se fundamenta no histórico colonialista e escravista da formação social brasileira, permeada de práticas violentas às pessoas que a Coroa Portuguesa não desejava na metrópole Portugal, enviando de forma compulsória à colônia brasileira quem fugia aos comportamentos morais cristãos da época, como ladrões e prostitutas.

Para Peixoto (2020), a violência que oprime e explora pessoas LGBTQIA+ traduz-se como

[...] um fenômeno social presente na realidade brasileira em todas as esferas da vida cotidiana, e sua propagação ultrapassa os limites de classe, gênero, raça e geração. Ela é caracterizada, portanto, como uma espécie de fenômeno multidimensional e multicausal, se instalando nas mais diversas camadas que compõem a sociabilidade humana em uma sociedade marcadamente patriarcal (PEIXOTO, 2020, p. 237).

Deste modo, acredita-se que para se analisar um fenômeno histórico e complexo como as lgbtqia+fobias ou o lgbtqia+cismo seja necessário compreender e mediar categorias outras que estruturam e engrenam a lógica de reprodução de estereótipos, preconceitos e discriminações às sexualidades para além da cisheteronorma. Pelo alcance da historicidade e da mediação do gênero, da raça e da classe social interrelacionadas à sexualidade, avalia-se que a ferramenta interseccionalidade (ora também compreendida como método e como categoria analítica) seja potente para a condução da investigação neste estudo.

1.3. Interseccionalidade nas opressões de estudantes universitárias LGBTQIA+

No tópico anterior, foi possível refletir, a partir do modelo simbiótico ou da matriz de opressão patriarcado-racismo-capitalismo, as estruturas de dominação e de opressão que hierarquizam e inferiorizam pessoas com base nas relações assimétricas de gênero, raça/etnia, sexualidade e classe social.

Assim, convoca-se o método analítico da interseccionalidade para, a todo momento, lançar luz sobre situações em que as racializações, os gêneros, as sexualidades e as assimetrias de classe social são determinantes para a reprodução de desigualdades, de práticas violentas e para a reprodução de violações de direitos em virtude do racismo, do machismo e do sexismo e da discriminação pela origem e condição econômica das pessoas LGBTQIA+.

Pensar na condição de estudantes LGBTQIA+ em contexto universitário brasileiro exige, ainda, considerar a faixa etária e a dependência destas pessoas – comumente jovens – entre o fim da adolescência e o fim da juventude adulta (17 a 29 anos de idade em média), das famílias que, em tese, poderiam protegê-las e propiciá-las a condição de permanência na universidade até o alcance da diplomação, do ingresso no trabalho alinhado à qualificação que receberam durante a graduação e; da autonomia financeira adquirida por meio da expectativa do exercício profissional.

Contudo, para as pessoas LGBTQIA+, a família pode apresentar um caráter mais violento e violador de direitos do que de potencial proteção, sobretudo em países sexistas como o Brasil, e com histórico de opressão racista de forma estruturada.

Mott (2016) disserta que:

A mãe negra, o pai judeu, a família indígena reforçam a autoestima étnica ou racial de seus filhos, estimulando a afirmação dos traços culturais diacríticos que auxiliarão vitalmente a estas crianças e adolescentes desenvolverem sua autoestima, identidade, orgulho e afirmação enquanto grupo étnico, racial ou religioso diferenciado. Com os jovens *gays*, lésbicas e transgêneros a realidade é tragicamente oposta: pais e mães repetem o refrão popular – “prefiro um filho morto do que viado!” ou “antes uma filha puta do que sapatão!”. Muitos são os registros de jovens homossexuais que sofreram graves constrangimentos e violência psíquica e física dentro do próprio lar quando foram descobertos: insultos, agressões, tratamentos compulsórios destinados à “cura” da sua orientação sexual, expulsão de casa e até casos extremos de execução. Recentemente, num bairro periférico de Salvador, um avô espancou seu neto negro até à morte quando descobriu que era *gay*, e um pai baiano de classe média, ao ser informado que seu filho era homossexual, deu-lhe um revólver determinando: “Se mate! Na nossa família nunca teve viado!” (MOTT, 1995 *apud* MOTT, 2016, p. 69).

Além das famílias que se posicionam como reprodutoras de um modelo cis-heterossexual e supostamente monogâmico, instituições que socializam pessoas por meio das relações sociais reproduzem práticas de sociabilidade mantenedoras das assimetrias dos gêneros e que condenam as sexualidades não heterossexuais aos âmbitos da imoralidade, da patologia e do pecado.

Nesta linha, Lionço e Diniz (2009), observam que as lgbtqia+fobias são fenômenos sociais complexos, “[...] abrangendo múltiplas estratégias discursivas que sustentam a inferioridade dos arranjos relacionais não [cis]heterossexuais. Enquanto prática social, ela[s] se sustenta[m] em grande parte na naturalização da [cis]heterossexualidade e da família patriarcal, não se reduzindo a xingamentos ou violência física” (LIONÇO e DINIZ, 2009, p 64).

Na atualidade, Peixoto (2020) avalia que as instituições jurídicas contemporâneas do modelo de Estado democrático asseguram direitos às pessoas LGBTQIA+ e, em certa medida, responsabilizam quem as violentam. Contudo, a autora atenta para o fato de que tais instituições são incapazes de perceber a violência contra pessoas LGBTQIA+ como uma construção cultural e histórica na sociedade (PEIXOTO, 2020).

[...] O Estado pode até proteger, através de suas leis, o corpo e a vida como elementos invioláveis. Porém, quanto aos comportamentos, sobretudo os comportamentos ditos “inadequados” de pessoas LGBT, não há nenhum respaldo legal que assegure o direito de se “comportarem como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”. Logo, parece haver um deslizamento nesse âmbito institucional do corpo abjeto para o comportamento abjeto (o mau, o nocivo, o anormal, o repugnante), que acaba por inverter o lugar do réu e o da vítima, pois o comportamento dito abjeto começa a justificar os assassinatos. O comportamento passa ter centralidade na discussão e no debate

entre as instituições, deixando, assim, o corpo em segundo plano (PEIXOTO, 2018 *apud* PEIXOTO, 2020, p. 243).

E como este fenômeno das lgbtqia+fobias alcança a universidade e, sobretudo, estudantes universitárias?

Sob a perspectiva teórica embasada por Daniel Borrillo, Mendes (2012) realizou estudo cujo objetivo foi o de analisar casos de lgbtqia+fobia ocorridos com estudantes no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília. Os dados do estudo mostraram que a lgbtqia+fobia se manifestava na universidade sob diversos aspectos e, que, à época, não havia uma unidade administrativa que combatesse este tipo de violência na UnB.

Assim, é com o ingresso na universidade concomitante com a “saída da armário” de identidades e expressões de gêneros e de orientações sexuais para além da cisheterossexualidade que estudantes LGBTQIA+ têm sofrido restrições para a permanecerem nos estudos, uma vez que o ou a ente familiar responsável pela manutenção da estudante reproduz violências de caráter lgbtqia+fóbico de âmbito moral, a exemplo de não mais dirigir a palavra ou de realizar uma refeição na mesma mesa que a pessoa LGBTQIA+; ou física, mediante agressões diretas que cause dano à saúde e ameace a vida da pessoa LGBTQIA+; ou psicológica, agravando o mal estar da saúde biopsicossocial e comprometendo a autonomia da estudante; ou patrimonial, ao cessar o custeio de gastos com a ida à universidade e demais despesas acadêmicas próprias a um curso de graduação ou de pós-graduação; ou sexual, com o cerceamento da liberdade sexual da pessoa LGBTQIA+ ou de agressão direta a ela com qualificações sexuais, abusos, assédios, estupros. Tais violências podem, ainda, ser reproduzidas de forma simultânea e intensificadas com violações advindas do racismo, do patriarcado (das violências contra às mulheres) e da pobreza, perpetuadas em diversos ciclos pela ineficiência de instituições estatais e da sociedade civil de intervirem e de protegerem as vidas LGBTQIA+.

Não só no âmbito da família, mas também no cenário acadêmico e administrativo universitário, as violências às pessoas LGBTQIA+ são reproduzidas nas salas de aula, a exemplo do desrespeito ao uso do nome social ou do registro retificado e à expressão de gênero das pessoas trans, como também nos sistemas eletrônicos e no cotidiano universitário, na ausência de canais para acolhimento, denúncia e acompanhamento, na falta de indicadores e de instrumentos em matéria de gênero e de sexualidade, somados aos indicadores de raça e de

classe social, capazes de subsidiar ações de permanência e de assistência estudantil ampliada às pessoas LGBTQIA+.

No âmbito da assistência estudantil, a garantia de uma pessoa LGBTQIA+ ser selecionada ao Programa de Moradia Estudantil com concessão de vaga na Casa *do* Estudante *Universitário*, por exemplo, não impede que as violências lgbtqia+fóbicas advenham das próprias colegas com as quais se compartilha a moradia.

Por ser o ambiente universitário fértil ao conhecimento e desenvolvimento de narrativas diversas, a sociabilidade universitária pode levar uma pessoa LGBTQIA+ a ter segurança de expressar o desejo sobre seu real gênero e sexualidade, mesmo que a cis-heteronorma esteja vigilante e violenta. As violações e violências, assim, manifestam-se não apenas pelas identidades para além da cisheterossexualidade, mas também pelo comportamento e expressão das pessoas LGBTQIA+ (BUTLER, 2016; PEIXOTO, 2020).

Desta forma, convoca-se a perspectiva interseccional a título de se observar opressões imbricadas no modelo ou na matriz patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1984; COLLINS, 2017) e que irá atingir diretamente vidas LGBTQIA+, sobretudo das travestis e das demais pessoas trans, negras e indígenas. Pensar e agir a partir da interseccionalidade permite “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p. 14), possibilitando-nos compreender melhor as desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações na sociedade.

1.4. A contra resistência: lutas e história do Movimento LGBTQIA+

A história do movimento LGBTQIA+ no Brasil e no mundo demanda considerações sobre o histórico de opressões e explorações às pessoas não cisheterossexuais ao longo da história da humanidade. Requer-se considerar que o patriarcado, pelo estabelecimento de uma ideologia cisgênera binária e heterossexista com fins reprodutivos, articulado ao racismo e, mais recentemente, ao modelo político-econômico-cultural capitalista, acentuaram violências e violações às pessoas dissidentes da “norma” cisheterossexual a ponto de, inclusive, apagar memórias coletivas de resistência (SAFFIOTI, 1987; BORRILLO, 2010, BUTLER, 2016).

Respeitando-se as considerações supracitadas, é possível afirmar que, na contemporaneidade, a história do movimento LGBTQIA+ tem gênese no ano de 1969, com a Revolta de Stonewall em Nova York, nos Estados Unidos da América. O levante contra a ofensiva estatal caracterizada pelas batidas policiais a redutos de pessoas trans, lésbicas, bissexuais e *gays*, naquela época, mobilizou pessoas LGBTQIA+ para a Primeira Parada do Orgulho “*Gay*”, o que posicionou um grupo organizado com características distintas de gênero e de sexualidade, mas com um ideal comum: exigir condições de cidadania e igualdade de tratamento perante o Estado e a sociedade.

No Brasil, observa-se que o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), com maioria de homens cisgênero, teve gênese nos finais dos anos 1970, durante a Ditadura Militar, sob um Estado autoritário e contrário à diversidade de existências para além da ideologia cis-heterossexista. O MHB se articulou aos movimentos da classe trabalhadora e das pessoas negras – Movimento Negro Unificado (MNU).

Além disso, o “coletivo” de mulheres lésbicas se destacou em um movimento próprio, reivindicando fala e protagonismo em cenários até então progressistas, mas permeados por violências estruturais, como o machismo ainda característico ao MHB e a lesbofobia presente nas reuniões do movimento feminista (QUINALHA, 2018). Necessário se faz destacar que há produções vítimas do epistemicídio próprio do racismo e das lgbtqia+fobias que nos dificultam conhecer de forma detalhada sobre as narrativas de pessoas negras trans e cishomossexuais, com destaque às mulheres (cis e trans) negras e lésbicas.

Nos anos 1980, com a epidemia do HIV/Aids, o movimento de pessoas LGBTQIA+ sofreu com ataques políticos advindos da mídia, mas também de entidades históricas de reprodução do machismo, do sexismo e das lgbtqia+fobias, como o Estado – sobretudo pelas esferas do Executivo e do Legislativo, e da educação, da família e das religiões.

A Organização Mundial da Saúde, em 1990, passou a se apresentar mais progressista, retirando a homossexualidade do rol das patologias. Assim, observa-se um movimento moral, científico e ético que altera o status das sexualidades não heterossexuais, às quais, paulatinamente, passam a sair do espectro imoral-doentio-pecaminoso para um direcionamento legítimo de existência, de respeito e de convivência, porém, não consensuais no espaço público brasileiro em disputa.

O Poder Judiciário, interpelado por pessoas e movimentos trans e homossexuais, passa a reconhecer direitos com base na igualdade e na não discriminação e, desde então, vem

manifestando entendimentos e interpretando leis que o Poder Legislativo, no Brasil, com histórico conservador e reacionário, não legisla e não reconhece, mantendo-se silencioso e omissivo ou abertamente contrário às pautas e reivindicações das pessoas LGBTQIA+.

Destaca-se a relevância e a amplitude da multideterminação dos conceitos e dos cenários disputados pelas pessoas e pelo Movimento LGBTQIA+ de forma unificada: contextualizá-los política e temporalmente, como e quando ocorreram, com o fim de não se cair em armadilhas anacrônicas de interpretação da história se faz essencial. Atualmente, pessoas LGBTQIA+ vivenciam um cenário adverso para a elaboração e execução de políticas públicas e sociais que promovam sua cidadania, nos âmbitos municipais, estaduais e, sobretudo, no federal. Contudo, algumas conquistas têm sido alcançadas e devem ser celebradas, como a possibilidade de retificação do registro civil às pessoas trans, a decisão²² do Supremo Tribunal Federal (STF) que equipara a transfobia e a homofobia ao crime de racismo e a possibilidade de as pessoas LGBTQIA+ serem doadoras de sangue. São conquistas que, semelhante à ação que equiparou a união civil de casais homossexuais ao casamento, dão corpo às garantias conquistadas com o suporte do Poder Judiciário, sendo todo o protagonismo do próprio movimento e das pessoas LGBTQIA+.

Há que se reconhecer, contudo, que a diversidade das pessoas que compõem o movimento LGBTQIA+ é ampla, sendo legítimas as contradições e os dissensos sobre as prioridades nas agendas de reivindicações. Os movimentos feminista e antirracista – Movimento Negro Unificado, no Brasil – também expressam características semelhantes. Imprescindível se atentar às cooptações da agenda LGBTQIA+ por correntes políticas neoliberais e não comprometidas com a luta direcionada para a construção de uma sociedade que supere as opressões, explorações e espoliações do cisheteropatriarcado-racista-capitalista.

Já no Distrito Federal (DF), o Movimento LGBTQIA+ ora se apresenta ativo e organizado, embora não consensual em muitos dos cenários e dos espaços em disputas. De forma semelhante, acredita-se ser uma característica comum de movimentos coletivos que abrangem pautas diversas e que representam pessoas com perfis distintos, tal como os movimentos feministas e o Movimento Negro.

²² Em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) – a mais alta Corte do Brasil – determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero seja considerada crime, a ser punida pela Lei de Racismo (nº 7716/1989), que atualmente prevê também crimes de discriminação ou preconceito por raça, cor, etnia, religião e procedência nacional (BRASIL, 1989).

É possível observar, em Brasília, o protagonismo de pessoas ativistas LGBTQIA+ que, ao acessarem espaços institucionalizados, como servidoras e servidores da administração pública, passaram a pensar serviços e a propor políticas de promoção à diversidade de gênero e de sexualidade e, também, de raça, etnia, classe social, religiões de matriz africana, entre outras.

Inicialmente, os tensionamentos, provocações e exercícios de qualificação em um sentido progressista podem se localizar nas próprias instituições ocupadas por agentes públicas LGBTQIA+, às quais, pouco a pouco, avançam em propostas para o estabelecimento de ações, serviços, programas, diretrizes e até de políticas próprias à população LGBTQIA+.

São exemplos de serviços reconhecidamente advindos do ativismo de pessoas LGBTQIA+ e fortalecidos pelo público usuário e pelo próprio Movimento LGBTQIA+ no DF: o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da Diversidade da Asa Sul, o Ambulatório de Atenção às Pessoas Trans e Travestis do Hospital Dia da Asa Sul, o Centro de Referência na Atenção à Saúde de Adolescentes (Adolescentro), o Grupo de Atenção Psicossocial às Pessoas LGBTQIA+ do Hospital Universitário de Brasília (HUB), a Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (COORDIGUALDADE) do Ministério Público Federal (MPU), a Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual, ou Contra a pessoa Idosa, ou com Deficiência (DECRIN), as Coordenações da Mulher e LGBT da Diretoria da Diversidade da Universidade de Brasília (DIV/UnB) (ONU BRASIL, 2018), entre outras.

Além destas supracitadas, há ainda muitos exemplos de repartições públicas implementadas como coordenações ou diretorias em vários órgãos da administração direta e indireta no DF e nas cidades da região do entorno (Goiás). Há, também, as associações e institutos articulados pelo movimento social, como: a Associação Nacional de Travestis e Travestis e Transexuais (ANTRA), a Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (REDETRANS), o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), a Aliança Nacional LGBTI e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a União Libertária de Travestis e Mulheres Transexuais (ULTRA), a Associação do Núcleo de Apoio e Valorização à Vida de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Distrito Federal e Entorno (ANAVTRANS), a Coletiva LGBT e Projeto de Extensão Corpólitica, o Instituto de Cultura Arte e Memória LGBT+, o Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Humanos, vinculado à Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade

Racial e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal (GDF), a Coturno de Vênus, o Grupo Mães pela Diversidade, a Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/DF (ONU BRASIL, 2018), e comissões semelhantes do Conselho Regional de Assistentes Sociais e do Conselho Regional de Psicólogas (Psicólogos), entre outros conselhos de classe profissional.

Estas instituições puderam ser sistematizadas em uma produção elaborada por pessoas trans a partir de uma ação da Organização das Nações Unidas (ONU) – Projeto Transformação, instituição esta de dimensão internacional. Assim, atenta-se para o fato de que pessoas e instituições pressionam gestões de outras esferas – administrativas e executivas, jurídicas, legislativas e da sociedade civil – a atenderem reivindicações que reconheçam direitos de cidadania às pessoas LGBTQIA+, mas que, não necessariamente alcançam possibilidade imediata de alterar legislações ou de direcionar recursos de rubricas advindas de impostos específicos (MATTOS, 2017).

Nas últimas eleições distritais, o assistente social Fábio Felix foi eleito deputado distrital, conquista feita mediante esforços históricos de mobilização da comunidade LGBTQIA+ e de pessoas aliadas, com posicionamento político-ideológico de esquerda. Além disso, há que se reconhecer os partidos políticos como espaços de arenas para disputas de projetos de sociedade e, na atualidade, observa-se nos partidos de esquerda uma abertura mais progressistas à garantia dos direitos a LGBTQIA+ e à promoção da diversidade sexual e de gênero para além da ideologia binária cis-heterossexista (SANTOS, 2016, MEDEIROS ET AL, 2019). Entretanto, partidos de direita também tem acolhido candidaturas de pessoas LGBTQIA+ sem, necessariamente, mostrarem-se em defesa de maior participação democrática, de representatividade e, sobretudo, em defesa de um projeto de sociedade que possa reverter a hegemonia cisheterossexista ora em voga.

Por fim, destaca-se que, mesmo com muitos exemplos de serviços, programas, políticas e ações para a promoção da cidadania LGBTQIA+ hoje em curso, os ataques de correntes e setores conservadores têm sido cada vez mais contínuos, disseminando discursos de ódio e reproduzindo noções de conceitos equivocados e sem fundamentos, como a falácia da “ideologia de gênero”. Além disso, é imprescindível considerar o histórico e o caráter cisheteropatriarcal, racista e colonial da formação brasileira. Esta realidade hegemônica deve ser combatida diariamente, de maneira coletiva e estratégica, rumo a uma sociedade mais democrática.

CAPÍTULO II – Assistência estudantil ampliada a estudantes LGBTQIA+

*“...Ninguém vê onde chegamos
Os assassinos estão livres, nós não estamos
Vamos sair mas não temos mais dinheiro
Os meus amigos todos estão procurando emprego
Voltamos a viver como há dez anos atrás
E a cada hora que passa envelhecemos dez semanas...”*

[Renato Russo / Legião Urbana – 1991]

A assistência estudantil e demais ações de permanência a estudantes de graduação e de pós-graduação têm se configurado como alternativas para a garantia da proteção à vida e do direito à educação superior de estudantes LGBTQIA+ da Universidade de Brasília, particularmente em situação (ou com histórico) de violências e violações de direitos aos gêneros e às sexualidades para além da cisheterossexualidade reproduzidas no âmbito da família nuclear.

Tais medidas, contudo, ainda se apresentam incipientes e pulverizadas nas unidades administrativas que recebem demandas onde a condição da violência de estudantes LGBTQIA+ pode ser fator para inclusão em programas e serviços estruturados política e administrativamente na UnB.

É recente, e possivelmente pioneira na formulação de uma Política de Assistência Estudantil na educação superior, a observação da sexualidade como fator determinante de vulnerabilidade à permanência estudantil na universidade. Apenas na ocasião da II Conferência de Assistência Estudantil da UnB, realizada nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2021, a sexualidade passou a constar como um dos elementos que podem limitar ou impedir o ingresso, a permanência e a diplomação de uma estudante universitária, categoria esta apontada na redação da primeira diretriz da proposta de minuta da Política de Assistência Integrada e Permanência Estudantil da UnB, produto final do respectivo evento:

Art. 6- A Política Integrada de Assistência Estudantil está vinculada aos objetivos, estratégias e metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e da Política Integrada da Vida Estudantil e é regida pelas seguintes diretrizes:

I-Enfrentamento das desigualdades sociais, para ampliação e democratização das condições de permanência dos estudantes com vistas à garantia dos

direitos da comunidade discente em suas vulnerabilidades socioeconômicas, observando os marcadores determinantes que acentuam estas vulnerabilidades a exemplo de raça, gênero, **sexualidade**, etnia, deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação, transtornos funcionais específicos, cronicidades e agravos em saúde, dentre outros que demandem necessidades educacionais específicas a fim de garantir a permanência universitária, na perspectiva da igualdade e equidade *dos alunos* da graduação e da pós-graduação. (UNB, 2021, destaques nossos).

A perspectiva expressa na proposta do documento reconhece que estudantes LGBTQIA+ apresentam obstáculos para acessar, permanecer e alcançar a diplomação na educação superior.

Cabe destacar que o histórico de violências e violações de direitos vivenciados por pessoas LGBTQIA+ são anteriores ao ingresso destas pessoas nos cursos de graduação e têm o potencial de limitar experiências acadêmicas de formas distintas daquelas vivenciadas por pessoas cisheterossexuais. Para aquele público, o ingresso em um curso universitário pode ser celebrado como uma conquista e, também, como o início de um ciclo com menos preconceitos e discriminações, diferentes daqueles experienciados ao longo dos ensinamentos fundamental e médio.

O ambiente universitário oferece espaços plurais com potencial de trocas de experiências e de convivência com a diferença e com a pluralidade de ideias, não apenas limitados às atividades acadêmicas, tais como as salas de aulas, as disciplinas teóricas e práticas, os grupos de pesquisa e de extensão, mas, também, abertos aos canais de articulações políticas estudantis, com destaque para os Centros Acadêmicos e o Diretório Central de Estudantes, os coletivos e partidos políticos, as Atléticas, entre outras. Este espaço plural de vivências potencializa a sensação de segurança para a expressão de sexualidade e gêneros não hegemônicos, para a “saída do armário” (*coming out*) das pessoas LGBTQIA+ e para a livre expressão de seus gêneros e suas sexualidades dissidentes.

Contudo, a expressão da sexualidade e/ou dos gêneros não hegemônicos (cisheterossexuais e binários – masculino e feminino) ainda gera reações de desaprovação social à performance de gênero e ao comportamento sexual para além da cisheteronormatividade, das instituições como um todo, inclusive, da família, da qual se espera proteção e cuidado. Por vezes, pessoas LGBTQIA+ quando se percebem para além da cisheteronorma e afirmam ou são expostas a afirmarem a identidade de gênero ou a orientação da sexualidade não hegemônicas podem ser vítimas de preconceitos e discriminações com características lgbtqia+fóbicas.

Algumas destas violências – já qualificadas no capítulo anterior mas que cabem serem relembradas aqui: físicas, morais, psicológicas, sexuais e patrimoniais, entre outras – reproduzidas no ambiente universitário ou fora dele, podem impactar no projeto acadêmico em curso além de atingir outros planos de vida de LGBTQIA+.

Em posse destas informações, este capítulo tem o objetivo de abordar a síntese do histórico das ações de permanência e assistência estudantil na realidade da Política de Educação brasileira, de modo a apresentar ferramentas alternativas para o alcance ampliado de proteção às pessoas LGBTQIA+ na universidade, às quais, além de violadas e violentadas, apresentam-se desassistidas ora pela família, ora pelo Estado, ora por ambas instituições, lançadas, assim, à incerteza da garantia na educação superior, em que pese terem competência intelectual e mérito acadêmico que justificaram e subsidiaram o ingresso na universidade.

Analisar as políticas sociais e o papel delas na realidade implica, primeiramente, compreender as evidências e a relevância assumidas por elas a partir do final do século XIX. Foi nesse período que o Estado, no contexto europeu, vê-se compelido a atender reivindicações da classe trabalhadora com vistas a apresentar respostas às manifestações da questão social agravadas e intensificadas neste período histórico de forte organização popular pela emancipação humana e socialização da riqueza como resultado de um acúmulo de forças expresso desde a Revolução Industrial (BEHRING e BOSCHETTI, 2008).

O marco histórico para a compreensão de Estado e de seu papel no cenário atual pode partir do Renascimento e do Iluminismo, os quais impulsionaram a ascensão da burguesia pela reivindicação de liberdades individuais, por mobilidade social e pela limitação do Estado Absolutista. O desenvolvimento de novas tecnologias no contexto da Revolução Industrial potencializou a transição do Estado Absolutista para a direção do Poder Público pela classe burguesa.

Marx e Engels (2014), no século XIX, apontaram que o Estado serve como um instrumento de legitimação do projeto de sociedade direcionado pela classe dominante – à época a burguesia como nova classe dirigente –, movido por interesses privados, embora, também, por movimentos coletivos, lutas sociais organizadas, sendo aquele transposto para uma esfera de arena de disputas de interesses e de projetos de sociedade. Portanto, o Estado não está estanque na história, ele também é histórico e precisa ser compreendido em sua dinamicidade.

Na atualidade brasileira, o Estado, ao mesmo tempo em que media interesses particulares da classe dominante e da classe trabalhadora, apresenta-se responsável pela ação de legitimar sistemas de dominação e exploração que aviltam existências de negras e negros, indígenas, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes, idosas e idosos, LGBTQIA+ e demais mulheres, constituindo-se como um ente também cisheteropatriarcal, racista e lgbtqia+fóbico (SOUZA, 2019).

O conceito de questão social, por sua vez, não apresenta consenso no campo das Humanidades. Comum aos estudos das Ciências Sociais e do Serviço Social, trata-se de uma categoria histórica e multifacetada, com perspectivas distintas a depender do método de análise. Conforme argumenta Sousa (2010),

o termo remete necessariamente à pobreza acentuada e generalizada na terceira década do século XIX (o pauperismo). Contudo, a dinâmica desse pauperismo era radicalmente diversa àquela de anos anteriores, marcados pela desigualdade entre ricos e pobres e que estava basicamente ligada a um quadro de escassez geral, dado o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas (SOUZA, 2020, p. 31).

Fundamentada nas concepções de José Paulo Netto (2001), Sousa (2010) entende que a questão social se constituiu como resultado da escassez produzida socialmente nos marcos do capitalismo, sendo “a contradição resultante do movimento próprio do capitalismo, como sistema que produz coletivamente a riqueza, desenvolvendo amplamente as forças produtivas, mas com a riqueza socialmente gerada apropriada privadamente” (*idem*). Deste modo, a questão social se torna

parte constitutiva do desenvolvimento do capitalismo, assumindo diferentes manifestações nos distintos estágios de desenvolvimento do capital. Assim, a questão social coloca-se como uma problemática mais ampla do que a sua manifestação imediata (o pauperismo). O uso do termo questão social refere-se, pois, aos desdobramentos sócio-políticos, a reação desse segmento pauperizado na luta pela inversão da ordem social que a deflagrou, ou seja: a moderna sociedade burguesa (SOUZA, 2010, p. 31).

Na realidade brasileira, Behring e Boschetti (2008) avaliam que a questão social, mediante manifestações objetivas do pauperismo e da iniquidade em um país de natureza capitalista, especialmente após o fim da escravidão e com acentuada dificuldade para a incorporação da força de trabalho até então escravizada ao mundo do trabalho assalariado, somente se apresentou como questão política após a primeira década do século XX.

Em uma perspectiva crítica, Magali Almeida (2014) aprofundou-se no debate da questão social brasileira a partir da análise da desigualdade racial, recuperando o conceito de Diáspora Negra para pensar a reprodução da exploração e da opressão racista na história da formação brasileira, permeada por processos genocidas antinegros (ALMEIDA, 2014).

Para um debate que recupera elementos da questão social nos marcos da desigualdade de classe, centrado na categoria trabalho como elemento fundante da sociabilidade humana, observa-se, também, as contribuições de Cisne e Santos (2018), justamente por pensarem a realidade da questão social brasileira intrinsecamente relacionadas à questão racial, forjadas no racismo e nas demais opressões às pluralidades de sexo (gênero) e de sexualidade. As autoras supracitadas partem do método de análise materialista-histórico-dialético, de inspiração marxiana, para recuperar a complexidade da respectiva definição e contextualizá-la na atualidade brasileira.

Avalia-se, assim, que a divisão social do trabalho se realiza para além das diferenças e desigualdades de classes, e considera, sobretudo, o sexo e o gênero, a raça e a etnia, e, na atualidade, as sexualidades, para o estabelecimento das assimetrias nas relações de exploração e opressão que movimentam a engrenagem do capital. Pensar as dimensões históricas, contraditórias e multifacetadas da política social na experiência brasileira contemporânea e não considerar os elementos supracitados levanta a hipótese de que a reprodução da vida social, em escala maximizada e acelerada pelo capitalismo, nos impulsiona para práticas cotidianas cada vez mais patriarcais, racistas, classistas, cisheterossexistas e lgbtqia+fóbicas.

Mediante as expressões da questão social, o surgimento das políticas sociais se manifestou a nível mundial com a passagem do Estado Liberal ao Estado Social, característicos dos séculos XIX e XX, respectivamente, no amplo processo de reorientação das ações do Estado junto ao campo social, sem que isto implicasse a ruptura com os fundamentos do capitalismo.

A questão reside no fato de o capital ser compelido a incorporar algumas exigências *dos* trabalhadores, mesmo que elas sejam conflitantes com os seus interesses imediatos; mas, ao fazê-lo, procura integrar tais exigências à *sua ordem*, transformando o atendimento delas em respostas políticas que, contraditoriamente, também atendem às suas necessidades (MOTA, 2011, p. 123, grifo da autora, *destaques nossos*).

Fundamentadas na perspectiva crítica, Behring e Boschetti (2008, pp. 61 e 62) fazem um esforço de síntese sobre alguns elementos essenciais do liberalismo para uma melhor compreensão da intervenção do Estado na forma das políticas sociais do respectivo período: i)

predomínio do individualismo; ii) o bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo; iii) predomínio da liberdade e competitividade; iv) naturalização da miséria; v) predomínio da lei da necessidade; vi) manutenção de um Estado mínimo; vii) as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício, e; viii) a política social deve ser um paliativo. Tais características são recuperadas e evidenciadas no atual cenário político-econômico-cultural brasileiro, diante da notória aliança do ultraconservadorismo e do neoliberalismo (BEHRING, 2016), imbricados na configuração da nova direita²³ (PEREIRA, 2013).

As políticas sociais foram expandidas após a Segunda Guerra Mundial, contudo, o padrão ampliado de proteção social encontrou limites nos impactos da crise de superprodução na década de 1970, marcada pelo aprofundamento do desemprego, quebra dos mercados imobiliários, aumento vertiginoso do petróleo e o embargo de exportação dessa matriz energética para o ocidente, cujo resultado, atrelado aos altos índices de inflação, foi de estagnação e recessão. Foi neste cenário de reestruturação produtiva, cuja crise veio a ser sentida no Brasil já na década de 1980, em um panorama imerso no regime ditatorial autocrático, que a perspectiva intervencionista do Estado foi confrontada pelos argumentos neoliberais em ascensão, os quais fundamentaram a consequente reestruturação do Estado Social até então em voga, com vistas a adequar-se à nova conjuntura de transformações sociais, políticas e econômicas estabelecidas (PEREIRA, 2004).

Assim, pode-se compreender que os prismas para a compreensão dos aspectos das políticas sociais e da proteção social não são consensuais, tampouco podem ser entendidos apenas no direcionamento positivo à classe trabalhadora, mas sim, devem ser tomados como elementos teóricos e instrumentos de intervenção estatal antagônicos, contraditórios e também necessários à ordem do capital (PEREIRA, 2013).

Neste contexto contraditório, a educação superior no Brasil tem sido foco de disputas diversas e exemplo de uma política que, no passado, serviu exclusivamente aos interesses de uma classe dominante detentora de poder, tendo algumas experiências de assistência estudantil nos cursos de graduação também atendido às famílias da elite brasileira.

²³ Pereira (2013) recupera e apresenta a polissemia em torno das concepções da nova direita segundo fontes expoentes na discussão desta categoria.

2.1. Assistência Estudantil: ampliada e intersectorial a quem?

Historicamente direcionada para pessoas de classes sociais elevadas, a educação superior, no Brasil contemporâneo em que as políticas sociais estão submetidas à lógica neoliberal, torna-se cada vez mais um privilégio e parte de uma ofensiva capitalista de opressão da classe trabalhadora. O ensino superior brasileiro foi inicialmente designado para as pessoas de classes altas, reflexo de uma sociedade classista, marcada por um histórico colonial, racista, escravocrata e eurocêntrico (SANTOS ET AL., 2017; PROCÓPIO, 2017; ALMEIDA, 2017; CISNE E SANTOS, 2018; NOGUEIRA, 2018).

A democratização da educação superior tem sido discutida por amplos setores da sociedade brasileira durante as últimas décadas como uma necessidade do estabelecimento de políticas sociais que garantam o acesso e a equidade. Desde a Reforma Universitária de 1968 até os dias atuais, o perfil do público nas universidades tem sofrido modificações.

Há aproximadamente duas décadas, mais especificamente ao longo das últimas três gestões do governo do Partido dos Trabalhadores no cenário nacional, observou-se uma expansão do ensino superior no Brasil. Uma notória democratização desse acesso foi efetivada via faculdades privadas, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade para Todos (Prouni), os quais proporcionaram a entrada de estudantes de classes subalternizadas naquelas instituições, contudo, de forma precarizada (CAÔN e FRIZZO, 2010).

O Fies se constitui como um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculadas em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei nº 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento estudantes matriculadas em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

Já o Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa.

A expansão da educação superior no Brasil foi ainda acompanhada pelas políticas de cotas e pelo aumento no número de vagas nas universidades públicas por meio do Programa de

Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Ampliar o acesso e garantir equidade na formação de discentes são objetivos de pesquisas e estudos acadêmicos e de gestões universitárias, pois o acesso democratizado não tem sido sinônimo de garantia à permanência e à equidade para estudantes ingressantes na universidade (BARROS, 2015; SANTOS ET AL, 2017).

Já o acesso às universidades públicas, marcado pelos métodos de entrada seletivos, permanece um privilégio, que tem sido paulatinamente modificado pelas políticas de ações afirmativas como as cotas raciais e sociais, com a instituição da Lei nº 12.711 de 2012 – Lei de Cotas (BRASIL, 2012; OLIVEIRA, 2019). A UnB foi a primeira universidade federal a implementar ações afirmativas de cotas raciais, datadas de 2004, e que respondem pela democratização do perfil das estudantes da instituição, tanto em relação à diversidade das características fenotípicas quanto à pluralidade das classes sociais. Esse sistema é resultado de uma série de lutas sociais que abriram espaço para o início da democratização racial e social do acesso ao ensino superior público.

Em 2007, mediante a Portaria Normativa nº. 39 do Ministério da Educação, instituiu-se o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), qualificando-se como um programa em âmbito nacional com potencial para orientar ações de assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior (IFES).

Em 2010, a respectiva Portaria é alterada e o PNAES passa a ser regulamentado pelo Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010, que, na avaliação de Imperatori (2017), ao elaborar relevante histórico sobre a assistência estudantil na trajetória da Política de Educação brasileira, qualifica-o como “um instrumento jurídico com mais força e que permite maior estabilidade ao programa” (IMPERATORI, 2017, p. 296).

Em relação à “ampliação do acesso e permanência” estabelecidos no Decreto do PNAES, Santos et al (2017) apresentam um histórico de marcos legais e temporais alinhadas à perspectiva de Silva e Veloso (2013), às quais, por sua vez, de forma analítica, elaboram a categoria acesso em três dimensões: ingresso, permanência e qualidade da formação.

Para situar a democratização do acesso ao ensino superior no Governo Lula, com base nessa categoria analítica, vamos considerar duas das dimensões

apresentadas: Ingresso e Permanência. Neste sentido, Barbosa (2015) destaca as iniciativas federais para o ingresso e permanência *dos* estudantes: o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), previsto na LDB/96, que em 2009 passou a ser utilizado como instrumento de seleção de ingresso no ensino superior; o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que foi transformado na Lei nº 10.260 de 12/07/01; Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), estabelecido pelo Decreto nº 5.051 de 19/04/2004, que atende a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989; o Programa Universidade para Todos (Prouni), criado por meio da Lei nº 11.096/2005; o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), que cumpre o disposto nos decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni), criado pelo Decreto nº 6.096 de 24/04/2007; o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), instituído pelo MEC por meio da Portaria Normativa nº 02 de 26/01/2010; o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), criado oficialmente em 1965 pelo Decreto nº 55.613 e, atualmente, regido pelo Decreto nº 7.948 de 12 de março de 2013; e o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior – PROMISAES – criado pelo Decreto nº 4.875, de 11/11/2003, mas que tem as diretrizes para a sua execução estabelecidas na Portaria nº 745, de 05/06/2012 (SANTOS ET AL., 2017, p. 27, grifos nossos).

Portanto, há um vasto arcabouço de legislações e de programas no âmbito da educação superior pública e privada que exemplificam a expansão do acesso às universidades. A permanência nesse ambiente, entretanto, apresenta-se como um desafio cotidiano, condicionada por diversos fatores sociais, econômicos e políticos. As dificuldades encontradas por estudantes são diversas, desde o ingresso até os custeios com alimentação, moradia, transporte, e demandas acadêmicas (de ensino, pesquisa e extensão) nas universidades. Neste sentido, Santos et al. (2017) entendem que a “assistência estudantil se configura como um instrumento auxiliar para a efetivação do direito à educação superior e o PNAES possibilita uma mudança paradigmática no trato desta em todo o país” (SANTOS ET AL, 2017, p. 34).

Pereira e Souza (2017), em esforço analítico, defendem que a assistência estudantil se apresenta como “uma ramificação da Política Pública de Assistência Social que, dado ao seu caráter intersetorial, desenvolveu-se no interior da Educação como coadjuvante do processo de universalização desta” (PEREIRA e SOUZA, 2017, p. 58).

Em sintonia aos argumentos das autoras supracitadas, Mocelin (2019) problematiza a política de assistência estudantil como uma forma de proteção social, vinculada à concepção de seguridade social ampliada e intersetorial, com potencial articulação entre o direito à assistência social e o direito à educação. Para a autora, a assistência estudantil também se constitui como uma dimensão assistencial da política de educação. Fundamentada nas tipologias e na crítica levantadas por Pereira (2013) sobre a concepção de seguridade social, Mocelin conclui que a

assistência estudantil, na atualidade, “apresenta-se focalizada, mínima, exigindo condicionalidades e contrapartidas. Por isso, a necessidade da defesa do seu caráter universal vinculado à perspectiva da garantia de direito” (MOCELIN, 2019, p. 239).

A autora, em trabalho semelhante ao de Imperatori (2017), recupera também marcos temporais e legislativos/institucionais sobre a origem da assistência estudantil no Brasil. Mocelin (2019) aborda, ainda, como tal política ganhou status de direito constitucional e caracteriza as mudanças, os avanços e retrocessos da assistência estudantil nas Constituições brasileiras outorgada e promulgadas na segunda metade do século XX.

Entretanto, faz-se necessário pontuar que a Política de Assistência Social no Brasil está garantida na Constituição de 1988 e em legislações federais como a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), com previsão e participação orçamentária, que organiza e executa ações de assistência social públicas e privadas por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nesta concepção de organização e hierarquização da assistência social brasileira, não se observa a inserção e a participação das ações de Assistência Estudantil das IFES na estrutura própria da Política de Assistência Social, nem por meio do PNAES tampouco em qualquer outra normativa. Assim, cabe questionar se o que as autoras²⁴ supracitadas defendem está pautado mais em formulações conceituais e legislativas ou em uma realidade contraditória que, ao mesmo tempo em que se defende a imbricação de uma política na outra (assistência estudantil como síntese da assistência social na educação), desconsidera a previsão da primeira delas em todo o arcabouço que sustenta a Política de Assistência Social.

Em defesa de suas análises sobre a concepção da assistência estudantil, Pereira e Souza argumentam:

[...] a AE possui uma particularidade institucional: constitui uma política e uma prática inscritas e desenvolvidas no contexto da Política de educação, servindo, como tal, de elo entre Educação e Assistência, mas a partir do lugar institucional da Política de Educação. E embora a política educacional não esteja incluída no Sistema de Seguridade Social previsto pela Constituição Federal vigente (o que é criticável), ela é uma política social pública importante que, em tese, teria o papel de fortalecer as demais políticas sociais e de ser fortalecida por estas, inclusive pela Assistência Social. Daí a importância das reflexões e debates sobre a intersectorialidade das políticas sociais, atualmente intensificados” (PEREIRA e SOUZA, 2017, p. 64).

²⁴ Pereira e Souza (2017) e Mocelin (2019).

A assistência estudantil na educação pública superior, por sua vez, não possui caráter universal. Trata-se de uma ação seletiva destinada a estudantes universitárias prioritariamente no âmbito dos cursos presenciais de graduação. Além disso, pelos critérios rígidos de seleção aos programas, configura-se ainda como focalizada, uma vez que está prevista para ser destinada prioritariamente a estudantes cujas famílias apresentem renda per capita de até 1,5 salários mínimos por pessoa. E, além desta especificação, as universidades desenvolvem mecanismos de acompanhamento e concessão de benefícios mediante a contrapartida da excelência e do rendimento acadêmico apresentadas por estudantes participantes dos programas de assistência estudantil.

O Ministério da Educação (MEC), por meio do PNAES, assume relevante papel financiador dos programas de assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras, sobretudo nas instituições federais. São exemplos da política de permanência estudantil instituída em praticamente todo o cenário de universidades federais os programas de moradia estudantil, destinados a estudantes de cursos presenciais de graduação cujas famílias residam em localidades distantes da instituição federal de ensino superior (IFES), geralmente em estados federativos ou em municípios distintos, e; os programas de transferência de renda, com a finalidade de auxiliar no suprimento das despesas acadêmicas de estudantes pertencentes a famílias de baixa renda, *a priori*, com renda mensal *per capita* inferior a um salário mínimo e meio, sendo concedido a estas estudantes benefícios como auxílio socioeconômico ou bolsas de estudos advindas do Programa Bolsa Permanência do MEC, este último benefício repassado diretamente do MEC ao público-alvo beneficiário.

2.2. Permanência de estudantes LGBTQIA+ na UnB: responsabilidade familiar?

O PNAES, semelhante à Política de Assistência Social, foi idealizado considerando a matricialidade sociofamiliar, condicionando a proteção da assistência estudantil a estudantes preferencialmente advindas de famílias com determinado teto de renda.

Ocorre que, para o público de estudantes LGBTQIA+, a família pode deixar de ser uma instituição de proteção e potencial promotora da permanência da pessoa LGBTQIA+ na educação superior, uma vez que pessoas LGBTQIA+ são vítimas da histórica violência intrafamiliar (ALVES E MONIZ, 2015; ANDRADE, 2019), que se agrava em momentos de retrocessos nos direitos e na cultura política, tal qual tem se demonstrado o atual cenário

brasileiro: conservador, opressor e resistente aos gêneros e às sexualidades para além da cisheteronorma. Necessário se faz recordar das negociações políticas que, em 2011, atacaram e impediram um programa de combate à violência lgbtqia+fóbica na educação básica – Programa Escola Sem Homofobia, levando à presidente do país naquele momento a suspender a distribuição de materiais pedagógicos a todas as equipes pedagógicas das escolas da rede pública do Brasil, pressionada por argumentos irracionais de setores conservadores e fundamentalistas da sociedade e da política brasileiras, episódio distorcido com argumentos falaciosos e amplamente divulgado pela mídia como veto ao *kit gay* (FIGUEIREDO, 2018).

A violência intrafamiliar, conforme aponta Andrade (2019), pode ser reconhecida como

a ruptura de quaisquer formas de integridade de quem a sofre: física, psíquica, sexual, moral e patrimonial, ocasionadas por pessoa(s) ligada(s) por parentesco consanguíneo ou por afinidade, cuja ocorrência pode ser dentro ou fora do domicílio (SAFFIOTI, 2015 *apud* ANDRADE, 2019, p. 161).

Estudantes LGBTQIA+ da UnB apresentam cotidianamente demandas envolvendo o risco de desligamento ou de evasão em virtude da falta de proteção sociofamiliar e/ou institucional para permanecerem na universidade. Um dos percursos avaliados como possível para contribuir com a permanência deste público na universidade está materializado nos Programas de Assistência Estudantil (Paes), sobretudo, mediante as concessões de bolsa-auxílio, ao acesso gratuito às refeições no Restaurante Universitário (RU), e às vagas para moradia na Casa *do* Estudante Universitário (CEU) da Graduação e da Pós-Graduação.

Ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da UnB estão vinculadas quatro das diretorias que mais recebem demandas de estudantes LGBTQIA+ vítimas de violências morais, psicológicas, físicas, sexuais e patrimoniais no âmbito doméstico/familiar: Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), Diretoria da Diversidade (DIV), Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária (DASU) e Diretoria do Restaurante Universitário (DRU). Ao DAC estão vinculadas, ainda, a Diretoria de Acessibilidade (DACES) e a Diretoria de Esporte e Atividades Comunitárias (DEAC).

O DAC constitui-se como o decanato da UnB responsável por planejar e gerir as ações de permanência e assistência estudantil, mediante as diretorias a ele vinculadas, e, também, por intermédio de parcerias intersetoriais com unidades da UnB, tais como a Prefeitura do Campus Darcy Ribeiro e a Escola UnB Idiomas, respectivamente, na implementação do Programa de Transporte Interno e Inter *Campi* e do acesso à língua estrangeira por meio de cotas reservadas

nas turmas de idiomas para estudantes participantes dos Programas de Assistência Estudantil (PAES).

A seleção para participação nos PAES da UnB é realizada mediante divulgação de editais destinados ao custeio de alimentação, transporte, moradia, auxílio socioeconômico, auxílio creche, auxílio para inclusão digital e auxílio emergencial. Estudantes que acreditam ter perfil elegível para participarem de um dos programas submetem-se à inscrição via editais divulgados, em regra, semestralmente, e são classificadas e selecionadas mediante uma avaliação socioeconômica que considera aspectos referentes à renda *per capita* do grupo familiar, à condição do domicílio da família (se próprio, financiado, alugado, cedido, etc), a escolaridade e o tipo dos vínculos empregatícios do pai e da mãe das estudantes, ou da mantenedora responsável financeiramente pela estudante. Informações sobre a condição de saúde, se há pessoa na família com doenças crônicas, graves ou com deficiência, também são observadas como qualificações que podem potencializar a vulnerabilidade para a permanência na universidade (FARIAS, 2021). O ingresso mediante cotas (por escola pública, baixa renda ou PPI – Preta, Parda ou Indígena) são critérios observados na avaliação socioeconômica (OLIVEIRA, 2019). Além desses elementos, mais recentemente, em 2020, especificações sobre as identidades de gêneros travestis e demais identidades trans (binárias e não binárias) também foram implementadas como determinantes que acentuam vulnerabilidades para a permanência estudantil na UnB.

A respectiva avaliação socioeconômica é realizada pelas equipes de assistente sociais distribuídas nos Serviços de Programas Sociais (SPS) de todos os *campi* da UnB: Darcy Ribeiro, Faculdade de Planaltina (FUP), Faculdade de Ceilândia (FCE), Faculdade do Gama (FGA). Estas equipes são vinculadas à Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) do DAC e, por meio dela, recebem as orientações dos planos de trabalho de cada semestre letivo.

Em 1986 foi criada na UnB a Diretoria de Serviços Sociais (DSS), cujos objetivos eram planejar, coordenar, controlar e avaliar os projetos e programas de prestação de serviços sociais à comunidade da Universidade (Ato da Reitoria nº 429/86).

Posteriormente, a DSS passou a ser chamada de Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS). Para acessar aos programas ofertados pela DDS, estudantes de graduação e pós-graduação se submetem a seleções mediante editais, com foco na realização de uma avaliação socioeconômica do grupo familiar e posterior classificação, com priorização dos grupos familiares com a menor renda *per capita* e com domicílio de origem fora da região político-

geográfica do Distrito Federal, pois os programas devem ser direcionados para estudantes cujas famílias sejam de segmentos pauperizados.

A DDS, atualmente, executa programas e benefícios voltados ao acesso à língua estrangeira, Vale-Livro com desconto na compra de exemplares da Editora UnB, Auxílio Creche, Auxílio Emergencial, Bolsa Alimentação no Restaurante Universitário (PBA-RU), Auxílio Socioeconômico (PASE), Moradia Estudantil da Graduação (PME-G) e Pós-graduação (PME-PG) e Bolsa Permanência do Ministério da Educação (PBP-MEC) – este último direcionado especificamente para estudantes indígenas e quilombolas. Além disso, estudantes de cursos de graduação que excediam cinco horas diárias de aula e que apresentavam perfil sociofamiliar de baixa renda²⁵, segundo Decreto do PNAES, também eram selecionados para o PBP-MEC até o ano de 2015.

Com a pandemia da Sars-Cov-2 (COVID-19 ou novo corona vírus) e com a suspensão das aulas no primeiro semestre de 2020, a UnB, mediante a DDS, passou a elaborar e a executar editais para o repasse de Auxílio Emergencial de Apoio à Inclusão Digital, de modo a proporcionar que estudantes com recursos digitais e tecnológicos limitados possam acompanhar o semestre por meio das aulas remotas (LIMA, 2021).

Embora a UnB disponha de uma variabilidade de programas de assistência estudantil, uma parte das estudantes não consegue ter acesso aos benefícios, por conta do número reduzido de bolsas e também de vagas na Casa *do* Estudante. Por se tratar também de uma política focalizada, uma específica parcela de estudantes tem apresentado grande dificuldade para acessar alguns desses auxílios (OLIVEIRA, 2019; FARIAS, 2021). Esta parcela está também representada por estudantes LGBTQIA+ que tiveram os vínculos com a família rompidos e, conseqüentemente, saíram ou foram expulsas de casa.

As violências perpetradas contra pessoas LGBTQIA+ podem ser provocadas por indivíduos do convívio pessoal da vítima como familiares, amigas ou colegas de trabalho. As violências morais, patrimoniais, físicas e psicológicas ocorridas no âmbito familiar são recorrentes após o processo de *coming out* – “sair do armário” (ALVEZ e MONIZ, 2015). Esse processo refere-se ao momento em que a pessoa LGBTQIA+ passa a reconhecer sua sexualidade e/ou identidade de gênero e a expressá-la/s para a sociedade. Por vezes essas violências culminam na expulsão da pessoa LGBTQIA+ de sua residência, fragilizando ou

²⁵ Conforme decreto do PNAES, com renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo.

rompendo os vínculos sociofamiliares (PEIXOTO, 2020; BENEVIDES e NOGUEIRA, 2020; BENEVIDES, 2021). Parte dessas pessoas está na educação superior e encontra dificuldades em permanecer na universidade durante e após “a saída do armário”.

Ao tentarem acessar os programas da assistência estudantil da UnB, estudantes LGBTQIA+ em situação de rompimento dos vínculos familiares têm seus pedidos negados ou indeferidos por não serem caracterizadas como perfis elegíveis para os programas. Isso acontece porque o núcleo familiar pode apresentar uma renda familiar superior àquela estabelecida pelo PNAES, que, vale frisar, apresenta-se muito limitada, caracterizando um acesso focalizado aos programas da Assistência Estudantil no cenário brasileiro, além de apresentarem domicílio no Distrito Federal (o que é fator de exclusão para participação nos Programas de Moradia Estudantil).

No entanto, o rompimento dos vínculos é, por vezes, tão extremo que estas estudantes perdem todo apoio afetivo e financeiro do núcleo familiar, ficando em grave situação de vulnerabilidade biopsicossocial e em comprometimento da permanência na universidade.

Farias (2021) acrescenta também que os critérios gerais para a realização de avaliações socioeconômicas seletivas aos programas de assistência estudantil têm exigido uso da documentação do grupo familiar como um critério burocrático de exclusão das discentes aos processos seletivos, os quais se apresentam, ainda, de forma estigmatizada, focalizada, meritocrática e voltados principalmente à bolsificação das estudantes mediante programas de transferência de renda.

Outro revés comprometedor está na obrigatoriedade da apresentação dos dados relativos à renda de entes familiares mediante a apresentação de documentação comprobatória alinhada às informações preenchidas no formulário da avaliação socioeconômica. Cabe observar que, os conflitos intrafamiliares são por vezes fenômenos que se manifestam do poder patriarcal sobre as demais pessoas do grupo familiar que não apresentam o mesmo status ou as mesmas condições de autonomia e de renda. A exemplo do que observou Andrade (2019) em reflexões realizadas por Saffioti (2001):

[...] a violência intrafamiliar indica a presença de correlações de poder e autoridade, fruto de relações de dominação-exploração e propiciada pela imbricação das ordenações patriarcal, racista e capitalista da sociedade. [...] A violência intrafamiliar expressa, assim, o quão são intrincadas as formas de reafirmação do domínio sobre o outro: homem/mulher, pais/filhos, diferentes gerações, pessoas brancas/pessoas não brancas entre outras. Também evidencia as desigualdades, no âmbito familiar, do usufruto do direito a uma vida livre de violência. Tais fatos trazem à tona elementos que podem explicar

a delonga do país em reconhecer a violência intrafamiliar como uma violação de direitos e que exigia respostas do Estado (ANDRADE, 2019, pp. 162 e 163).

Diante de diversos casos de violência e violações de direitos contra mulheres, negras e negros, indígenas e LGBTQIA+ na UnB, e por movimentações políticas de movimentos sociais em defesa das pautas dos direitos humanos e por pressões externas à universidade, com participação ativa sobretudo do Ministério Público Federal, foi criada em 2013, a Diretoria da Diversidade (DIV). Conforme entrevista concedida por uma das ex gestoras que esteve à frente do DAC entre 2012 e 2016, a assistente social e docente aposentada da UnB Denise Bomtempo,

[...] Nos deparamos também com muitas demandas envolvendo violência, homofobia, lesbofobia, transfobia, assédios e racismo. O DAC é o pulmão da Universidade, aqui se sente o que acontece na sociedade brasileira. O decanato abarca todas essas contradições. Como resposta, recuperamos um trabalho iniciado pela gestão anterior em torno do tema e decidimos criar a Diretoria da Diversidade [...]. (APUK, 2016).

Assim, a DIV foi vinculada ao DAC e tem como atribuições a elaboração, execução, monitoramento e avaliação de políticas de respeito à diversidade e de prevenção à violência em virtude das identidades de gênero, raça, etnia e orientação sexual, conforme o Ato da Reitoria nº 488/2013.

A DIV se fundamenta nos direitos humanos relativos aos valores da justiça, liberdade, igualdade, solidariedade, combate ao preconceito e à intolerância, com objetivo à formação de valores ético-humanísticos, voltados à consolidação de uma sociedade mais justa. Dentre os objetivos desta Diretoria, destacam-se o de promover fóruns permanentes de discussão; monitorar e avaliar as políticas, programas, projetos e ações voltados à questão da diversidade na comunidade universitária; oportunizar a intersetorialidade das políticas, programas e ações em seu âmbito de atuação, com os governos federal e distrital; desenvolver estudos e pesquisas sobre políticas, programas e ações relacionadas às temáticas da diversidade, no âmbito da UnB; dotar de práticas político-pedagógicas comprometidas com o respeito à diversidade, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável, da justiça e inclusão social, da democracia e da cidadania (UNB, 2013).

A DIV é composta pela diretora da diversidade, uma secretaria administrativa e por quatro coordenações: Coordenação das Mulheres; Coordenação LGBT; Coordenação Negra e Coordenação Indígena, conforme minuta de ato de reestruturação da unidade. A DIV deve

coordenar as políticas que estiverem relacionadas às questões de diversidade étnico-racial, de gênero e de sexualidades e mediar recursos materiais e financeiros para desenvolver ações de suas coordenações; prestar apoio técnico às unidades de graduação e pós-graduação; avaliar ações; divulgar programas; assessorar o DAC nas suas competências; integrar as coordenações que estão vinculadas à diretoria; gerenciar os recursos financeiros; representar a UnB nos assuntos que tangem a sua área de competência; fazer o orçamento anual da diretoria; divulgar as ações da diretoria; participar das reuniões do DAC, e; presidir as reuniões junto às Coordenações.

Inicialmente, “a DIV desenvolveu sua gestão a partir de três eixos: i) Formação e Produção de Conhecimento; ii) Mobilização e Visibilidade; e iii) Articulação e Monitoramento” (CARVALHO ET AL., 2014, p. 525). Contudo, após alterações nas gestões com as eleições à Reitoria, a equipe da DIV passou a ser melhor qualificada por servidoras e servidores especialistas, com formações em Serviço Social e Psicologia Social, além de profissionais de áreas afins interessadas nas temáticas de gênero, raça-etnia e sexualidade. Atualmente, as atividades desenvolvidas pela DIV alinham-se aos eixos: i) Proteção; ii) Promoção e, iii) Instrumentalização e Formação Continuada.

No Eixo da Proteção são realizadas ações às pessoas da comunidade universitária da UnB que estejam em condição de violência ou de violação de direitos em virtude da identidade de gênero, da raça-etnia ou da orientação sexual. A estas pessoas são direcionados atendimentos socioassistenciais, psicossociais e sociopedagógicos com o fim de se alcançar a cessação da situação de violência ou da violação de direitos como, também, de garantir a permanência da pessoa violada ou violentada na UnB, independentemente de seu vínculo institucional. Assim, estudantes de graduação e de pós-graduação se apresentam como o público elegível mais expressivo deste Eixo, contudo, servidoras e servidores (técnicas e técnicos administrativos ou docentes), trabalhadoras e trabalhadores vinculadas a empresas terceirizadas e demais pesquisadoras e pesquisadores são também recepcionadas, acolhidas e acompanhadas mediante as ações do Eixo da Proteção.

Neste sentido, a DIV se configura também como um dos canais e serviços da UnB no atendimento às vítimas de assédios (moral e sexual), violência contra às mulheres, racismo (sobretudo anti negras e negros e anti indígenas) e violências lgbtqia+fóbicas. As pessoas em condição de violência e de violação de direitos recebem atendimento com a finalidade da preservação da saúde biopsicossocial, e com a possibilidade de apresentar denúncia contra a

parte localizada no pólo agressor do conflito. Além disso, são destinadas orientações da rede de proteção administrativa, jurídica e de segurança pública do Distrito Federal.

O Eixo da Promoção, por sua vez, desenvolve ações de visibilidade das pautas de gênero, étnico-raciais e de sexualidade no âmbito dos *campi* da UnB. São exemplos destas ações, as atividades desenvolvidas em virtude da Visibilidade Trans (29 de janeiro), do Dia Internacional das Mulheres (8 de março), do Dia Nacional dos Povos Indígenas (19 de abril), do Dia de Combate às LGBTQIA+fobias (17 de maio), Dia de Celebração do Orgulho LGBTQIA+ (28 de junho), Dia da Mulher Negra, Latino-America e Caribenha (25 de julho), Dia da Visibilidade Lésbica (19 de agosto), Dia da Visibilidade Bissexual (23 de setembro), Dia da Visibilidade às Pessoas Intersexos (26 de outubro) e Dia da Consciência Negra (20 de novembro), entre outras ações alinhadas ao calendário acadêmico e à agenda político-administrativa da UnB, tais como aulas de recepção a estudantes calouras e calouros, rodas de conversa, mesas de debates organizadas por centros acadêmicos, pelo DCE ou por coletivos, grupos de pesquisa e movimentos sociais.

Por fim, o Eixo da Instrumentalização e da Formação Continuada tem o objetivo de conferir segurança administrativa para que a equipe da DIV/DAC e demais unidades da UnB realizem ações em conformidade com os princípios da administração pública e com os limites legais institucionais, além de garantir ao corpo universitário atividades de qualificação e formação contínua em matéria de gênero, raça-etnia e sexualidade. São exemplos de iniciativas elaboradas no âmbito da Instrumentalização a Resolução do CAD nº 54/2017, a qual garante o uso do nome social por pessoas trans com vínculos com a UnB, e o Programa de Atenção à Diversidade (PADiv), destinado a garantia da permanência de estudantes de graduação que estejam em situação de violência e ou violação de direitos em virtude das violências de gênero, étnico-racial ou pela orientação sexual. Já os cursos de qualificação e formação continuada são ministrados em parceria com o Decanato de Gestão de Pessoas ou com demais unidades acadêmicas e administrativas da UnB e tem como finalidade qualificar o corpo técnico e docente em matéria de gênero, raça-etnia e sexualidade.

Estas atividades são apresentadas pela equipe da DIV considerando-se a perspectiva interseccional das categorias gênero, raça-etnia, sexualidade e classe social, e se realizam ora de forma transversal ora de forma intersetorial com demais serviços internos e externos à UnB.

2.3. Interseccionalidade de opressões para a assistência estudantil

Ações como a instituição da Resolução do Conselho Administrativo (CAD) da UnB nº 0054/2017, a qual estabelece o respeito e à promoção ao uso do nome social a pessoas trans na UnB, o Programa de Atenção à Diversidade (PADiv) e os acompanhamentos socioassistenciais, psicossociais e pedagógicos a pessoas LGBTQIA+ vítimas de lgbtqia+fobia são algumas ações contínuas desenvolvidas pela equipe da DIV com foco no público LGBTQIA+ da UnB em situação de violência e violação de direitos.

O Padiv tem se constituído em três eixos inter-relacionados: 1) como um auxílio emergencial de R\$465,00 direcionados a estudantes de graduação em situação de fragilização/rompimento dos vínculos familiares e que estejam em comprometimento da permanência na universidade; 2) o Programa é composto, também, de um acesso em caráter emergencial às refeições gratuitas no Restaurante Universitário da UnB pelo período máximo de um mês (30 dias), e; 3) a inserção no Programa prevê o acompanhamento regular da estudante assistida por equipe da DIV mediante a realização de atendimentos psicossociais, socioassistenciais e/ou sociopedagógicos e de encaminhamentos aos serviços da rede (interna e externa) de proteção às pessoas vítimas de violência.

Desde que as atividades acadêmicas e administrativas presenciais foram limitadas à modalidade remota, as unidades do Restaurante Universitário (RU) fecharam e o acesso às refeições subsidiadas pela UnB se limitaram a editais do Programa Bolsa Alimentação na modalidade pecúnia e do Auxílio Emergencial à Alimentação, ambos os programas executados pela DDS. Somente no início de setembro de 2021, a unidade do RU do campus Darcy Ribeiro reabriu em regime experimental para ofertar refeições de café da manhã, almoço e jantar a estudantes participantes do Programa de Moradia Estudantil na modalidade vaga nas Casa *do* Estudante (CEU) da Graduação e da Pós-Graduação.

O PADiv, entretanto, enfrentou resistência institucional para ser devidamente qualificado como uma resolução da UnB. A primeira versão de minuta do Programa foi elaborada no primeiro semestre de 2017 por servidoras da DIV e já no segundo semestre daquele ano pôde contemplar algumas estudantes LGBTQIA+ vítimas de violências lgbtqia+fóbicas no âmbito doméstico/familiar, contudo, mediante formalização de processo eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e de apreciação e deferimento por parte do DAC, e não por meio de um instrumento com *status* de ato ou de resolução da universidade,

o que poderia dar mais segurança à equipe e às profissionais da DIV, sobretudo no decorrer dos processos de auditoria e prestação de contas dos gastos públicos advindos do PNAES.

Ocorre que disputas foram travadas para que o PADiv alcançasse condição de resolução na UnB. Em 2018, o DAC submeteu o Processo SEI nº 23106.126787/2018-93 (relativo ao PADiv) à consulta da Procuradoria Jurídica na UnB, de modo a se observar se contemplar estudantes que não poderiam contar com a proteção afetiva e financeira da família para a permanência na universidade, caracterizaria perfil distinto ao que preconiza o Decreto do PNAES em virtude da renda do grupo familiar das estudantes. O parecer da Procuradoria Jurídica foi favorável ao público alvo do PADiv e o DAC, naquele momento, comprometeu-se a direcionar orçamento para o exercício seguinte (2019) e de submeter a minuta do Programa à Câmara de Assuntos Comunitários (CAC), após a realização de várias reuniões para revisão e melhor qualificação do texto da minuta, momento que novamente contou com a participação de servidoras das equipes da DIV, da DDS, da DRU e, de forma inédita, de conselheiras da CAC. Em setembro de 2019, em reunião da CAC, a minuta do PADiv foi aprovada por unanimidade pelas conselheiras presentes. Mas foi somente em 15 de julho de 2020, que a então reitora da UnB, anunciou na ocasião da I Conferência de Combate à Violência de Gênero na UnB²⁶, a publicação da Resolução do CAD nº 11/2020, a qual instituiu o PADiv, após apreciação e aprovação do CAD.

Insta observar, ainda, que em novembro de 2018, a concepção do PADiv foi apresentada a pró-reitoras de assuntos comunitários de IFES do centro-oeste no *II Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários (FONAPRACE) da Região Centro-Oeste*²⁷, por meio do *Painel 5: As experiências de inclusão – indígenas, quilombolas, mulheres, grupos LGTBs e pessoas com deficiência nas IFES*. A proposta do PADiv, contudo, não fora recebida de forma consensual, sob argumentos que defendiam prioritariamente a observação ao critério de renda do grupo familiar às condições de violência e violações de direitos a estudantes LGBTQIA+ oprimidas por familiares. Algumas falas procuraram justificar, ainda, que nos conflitos intrafamiliares com rompimentos dos vínculos afetivos, tal rompimento não se dariam de forma unilateral, apenas pelo ente familiar da estudante. Desconsideraram, assim, as

²⁶ Evento realizado de forma remota, cujos vídeos podem ser acessados livremente na Plataforma *YouTube*: <https://www.youtube.com/watch?v=C_QW3mKDBGI>, <<https://www.youtube.com/watch?v=zt2BN2KnVQs>>, <<https://www.youtube.com/watch?v=XCc4yJoeG3A>>, <<https://www.youtube.com/watch?v=SKC53y4iUKY&t=3309s>>, <<https://www.youtube.com/watch?v=gFJimfvQaWo>>.

²⁷ Disponível em: <<http://prae.ufg.br/p/26785-ii-encontro-fonapraxe-da-regional-centro-oeste>>. Acesso em: 03 de outubro de 2021.

assimetrias relativas à faixa etária, à renda e à estabilidade financeira, à consolidação de redes sociais e institucionais de apoio que, para pessoas adultas, como mães, pais e demais responsáveis por estudantes universitárias as posicionam em condições de poder a ponto de perpetuarem violências de toda ordem a filhas, filhos e demais dependentes LGBTQIA+.

Mesmo com as progressistas contribuições do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), atento à realidade da diversidade humana (Cisne e Santos, 2018) brasileira, observa-se que há uma lacuna na formação do Serviço Social e da Política Social no Brasil, particularmente, há um silenciamento sobre a diversidade de sexo/gênero, raça/etnia e das sexualidades na trajetória da formação social do país. Pensar a política social na atualidade, não apenas no âmbito do Brasil, mas em tempos de mundialização do capital financeiro (CHESNAIS, 2000), é mais que urgente e necessário. As lutas por direitos protagonizadas pelos movimentos indígena e negro, pelos movimentos feministas e pelas demais pessoas LGBTQIA+ devem ser consideradas não mais limitadas a recortes, mas estabelecidas como fundamentos político, econômico, cultural e social, pois, se tais pessoas não estão no centro da engrenagem do capital, estão na base e na sua sustentação, na mais intensificada condição de exploração e opressão.

Nesse sentido, avalia-se que as políticas de permanência têm se mostrado de grande importância para estudantes LGBTQIA+, pois podem reduzir o efeito das desigualdades sociais na comunidade universitária, possibilitando a continuidade dos cursos de graduação e pós-graduação até a diplomação.

O PNAES é de suma importância para o desenvolvimento das políticas de permanência e de assistência estudantil nas IFES. Tal Decreto foi resultado de mobilizações sociais e, ainda que com recursos insuficientes e em constante ameaça de cortes e contingenciamentos, tem contribuído para que estudantes deem prosseguimento aos seus estudos.

Com base nos argumentos explanados até aqui, apresenta-se as perspectivas analíticas da interseccionalidade e da consubstancialidade das matrizes de opressões (COLLINS, 2017; MIRLA E SANTOS, 2018; AKOTIRENE, 2019) para se pensar em práticas profissionais e de gestão que garantam a observância aos preconceitos e discriminações estruturais que ameaçam a permanência de estudantes LGBTQIA+ na educação superior pública. Tais categorias apresentam-se, ainda, com potencial de se constituírem como métodos de investigação teórica e de intervenção técnica, recuperando a imbricação das opressões cisheteropatriarcais, racistas e capitalistas nos corpos, nos comportamentos e nas subjetividades de LGBTQIA+ negras,

pobres, com deficiência, com agravos à saúde biopsicossocial e destituídas da proteção sociofamiliar e do Estado.

Reconhecer tais perspectivas analíticas é também legitimar que não há hierarquia destas opressões, embora alguma delas possa se manifestar de forma mais acentuada em determinados contextos e períodos históricos.

Neste sentido, avaliou-se ser de fundamental importância a este estudo observar o perfil identitário e socioeconômico de estudantes LGBTQIA+ participantes do PADiv entre os anos de 2017 a 2020, sobretudo para qualificar a pluralidade de identidades de gênero e de orientações sexuais, auto declaração de cor/raça, idade e condição socioeconômica, ou, para ser mais exata, renda per capita de quem não tem mais na família nuclear um local de segurança e proteção.

CAPÍTULO III – Práticas profissionais e de gestão para a permanência de estudantes LGBTQIA+ na UnB

“É tudo nosso! Nada deles.”

[Rosa Luz – 2017]

Este capítulo apresenta resultados e reflexões advindas da pesquisa intitulada “Práticas Profissionais e de Gestão para as Diversidades de Gênero e de Sexualidade na Educação Superior: contradições das ações de permanência a estudantes LGBTQIA+ na UnB”, sobre a qual se estrutura esta síntese.

Pensar a permanência de estudantes LGBTQIA+ na UnB, sobretudo daquelas que apresentam histórico de fragilização ou rompimento dos vínculos familiares, tem sido uma constante desde o ingresso do pesquisador na condição de servidor da Universidade de Brasília (UnB), inicialmente, em 2014, como assistente social da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), e, de meados de 2016 até o presente momento, como integrante da equipe da Coordenação LGBT da Diretoria da Diversidade (DIV), também como assistente social.

Tal qual pode-se observar na literatura acadêmica recuperada ao longo do Capítulo II desta dissertação, a assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior (IFES) está estruturada sob o pilar da classe social, onde o critério de renda *per capita* do grupo familiar é condição para a classificação e seleção de estudantes advindas de famílias de baixa renda.

As universidades federais, por meios de decanatos e pró-reitorias de assuntos comunitários, têm instituído formas autônomas de seleções a programas, projetos e demais ações de permanência e assistência estudantil a estudantes com insuficiência financeira para permanecerem nos cursos de graduação, tendo como marco legal orientador o Decreto nº 7.234/2020 – o qual dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Em seu artigo 5º, o PNAES estabelece que:

[...] Serão *atendidos* no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes *oriundos* da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010)²⁸.

²⁸ Destaques em *itálico* nossos. Destaque em **negrito** pelo próprio Decreto.

Tem sido esta a principal observação para inclusão do público estudantil aos programas de assistência estudantil, embora o próprio Decreto do PNAES admita que para além do *caput* do artigo 5º, as IFES devem fixar requisitos para a percepção da assistência Estudantil, observando o disposto no *caput* do art. 2º²⁹, o qual apresenta os objetivos do PNAES:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência *dos*³⁰ jovens na educação superior pública federal;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

O PNAES assegura, ainda, autonomia às IFES na definição de critérios e de metodologias para a inclusão das estudantes de graduação aos programas de assistência estudantil, como se pode observar na redação do § 2º, art. 3º: “Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção *dos alunos* de graduação a serem *beneficiados*³¹” (BRASIL, 2010).

Como apresentado ao longo dos Capítulos anteriores desta dissertação, estudantes LGBTQIA+ que expressam comportamento de gênero e de sexualidade para além da cisheteronorma podem não ser acolhidas e protegidas por seus núcleos familiares. De forma antagônica, famílias ou entes familiares mais podem violar do que proteger pessoas LGBTQIA+, sobretudo em contextos marcados pelo histórico patriarcal como é exemplo o Brasil, que institucionaliza o machismo e sexismo.

Nesta linha, estudantes LGBTQIA+ que saem do armário para expressar a identidade de gênero ou a orientação do afeto, do romantismo e da sexualidade para além da cisheterossexualidade são atravessadas de violências e de violações de direitos que podem, inclusive, ameaçar a permanência no curso de graduação, características estas que estão para além da condição da classe social, se tal categoria for reduzida e mediada apenas por aproximações à renda *per capita* do grupo familiar da pessoa LGBTQIA+.

²⁹ Inciso I, parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

³⁰ Grifo nosso.

³¹ Grifos nossos.

Com base no arcabouço administrativo da esfera federal – uma vez que decreto não tem status de lei – e nas demandas que se apresentam cotidianamente aos serviços que executam os programas de assistência estudantil nas IFES, que também atendem jovens estudantes LGBTQIA+ com riscos de evasão ou desligamento da universidade por motivos de lgbtqia+fobia inclusive no âmbito da família, questionou-se: em que medida o Decanato de Assuntos Comunitários da UnB tem garantido a permanência de estudantes LGBTQIA+ vítimas de lgbtqia+fobia em âmbito familiar?

Os subtítulos seguintes apresentam os resultados advindos dos levantamentos documentais e da consulta realizada às profissionais vinculadas à equipe e às demais diretorias do DAC.

3.1. As diretorias do DAC na promoção da permanência de estudantes LGBTQIA+

Este estudo não teve a pretensão de identificar o histórico dos primeiros registros de atendimento às pessoas LGBTQIA+ no âmbito dos programas de assistência estudantil da UnB. Sabe-se que a Universidade durante anos se apresentou omissa em matéria das violências de gênero e de sexualidades reproduzidas em seu interior, seja no contexto acadêmico – voltado às salas de aula e aos grupos de pesquisa – seja no âmbito administrativo das mais diversas unidades que a estruturam.

Mendes (2012), por meio de pesquisa qualitativa realizada mediante entrevistas semiestruturadas com estudantes LGBTQIA+, identificou, no primeiro semestre de 2012, que as lgbtqia+fobias se manifestam na Universidade sob diversos aspectos, e que, à época, não havia um setor na UnB que combatesse estas formas de violências.

Atualmente, aos serviços desenvolvidos pelas diretorias vinculadas ao Decanato de Assuntos Comunitários, apresentam-se demandas contínuas de estudantes LGBTQIA+ seja em matéria de violências sofridas no interior da UnB, de violências advindas de contextos familiares e socioafetivos, de negativas de acesso aos programas de assistência estudantil continuados, como Programa Bolsa Alimentação no Restaurante Universitário (PBA-RU), Programa Auxílio Socioeconômico (PASE) e Programa de Moradia Estudantil (PME), acentuando-se o risco à segurança alimentar e nutricional da pessoa violentada, à condição de moradia precária, incerta, clandestina ou até mesmo à situação de rua. Soma-se a estes

exemplos, as demandas de desrespeito ao uso do nome social ou ao registro civil retificado conquistado por travestis e demais pessoas trans, os conflitos advindos nas práticas esportivas em matéria de gênero e os agravos à saúde mental intensificados por preconceitos e discriminações machistas, sexistas e lgbtqia+fóbicas.

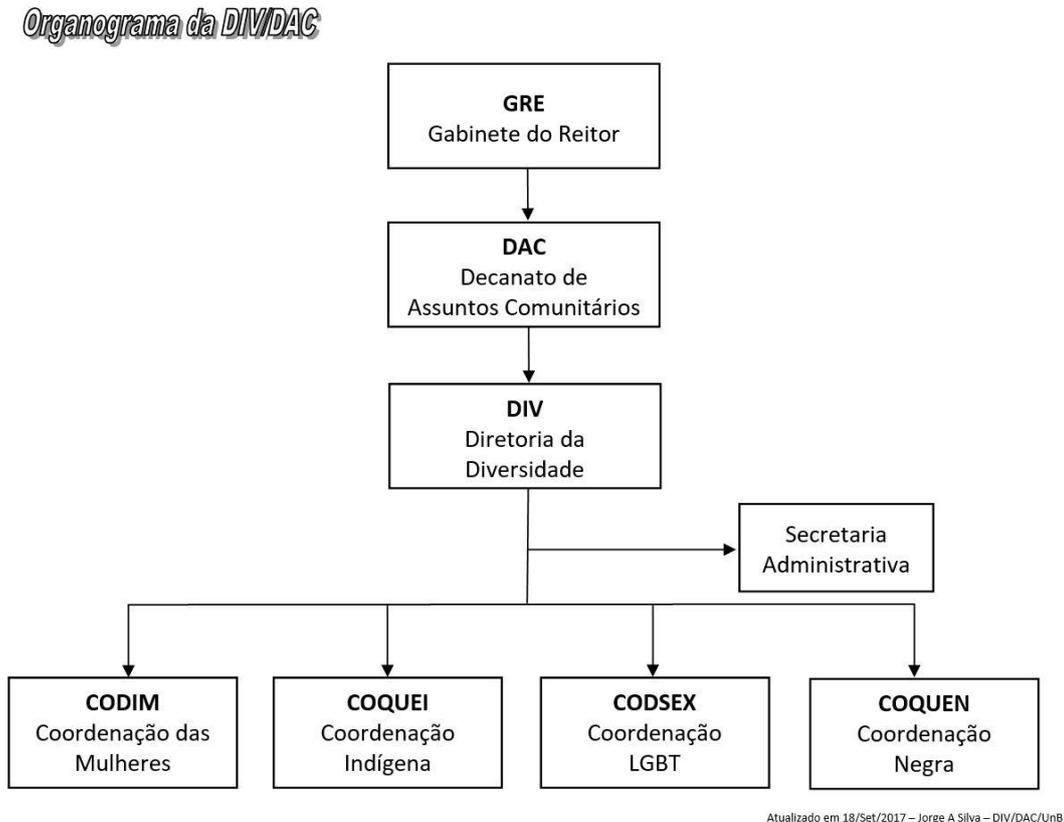
3.1.1. O DAC e suas Diretorias

O DAC, atualmente, estrutura-se mediante o gabinete do decano de assuntos comunitários, assessorado por equipe técnica administrativa e por especialistas, e por outras seis diretorias vinculadas: 1) Diretoria da Diversidade (DIV); 2) Diretoria de Acessibilidade (DACES); 3) Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária (DASU); 4) Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS); 5) Diretoria de Esporte e Atividades Comunitárias (DEAC), e; 6) Diretoria do Restaurante Universitário (DRU).

A DIV, previamente qualificada no Capítulo II desta dissertação, apresenta como alguns dos seus objetivos “elaborar, implementar, coordenar, executar e avaliar as políticas, programas, projetos e ações, visando à igualdade de oportunidade, ao acolhimento e ao respeito à diferença, bem como sua valorização” (UNB, 2021). Esta Diretoria tem também como finalidade “ser um canal de referência para acolhimento de vítimas, por meio de orientações, aconselhamento e demais encaminhamentos nos casos de violação de direitos relacionados às questões da diversidade” (UNB, 2021).

A DIV foi criada pelo Ato da Reitoria nº 488/2013 e teve sua estrutura organizacional reformulada por meio do Ato do DAC nº 012/2021. Atualmente, a unidade é constituída por: Direção da Diversidade, da qual fazem parte a Coordenação Administrativa e a Equipe Técnica-Especializada e quatro Coordenações: das Mulheres, Indígena, LGBT e Negra (UNB, 2021).

Figura 1 - Organograma da DIV/DAC

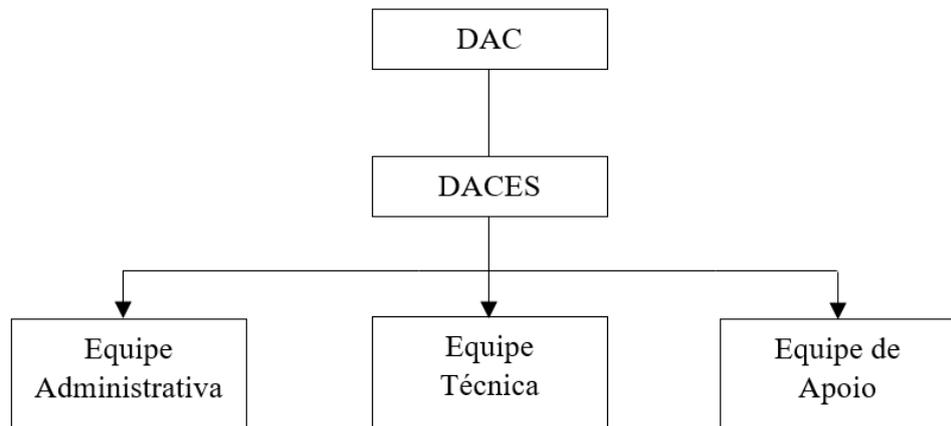


Fonte: página eletrônica da DIV no Portal da UnB (Arte por Jorge A. Silva, servidor aposentado da UnB, 2017).

Somente em julho de 2020 a DACES adquiriu status de diretoria, por meio do Ato da Reitoria nº 0845/2020, o qual atualiza a estrutura organizacional do DAC. Contudo, a caracterização da equipe e dos serviços que a compõem advêm do anterior Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE), o qual foi criado em 1999 vinculado à Vice-Reitoria, por demandas do movimento de estudantes e familiares de estudantes com deficiências ou necessidades educacionais específicas, relativas ao ingresso, à permanência e à diplomação deste público na UnB. Em 2017, o PPNE passou a se constituir como uma Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência, vinculada ao DAC, embora inicialmente tenha sido mantida a sigla anterior.

A DACES tem o objetivo de estabelecer uma política permanente de atenção às pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais específicas na UnB, de modo a assegurar a plena inclusão na comunidade universitária. A Diretoria é constituída por três Equipes: Administrativa; Técnica, e; de Apoio.

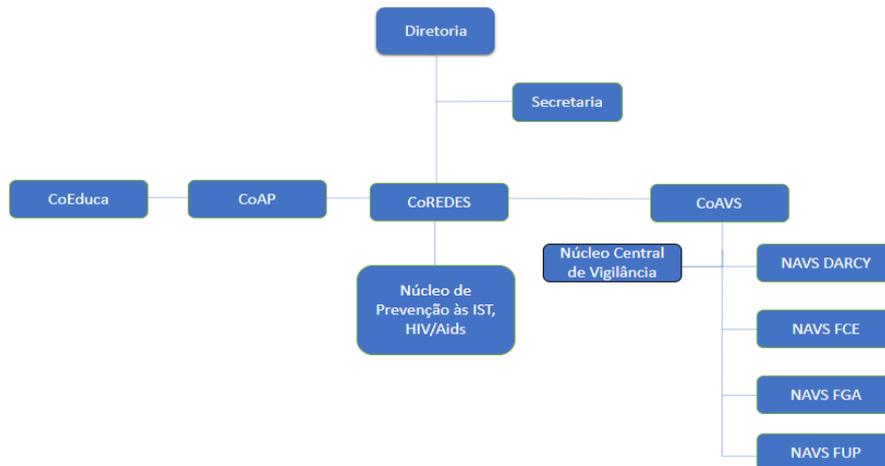
Figura 2 - Organograma da DACES/DAC



Fonte: elaboração própria a partir de informações na página eletrônica da DACES no Portal da UnB.

Já a DASU foi instituída por meio do Ato da Reitoria nº 0573/2019, tendo sua estrutura também atualizada pelo Ato da Reitoria 0845/2020. A DASU tem como objetivo coordenar políticas e estratégias de atenção à saúde e à qualidade de vida da comunidade da UnB, e é composta por uma secretaria e quatro Coordenações, a saber: de Atenção Psicossocial (CoAP); de Articulação de Redes para Prevenção e Promoção da Saúde (CoRedes); de Articulação da Comunidade Educativa (CoEduca), e; de Atenção e Vigilância à Saúde (CoAVS). Suas competências, assim como as diretrizes para a implementação dos princípios da Universidade Promotora de Saúde (UPS) na UnB, estão estabelecidas no Ato do Decanato de Assuntos Comunitários nº 04/2021 (UNB, 2021).

Figura 3 - Organograma da DASU/DAC



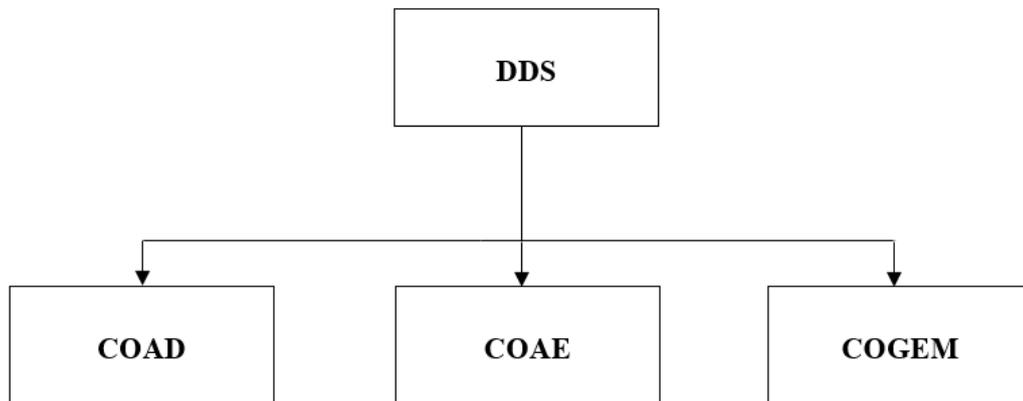
Fonte: página eletrônica da DASU no Portal da UnB.

A DDS tem por objetivo principal “promover assistência estudantil como direito de cidadania a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio de programas, projetos e ações de incentivo à permanência e conclusão do ensino superior”³². Trata-se da unidade do DAC que recepciona a maior parte das demandas das estudantes de baixa renda e que, também, redistribui a maioria dos recursos advindos do PNAES e de demais fontes orçamentárias da UnB.

Recorda-se que tal unidade foi inicialmente criada sob o nome de Diretoria de Serviço Social pelo Ato da Reitoria nº 429/1986. Em 1994, mediante o Ato da Reitoria nº 429/1994, foi aprovada a primeira reestruturação da Diretoria, a qual passou a apresentar o mesmo nome que se tem hoje. A execução dos serviços na DDS é distribuída em três coordenações: Administrativa (COAD); de Assistência Estudantil (COAE), e; Geral de Moradia Estudantil (COGEM), em conformidade ao Ato da Reitoria nº 0845/2020, o qual atualiza a estrutura organizacional do DAC.

³² Disponível em: <<http://dds.dac.unb.br/index.php/diretoria-dds>>. Acesso em 11 jan. 2022.

Figura 4 - Organograma da DDS/DAC



Fonte: elaboração própria a partir de informações na página eletrônica da DDS no Portal da UnB.

Os programas de moradia estudantil na UnB são ramificados em duas modalidades: Programa de Moradia Estudantil da Graduação (PME-G), mediante concessão de vagas em apartamento na Casa do Estudante *Universitário*³³ ou pagamento de pecúnia no valor de R\$530,00 mensais³⁴ que devem ser destinados exclusivamente a despesas de moradia, como aluguel de imóveis ou hospedagens em dormitórios, pensionatos, repúblicas, entre outras, e; Programa de Moradia Estudantil da Pós-Graduação (PME-PG), com concessão de vagas em apartamentos no Bloco K da Colina, destinado a estudantes de cursos de mestrado e doutorado classificadas e selecionadas nos editais da avaliação socioeconômica e do PME-PG, os quais são executados pela equipe técnica composta por assistentes sociais da DDS.

³³ Grifos nossos.

³⁴ Este valor foi inicialmente calculado como a divisão do valor médio de aluguéis de apartamentos, inclusive de propriedade da UnB, para até quatro pessoas, no bairro da Asa Norte, em Brasília/DF, onde está localizado o campus universitário Darcy Ribeiro. Inicialmente, o pagamento em pecúnia foi uma modalidade oferecida às estudantes residentes na CEU no ano de 2010, ocasião em que a Casa foi desocupada para reforma, sendo reinaugurada apenas em 2014. Neste hiato de tempo, o PME-G esteve condicionado à modalidade pecúnia e à concessão de apartamentos para aluguel, de propriedade da UnB, na Asa Norte, nas proximidades, mas não na área de abrangência do campus Darcy Ribeiro. Cada apartamento da CEU comportava – e ainda comporta – até quatro estudantes. O valor da pecúnia do PME-G foi dividido de modo que as e os estudantes que foram levadas a desocuparem os apartamentos na CEU, tivessem condições para alugar moradias de forma coletiva e compartilhada (semelhante às repúblicas estudantis) próximas ao campus Darcy Ribeiro. A modalidade pecúnia se manteve mesmo com a reinauguração da CEU, e atende também estudantes de cursos presenciais de graduação dos *campi* FUP (região administrativa de Planaltina), FCE (região administrativa de Ceilândia) e FGA (região administrativa do Gama). Registra-se que desde a origem da modalidade pecúnia do PME-G não houve nenhum reajuste no valor do auxílio.

A DDS também assessora o DAC no planejamento, implementação, operacionalização e monitoramento dos programas, projetos e ações da Política de Assistência Estudantil na UnB.

A DEAC, por sua vez, tem o objetivo de promover a integração da comunidade da UnB por meio do esporte, do lazer e de ações culturais. Ela está constituída por uma secretaria administrativa e três Coordenações: Esporte e Lazer (CEL), Arte e Cultura (CoAC) e Organizações Comunitárias (COC). A CEL apresenta como objetivos promover o lazer e a prática esportiva na UnB, tanto de forma recreativa quanto no estímulo a modalidades que representem a UnB em competições organizadas pelas federações e confederações desportivas brasileiras³⁵.

A CoAC “tem a competência de planejar, coordenar, divulgar, controlar e avaliar os programas e projetos comunitários com objetivo de executar uma política artística e cultural no âmbito da UnB”³⁶, Já a COC tem a finalidade de apoiar as iniciativas de estudantes promovidas por meio do Diretório Central dos Estudantes (DCE), dos Centros Acadêmicos (CAs) e das Atléticas de cursos.

Figura 5 - Organograma da DEAC/DAC



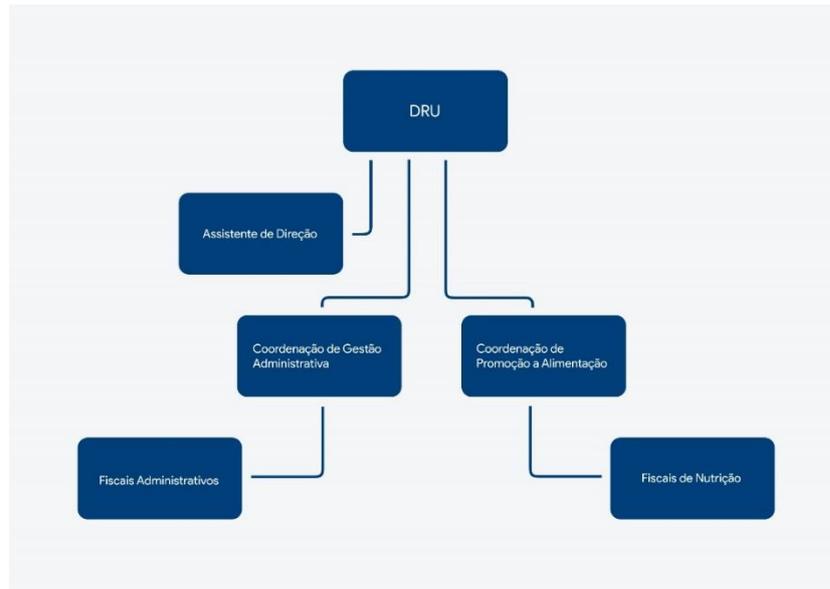
Fonte: página eletrônica da DEAC/DAC no Portal da UnB.

³⁵ Disponível em: <<http://www.esporte.unb.br/index.php/diretoria-del>>. Acesso em 09 jan. 2022.

³⁶ Disponível em: <<http://docca.unb.br/index.php/diretoria>>. Acesso em 09 jan. 2022.

Por fim, embora de fundamental importância, a DRU tem como objetivo “propiciar à comunidade universitária, em especial aos estudantes participantes dos programas de assistência estudantil, alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, minimizando a evasão e favorecendo a diplomação”³⁷.

Figura 6 - Organograma da DRU/DAC



Fonte: página eletrônica da DRU/DAC no Portal da UnB.

A equipe da DRU está estruturada na Diretora do RU, uma assistente de Direção e em duas Coordenações: de Gestão Administrativa, a qual se vinculam Fiscais Administrativos, e de Promoção de Alimentos, a qual se vinculam Fiscais de Nutrição.

A DRU conta ainda com servidoras e servidores da UnB que são fiscais de contrato, estagiárias e estagiários e com terceirizadas e terceirizados com vinculação à Empresa Prestadora de Serviços. Na página da DRU no portal da UnB, consta que “Todo processo de produção e distribuição das refeições do RU [Restaurante Universitário] é responsabilidade de uma empresa terceirizada, vencedora de processo licitatório”³⁸.

O Gabinete do DAC e as sedes das diretorias a ele vinculadas estão localizados no campus Darcy Ribeiro, no bairro Asa Norte, região do Plano Piloto, em Brasília/DF. Cabe registrar que nem todas as diretorias vinculadas ao Decanato apresentam capilaridade por meio

³⁷ Disponível em: <<https://ru.unb.br/index.php/diretoria>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

³⁸ Disponível em: <<https://ru.unb.br/index.php/ru-equipe-contatos>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

de equipes presenciais nos demais *campi* da UnB: FUP (Planaltina), FCE (Ceilândia) e FGA (Gama).

As cidades que sediam os demais *campi* da UnB estão localizadas em regiões administrativas periféricas ao Plano Piloto, e distantes do campus Darcy Ribeiro a 37 km (FUP), 36 km (FGA) e 33 km (FCE). A distância destes *campi* ao campus de concentração daquelas unidades somada a ausência de equipes torna o acesso às ações de assistência estudantil ainda mais precário às estudantes da FUP, FCE e FGA.

A DASU e a DDS, respectivamente, por meio da CoEduca e do SPS apresentam equipes com profissionais que atendem exclusivamente estudantes dos *campi* de Planaltina, Ceilândia e Gama, para além do Darcy Ribeiro. Além delas, o Restaurante Universitário também está presente nos quatro *campi* da UnB.

Por meio dessas unidades, o DAC da UnB executa as ações de assistência estudantil descritas no § 1º do artigo 3º do PNAES:

[...]

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I – moradia estudantil;

II – alimentação;

III – transporte;

IV – atenção à saúde;

V – inclusão digital;

VI – cultura;

VII – esporte;

VIII – creche;

IX – apoio pedagógico; e

X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

O *caput* do respectivo artigo estabelece ainda que o PNAES deverá ser articulado com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, em benefício de estudantes regularmente matriculadas nos cursos presenciais de graduação das IFES (BRASIL, 2010).

Diante destes apontamentos, buscou-se consultar as perspectivas profissionais e de gestão reproduzidas no cotidiano administrativo das unidades do DAC, acerca das temáticas de gênero e de sexualidade, sobretudo aquelas concernentes à permanência de estudantes LGBTQIA+ da UnB em situação de rompimento dos vínculos familiares.

3.2. Profissionais e gestoras participantes da pesquisa

Após etapas de tabulação e análise dos dados coletados por meio do questionário e análise documental, apresenta-se aqui as perspectivas e as percepções sobre o tema em discussão de 28 profissionais (servidoras, servidores e docentes) que estiveram vinculadas a alguma das unidades do DAC entre os anos 2017 e 2020. Estima-se que, até o mês de janeiro de 2022, haja aproximadamente 156 pessoas³⁹ na condição de servidora ou de servidor da UnB vinculadas ao DAC ou a alguma de suas diretorias. Portanto, infere-se que aproximadamente 1/5 do quadro técnico administrativo e de gestão daquele Decanato tenha respondido ao questionário da presente pesquisa.

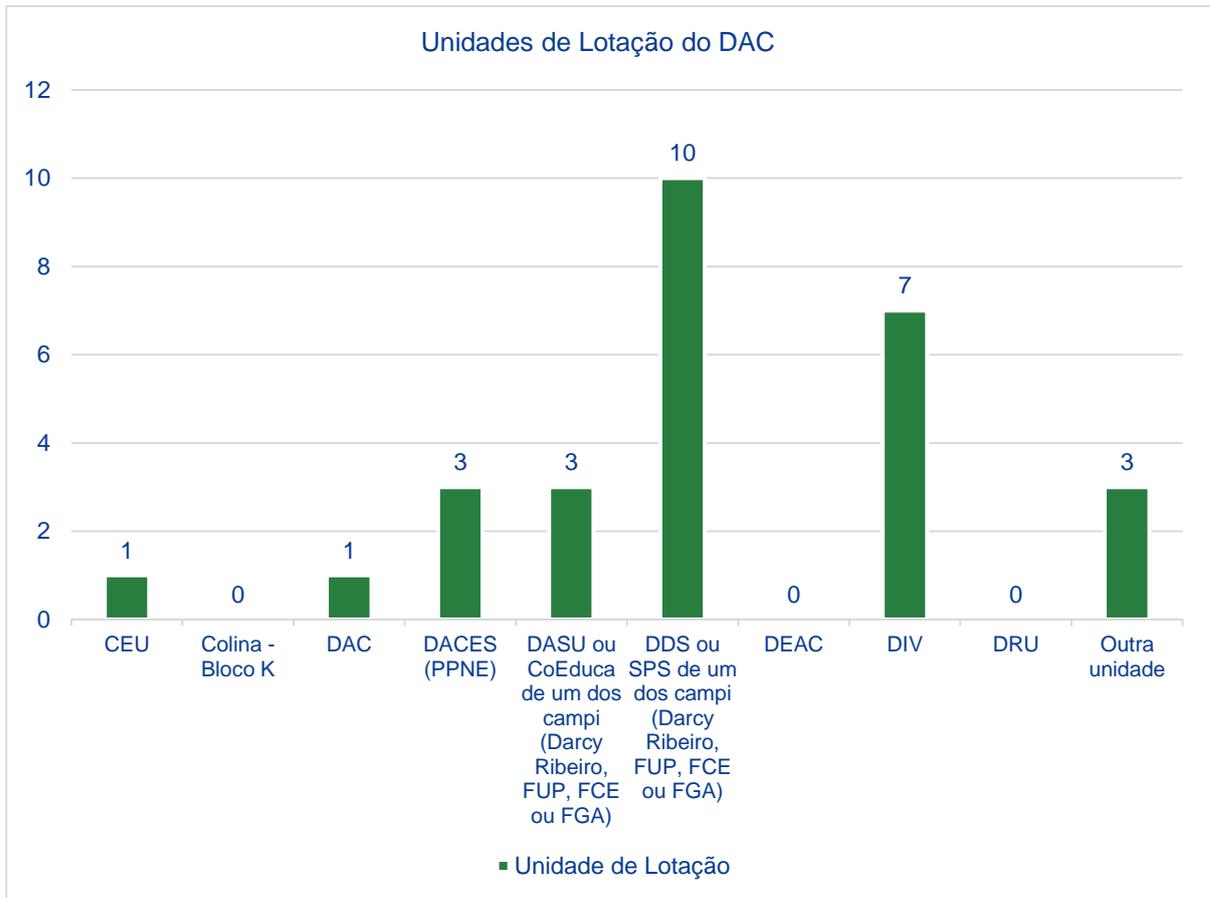
As unidades representadas pelas participantes respondentes foram: DDS ou SPS⁴⁰ de um dos *campi* (incluindo a CEU), DIV, DASU ou CoEduca de um dos *campi*, DACES e o Gabinete do DAC. Houve três respostas advindas de docentes e de um cargo técnico com lotações em outras unidades acadêmicas e administrativas. Tais pessoas estão ou estiveram na condição de gestoras e de gestores em uma das diretorias ou em coordenações das diretorias vinculadas ao DAC, entre 2017 e 2020.

Assim, o Gráfico I – apresenta a quantidade de participantes da pesquisa distribuídas nas unidades vinculadas ao DAC:

³⁹ Relação obtida mediante busca das equipes de profissionais nas páginas eletrônicas do DAC e das diretorias: DACES, DASU, DDS, DEAC, DIV e DRU, no Portal da UnB, em 11 de janeiro de 2022.

⁴⁰ Serviços de Programas Sociais – unidades capilarizadas nos *campi* FUP, FCE e FGA que desenvolvem as ações dos Programas de Assistência Estudantil em alinhamento com a agenda da DDS.

Gráfico 1 - Quantidade de Participantes Distribuídas nas Unidades de Lotação do DAC



Fonte: elaboração própria, a partir das respostas das participantes da pesquisa ao questionário.

Nota-se, portanto, que não houve alcance do questionário às equipes de profissionais com lotação no Programa de Moradia Estudantil da Pós-Graduação (Colina – Bloco K), na Diretoria de Esporte e Atividades Comunitárias (DEAC) e na Diretoria do Restaurante Universitário (DRU).

De forma proporcional, infere-se que o maior número de respondentes à pesquisa é de profissionais vinculadas à DIV, uma vez que a equipe da DDS, somada aos SPS dos *campi* da FUP, FCE e FGA representa um total de 44 pessoas enquanto a equipe da DIV concentra 17 pessoas na totalidade de profissionais.

Abaixo, apresenta-se o Quadro I, com a relação do perfil identitário, por qualificação de gênero, idade, cor, orientação sexual e escolaridade das participantes da pesquisa. O nome da pessoa participante não foi solicitado, de modo a garantir o sigilo e o anonimato das identidades. Para fins de visualização, as participantes receberam letras do Alfabeto como marcas de

identificação distribuídas de acordo com a ordem cronológica do preenchimento do questionário. As duas últimas pessoas a responderem o questionário pelos períodos em que ficou disponível, receberam duas letras do Alfabeto como marcas de identificação.

Quadro 1 - Perfil Identitário das Participantes da Pesquisa

Nº	Nome	Identidade de Gênero	Idade	Cor	Orientação Sexual	Escolaridade
1ª	A	Mulher cis	30	Branca	Heterossexual	Ensino Superior
2ª	B	Mulher cis	44	Branca	Lésbica	Pós-Doutorado
3ª	C	Mulher cis	52	Parda	Heterossexual	Mestrado
4ª	D	Mulher cis	34	Branca	Heterossexual	Doutorado
5ª	E	Mulher cis	32	Branca	Heterossexual	Ensino Superior
6ª	F	Mulher cis	35	Branca	Heterossexual	Especialização
7ª	G	Mulher cis	57	Branca	Heterossexual	Especialização
8ª	H	Mulher cis	34	Branca	Heterossexual	Doutorado
9ª	I	Mulher cis	31	Branca	Bi/Pansexual	Especialização
10ª	J	Mulher cis	29	Branca	Heterossexual	Mestrado
11ª	K	Mulher cis	30	Parda	Heterossexual	Mestrado
12ª	L	Não binária	41	Branca	Homossexual	Especialização
13ª	M	Mulher cis	46	Parda	Heterossexual	Especialização
14ª	N	Mulher cis	47	Branca	Lésbica	Doutorado
15ª	O	Homem cis	54	Branca	Heterossexual	Mestrado
16ª	P	Mulher cis	36	Branca	Heterossexual	Mestrado
17ª	Q	Mulher cis	30	Branca	Heterossexual	Especialização
18ª	R	Mulher cis	45	Branca	Heterossexual	Mestrado
19ª	S	Mulher cis	56	Branca	Heterossexual	Especialização
20ª	T	Mulher cis	31	Parda	Heterossexual	Especialização
21ª	U	Mulher cis	32	Branca	Heterossexual	Especialização
22ª	V	Homem cis	49	Branca	Heterossexual	Mestrado
23ª	W	Mulher cis	46	Parda	Heterossexual	Especialização
24ª	X	Mulher cis	41	Parda	Heterossexual	Ensino Superior
25ª	Y	Mulher cis	30	Branca	Heterossexual	Especialização
26ª	Z	Mulher cis	49	Parda	Heterossexual	Doutorado
27ª	AB	Mulher cis	45	Branca	Heterossexual	Especialização
28ª	AC	Mulher cis	41	Parda	Heterossexual	Mestrado

Fonte: elaboração própria, a partir das respostas das participantes da pesquisa ao questionário.

A maioria das pessoas participantes da pesquisa apresentam identidade de gênero feminina (mulheres cisgênero – 25), autodeclaradas de cor branca (20), heterossexuais (25) na orientação do afeto, do romantismo e da sexualidade e com elevada escolarização (do ensino superior completo ao pós-doutorado). Dois homens cisgêneros e uma pessoa trans não-binária também responderam ao questionário. A idade mais jovem entre as participantes da pesquisa foi de 29 anos; a mais velha, 56 anos. A média da idade entre as participantes foi de 40 anos.

A distribuição numérica das qualificações apresentadas no Quadro I podem ser também conferidas nos próximos três Gráficos (II, III e IV) acerca, respectivamente, da autodeclaração da cor, da orientação sexual e da escolaridade das participantes da pesquisa.

A pesquisa não alcançou identidades de gêneros travestis e demais mulheres e homens trans, além da única pessoa participante trans não binária, conforme se observa no Quadro I. Há possibilidade de nas unidades vinculadas ao DAC não existir outras pessoas trans com vínculos na condição de servidoras públicas e servidores públicos federais. Aqui, atenta-se para a inexpressiva representatividade de pessoas trans em profissões e cargos qualificados e que proporcionam condições de cidadania, desigualdade essa que vai de encontro ao que Benevides e Nogueira já levantaram em pesquisas nos últimos anos (BENEVIDES; NOGEIRA, 2021, 2020, 2019).

O Gráfico II, por sua vez, apresenta a distribuição das participantes da pesquisa por autodeclaração da cor da pele. Não foi possível trabalhar com o critério raça (na perspectiva social) uma vez que não houve alcance de pessoas autodeclaradas de cor preta, às quais poderiam ser somadas às participantes autodeclaradas de cor parda, como amostra representativa da raça negra entre as pessoas respondentes ao questionário.

Gráfico 2 - Cor das Participantes da Pesquisa



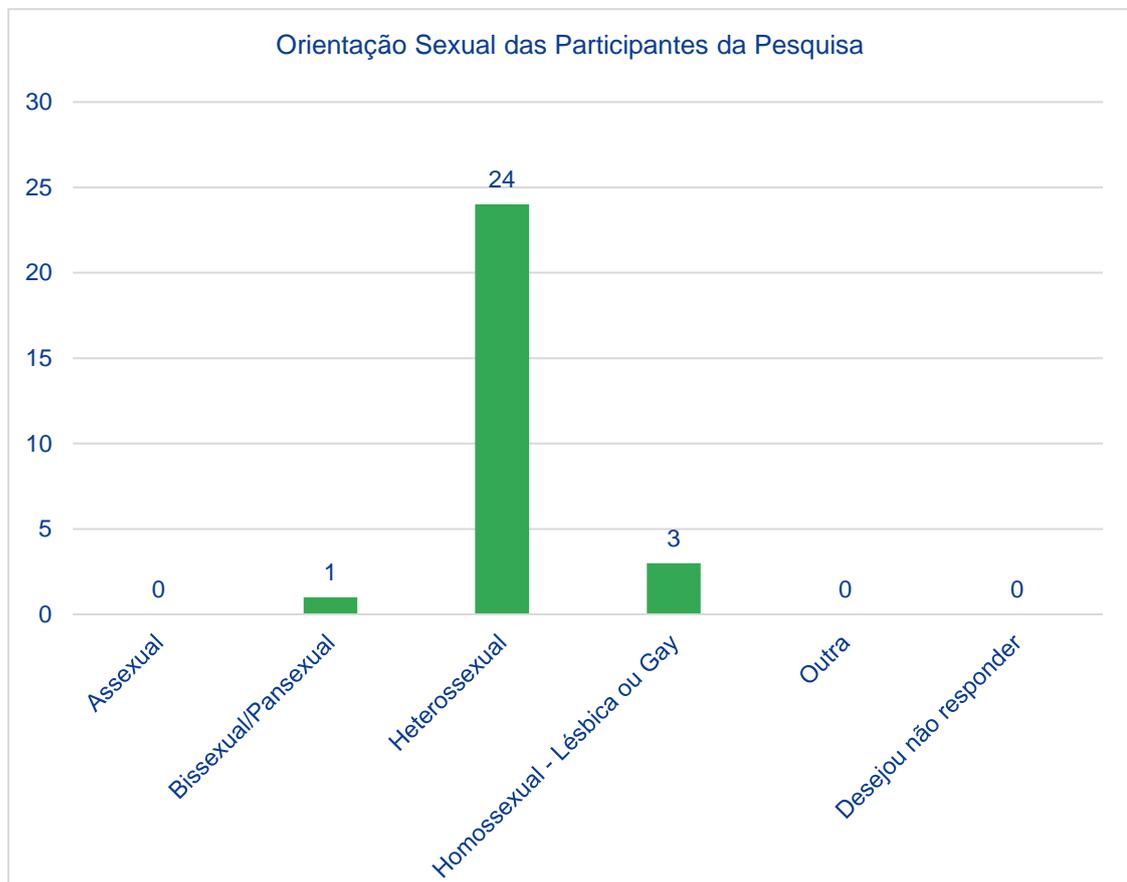
Fonte: elaboração própria, a partir das respostas das participantes da pesquisa ao questionário.

Em que pese o acesso ao questionário ter apresentado limitações para ser respondido por mais profissionais vinculadas ao DAC e às suas Diretorias, é notória a desigualdade representativa entre pessoas autodeclaradas de cor branca e de cor parda. Preocupa, também, imaginar a ausência de representatividades étnico-raciais advindas da raça/cor amarela (ascendências geográficas asiáticas), indígenas e pretas, sobretudo em um Decanato que se propõe a realizar ações de democratização da educação superior e de redução das desigualdades

sociais. Para tais, faz-se imprescindível a justa distribuição de cargos em conformidade com o percentual étnico-racial da população, o que pode ser implementado e acompanhado mediante ações afirmativas. Registra-se, ainda, que a UnB tem garantido processos seletivos para os cargos administrativos mediante a reserva de cota racial, em conformidade com a Lei nº. 12.990, de 09 de junho de 2014 (BRASIL, 2014).

Já em relação à orientação sexual, o número de pessoas declaradas heterossexuais que participaram da pesquisa é seis vezes maior que ao daquelas declaradas LGBTQIA+. Aqui, salienta-se para a importância de se idealizar e executar ações sociopedagógicas no âmbito do DAC que estejam para além do binarismo de gênero e da cisheteronorma. Além disso, questiona-se: qual a cara da equipe que atende um universo tão plural quanto o público que demanda os Programas de Assistência Estudantil? Sugere-se a observação deste Gráfico III, em contraponto com a qualificação da sexualidade das estudantes assistidas pelo Programa de Atenção à Diversidade entre os anos de 2017 e 2020 (Quadro II, página 117 desta Dissertação).

Gráfico 3 - Orientação Sexual das Participantes da Pesquisa



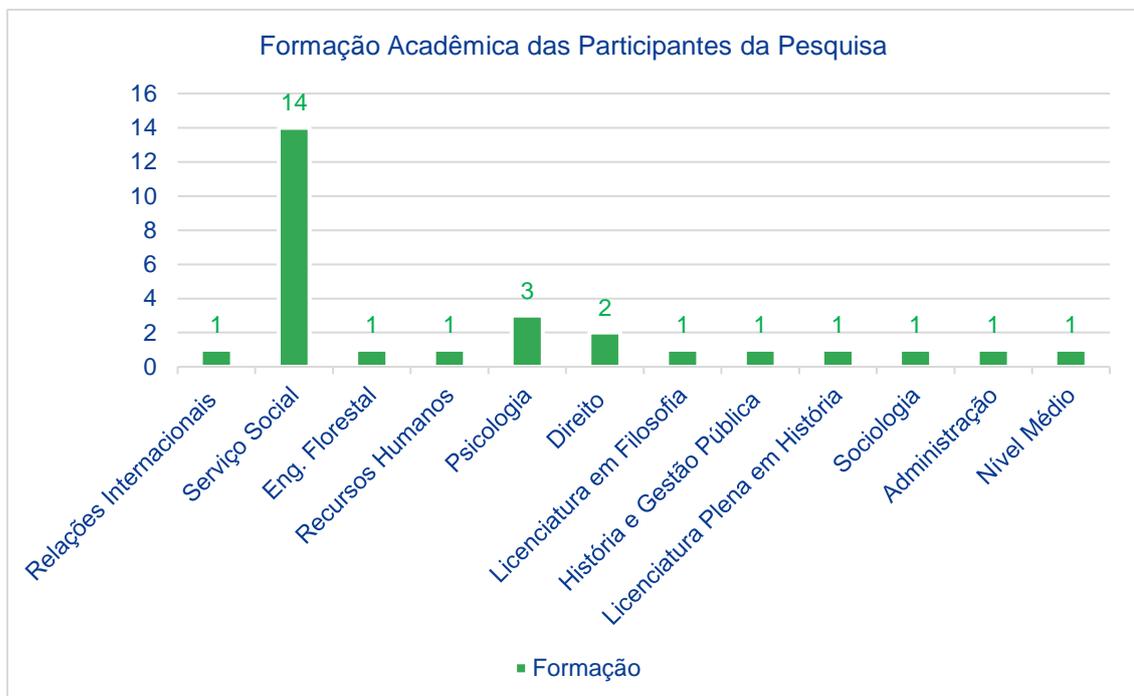
Fonte: elaboração própria, a partir das respostas das participantes da pesquisa ao questionário.

A pluralidade de formações pode ser algo positivo ao potencial das equipes, às quais se constituem de forma majoritariamente multiprofissional. Foi notória a participação de profissionais assistentes sociais no preenchimento ao questionário. Acredita-se que a ampla participação desta categoria profissional se justifica por ser a categoria profissional mais numerosa na DDS. Avalia-se, também, na necessidade de as assistentes sociais responderem com mais segurança às demandas relacionadas ao gênero e à sexualidade que se apresentam cotidianamente no ato do exercício profissional. Além disso, o fato de o pesquisador ser colega de profissão proporcionou uma comunicação mais célere na partilha do instrumental durante o primeiro período em que o questionário ficou disponível para preenchimento.

O Gráfico IV apresenta a formação acadêmica – graduação em nível superior – que conferiram às participantes da pesquisa qualificação para ingresso ao cargo que passaram a ocupar mediante aprovação no concurso público para a UnB.

Observa-se que uma das participantes à época de ingresso na UnB como servidora pública não possuía escolaridade de nível superior, o que ocorreu anos depois, uma vez que a totalidade as participantes informaram ter escolaridade com nível superior completo.

Gráfico 4 - Formação Acadêmica das Participantes da Pesquisa



Fonte: elaboração própria, a partir das respostas das participantes da pesquisa ao questionário.

Já em relação aos cargos ocupados na UnB pelas participantes da pesquisa, observou-se a ocupação e distribuição de: 14 assistentes sociais; 5 assistentes em administração; três técnicas em assuntos educacionais; três psicólogas – estando uma das participantes em cargo de coordenação em uma das Diretorias do DAC; uma diretora (socióloga), uma ex coordenadora (bacharel em direito) e uma recepcionista que no passado ocupou cargo de direção em uma das diretorias do DAC.

Em relação à qualificação do vínculo das participantes da pesquisa com a Instituição, foi observado que 26 delas apresentam vínculo ativo; uma foi cedida por outro órgão público federal à UnB e uma pessoa sinalizou “outro vínculo”. Contudo, o questionário não proporcionou campo para a qualificação da marcação “outro vínculo”. Soube-se, ainda, que nenhuma das pessoas que participaram da pesquisa estão na condição de servidora aposentada ou de servidor aposentado.

Sobre a distribuição das participantes da pesquisa nos quatro *campi* da UnB, observou-se que: 25 delas exercem atividade profissional no Campus Darcy Ribeiro; duas delas, na Faculdade de Ceilândia (FCE), e; uma, na Faculdade de Planaltina (FUP). Infelizmente, o questionário não alcançou profissionais vinculadas às ações do DAC lotadas no campus da Faculdade do Gama (FGA).

Este dado alinha-se às dificuldades encontradas por unidades do DAC, como a Diretoria da Diversidade, para capilarizar ações nos demais *campi* além do Darcy Ribeiro, local este onde se sediam as unidades físicas das Coordenações e das Diretorias do DAC. Cabe destacar, que o campus da FGA é o campus com o histórico de atividades mais restritas voltadas à promoção dos debates de gênero e de sexualidade promovidas pela DIV (UNB, 2021).

Para tanto, acredita-se que a promoção de estratégias técnico-profissionais e de gestão possam ser implementadas no sentido da execução de ações intersetoriais entre unidades do DAC, do SPS e da CoEduca dos demais *campi*, relacionadas a possibilidade de práticas profissionais que considerem a interseccionalidade das pessoas que demandam por estes serviços, sobretudo, em relação à raça-etnia, ao gênero, à sexualidade e à classe social.

O questionário contemplou, também, questão sobre o tempo médio de vinculação das participantes com a UnB. Foi observado que 12 participantes afirmaram ter vínculo como servidoras da UnB entre seis e dez anos; oito delas estão vinculadas entre quatro e cinco anos; seis delas apresentam-se vinculadas entre 11 e 15 anos; uma delas assinalou estar vinculada entre 26 e 29 anos, e; uma participante afirmou estar vinculada à UnB há mais de 30 anos.

E em relação à ocupação em cargo de gestão em unidades do DAC (Coordenações e Diretorias), durante o exercício compreendido entre 2017 e 2020, 16 das 28 participantes da pesquisa afirmaram ter ocupado ou de ainda estarem em cargos de gestão. Este dado apresenta relevância na medida que tais servidoras puderam ou ainda podem traçar estratégias políticas no cotidiano administrativo capazes de impactar na permanência do público estudantil LGBTQIA+.

3.2.1. Percepções das participantes da pesquisa sobre o exercício profissional

Foi perguntado às participantes se a prática profissional realizada por elas são exemplos de ações de permanência estudantil na UnB. Foi observado que 25 das participantes responderam que o exercício profissional realizado por elas se traduzem em ações de permanência a estudantes de graduação e de pós-graduação da UnB; duas delas, informaram que suas práticas profissionais são direcionadas à execução de ações de permanência estudantil mas apenas a estudantes de cursos de graduação, e; uma das participantes sinalizou não trabalhar com ações de permanência estudantil na UnB.

Ao serem consultadas sobre as temáticas de gênero e de sexualidade no ato do exercício profissional e se acreditam que os dados e as informações sobre gênero, cor/raça/etnia, sexualidade e classe social (renda) do público estudantil atendido na sua unidade são importantes para o trabalho realizado pela equipe de suas unidades, 27 das participantes afirmaram ser sim informações relevantes. Apenas uma delas sinalizou que não, que tais dados não teriam relevância na execução das atividades realizadas por sua unidade.

Já quando perguntado às participantes se a maior parte da equipe de trabalho de sua unidade tem o mesmo entendimento que elas em relação às informações qualificadas acima, sete delas responderam “não”, o que sinaliza para uma importante discordância sobre temas e indicadores de fundamental relevância não apenas a este estudo mas, sobretudo, ao cotidiano das unidades do DAC.

Assim, verifica-se que não há um consenso nas equipes acerca da importância em se levantar dados e informações relativas às identidades de gênero, cores/raças/etnias, sexualidades e classes sociais das estudantes público-alvo atendidas nas unidades.

Tal questão exige maior investigação sobre o que pensam profissionais, gestoras e gestores das unidades do DAC acerca das temáticas, uma vez que suas perspectivas ético-políticas podem ser determinantes para a promoção de ações e serviços que, de fato, apresentem-se satisfatórios às demandas de estudantes LGBTQIA+, sobretudo, negras e negros e indígenas.

E a proporção de respostas (21 X 7) se mantém na questão seguinte, que perguntou às participantes da pesquisa se o *desenvolvimento de ações de promoção à diversidade ou à igualdade de gênero, étnico-racial e/ou de sexualidade na unidade* seria de sua competência. Aqui, avalia-se como positivas as respostas sinalizadas afirmativamente serem três vezes superior às negativas, uma vez que as participantes admitem serem de suas responsabilidades a qualificação das práticas profissionais e de gestão que considerem os índice étnico-racial, de gênero e de sexualidade do público atendido nas unidades do DAC.

3.3. Acolhimento e atendimento às pessoas trans pelas equipes do DAC

Com o objetivo de ser observado aspectos que demarcam diferenças e discriminações sustentadas no preconceito mediante o atendimento e o acompanhamento das travestis e das demais pessoas trans nas unidades do DAC, particularmente de estudantes de graduação e pós-graduação, elaborou-se seis perguntas para o questionário.

A primeira pergunta desse grupo consultava à participante se, *na sua unidade, estudantes mulheres (sejam elas cis ou trans) recebem o mesmo tratamento de estudantes homens (ciscêneros)*. 23 pessoas responderam “sim” e cinco “não”.

Nota-se que cinco pessoas indicaram “não”, o que pode apontar para um tratamento diferenciado de mulheres cis, trans ou travestis, nas unidades em questão. As respostas não significam que tais condutas são de si próprias, mas da observação ao cotidiano profissional das unidades aonde estão lotadas.

Já quando diretamente consultadas se observam *que estudantes trans (homens e mulheres, travestis e demais pessoas não binárias) recebem o mesmo tratamento de demais estudantes cis* em suas unidades de lotação, 19 das participantes responderam “sim”; seis delas responderam “não”, e; outras três indicaram não terem tido a oportunidade de atender ou de terem observado o atendimento a pessoas trans em suas respectivas unidades. Assim, as

respostas podem apontar para tratamentos diferenciados a pessoas trans nas unidades, não necessariamente direcionados pelas respondentes ao questionário.

Consultou-se, também, se *estudantes trans são respeitadas (respeitades, respeitados) com o uso do nome social ou do registro civil retificado durante os atendimentos* em suas unidades, tendo a totalidade das participantes da pesquisa respondido “sim”.

Já a pergunta seguinte deste bloco questionou se *é garantido o respeito ao uso do nome social para o registro de informações sobre estudantes trans nas bases de dados e nos sistemas utilizados* nas unidades do DAC, tendo uma pessoa respondido “não”.

A quinta pergunta do bloco em questão consultou às participantes da pesquisa se elas tinham conhecimento sobre o direito ao uso do nome social por pessoas trans na UnB, e identificou que três participantes desconheciam informações sobre o direito ao uso do nome social na Instituição. Cabe destacar que a Resolução do CAD nº 54 de 2017 foi amplamente discutida com estudantes trans, mediante reuniões da equipe da DIV realizadas ao longo de 2017. Além disso, a DIV tem direcionado formações específicas em matéria da respectiva resolução por meio de atividades presenciais e por meio da concessão de entrevistas aos canais de mídia e comunicação da UnB, a exemplo da SECOM e da UnBTV, as quais realizaram matérias diversas sobre a importância do respeito ao uso do nome social às travestis e demais pessoas trans na UnB (VELOSO, 2017; RABELO, 2018). Também foi realizada a confecção de cartilha⁴¹ sobre o uso do nome social com distribuição física e eletrônica do conteúdo informativo. Ainda assim, as respostas das participantes da pesquisa apontam para a necessidade de qualificação e formação contínua das profissionais do DAC a respeito e em respeito a esta temática.

Já a última pergunta deste bloco, consultou às participantes da pesquisa que responderam “sim” à pergunta anterior, qual ou quais instrumento/s garante/m, na opinião delas, o uso do nome social na UnB. Em que pese 25 participantes terem afirmado conhecer resolução específica sobre o uso do nome social na UnB, apenas sete delas citaram expressamente a Resolução do Conselho de Administração (CAD) nº 54/2017. Outras oito pessoas fazem menções, sem especificar, à resolução, aos decretos federal e distrital e ao que

⁴¹ Cartilha com orientações para o uso do nome social de pessoas travestis e transexuais no âmbito da UnB – Resolução CAD 0054/2017. Disponível em: <http://div.unb.br/images/Documentos/0.1.FOLDER_RESOLUCA%C6%92O_NOME_SOCIAL-compactado.pdf>. Acesso em 30 jan. 2022.

acreditam ser legislação em matéria da garantia do uso do nome social por pessoas trans na Administração Pública Federal.

Tais instrumentos a que tentaram se referir a maior parte das participantes da pesquisa são: a) o Decreto nº. 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e; b) a Resolução do Conselho de Administração (CAD) nº 0054, de 13 de novembro de 2017, a qual regulamenta o uso do nome social na UnB, de modo a assegurar esse direito a servidoras e servidores, estudantes e demais integrantes da comunidade universitária, cujo nome de registro civil não reflita a identidade de gênero da pessoa.

Faz-se importante recordar que a Resolução do CAD nº 0054/2017 é resultado de um trabalho coletivo e participativo promovido pela equipe da DIV nos semestres de 2017, que consultou e promoveu ações de participação direta de estudantes e demais pessoas trans da comunidade externa à UnB, nas reuniões que revisaram e sugeriram alterações à minuta do texto que, meses depois, passaria por aprovações na Câmara de Assuntos Comunitários (CAC)⁴² e no Conselho de Administração da UnB (VELOSO, 2017).

As respostas às perguntas deste bloco (Questões 25 a 30 do questionário) qualificam compreensões limitadas mediante ao que indicaram as percepções das participantes da pesquisa. Tal limitação sobre a garantia mínima do direito ao respeito à identidade de gênero e ao uso do nome social por parte de pessoas trans indicam ser as unidades do DAC um ambiente propício ao desrespeito e ao constrangimento deste público no momento em que estudantes trans possam tentar acessar direitos advindos das ações de permanência e assistência estudantil executadas por este Decanato.

⁴² Câmara composta por Conselheiras e Conselheiros, majoritariamente docentes, de diversas unidades acadêmicas e administrativas da UnB, localizada como uma das unidades na estrutura organizacional do DAC. Contudo, em virtude de as Conselheiras e os Conselheiros da CAC não possuírem vínculo de lotação e de atuação do exercício profissional nas Diretorias do DAC, esta pesquisa não se dedicou a analisar a totalidade de reuniões da CAC durante os exercícios compreendidos entre 2017 e 2019.

3.4. Percepções das participantes sobre as ações de permanência estudantil na UnB

O terceiro bloco de perguntas consultou às participantes da pesquisa acerca das percepções e das compreensões sobre as ações de permanência e de assistência estudantil na UnB. Identificou-se que 17 das participantes afirmaram terem “muita compreensão”, enquanto 11 delas assinalaram ter “alguma compreensão” sobre as ações de permanência estudantil na UnB. Não houve marcações à alternativa “não, nenhuma compreensão”.

A mesma distribuição de respostas entre as participantes se manteve ao serem consultadas se conheciam as ações e os programas de assistência estudantil da UnB, tendo 17 participantes respondido “sim, conheço bem” e 11 participantes respondido “sim, conheço um pouco”. Nesta pergunta, de modo semelhante à anterior, não houve marcação à opção “não, não conheço”.

Diretamente consultadas se têm alguma compreensão sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), 16 das participantes informaram “sim, muita compreensão”, enquanto 12 outras indicaram “sim, alguma compreensão”. Aqui se observa um declínio de uma participante sobre a compreensão da permanência e da assistência estudantil na UnB quando especificada pelo Decreto Federal que possibilita a execução de tais ações na Instituição. Salienta-se, contudo, não ter havido marcação à opção “não, nenhuma compreensão”.

E quando consultadas se as atividades realizadas em suas unidades são exemplos de permanência ou de assistência estudantil na UnB, 26 das participantes responderam afirmativamente, enquanto apenas duas informaram “não” serem exemplos. Observa-se, assim, que a grande maioria das participantes compreendem que suas práticas profissionais, assim como a finalidade de suas unidades de lotação, estão alinhadas com as ações de permanência e de assistência estudantil. Duas das participantes, contudo, manifestaram não apresentar tal compreensão, o que pode indicar que suas práticas profissionais não estejam alinhadas aos objetivos de suas unidades ou que suas compreensões sobre a permanência e a assistência estudantil não sejam qualificadas de forma ampla.

3.5. Percepções sobre as ações de permanência e assistência estudantil às estudantes LGBTQIA+

O penúltimo e maior bloco de perguntas voltadas às ações de permanência e de assistência estudantil às pessoas LGBTQIA+ na UnB concentram 22 questões do questionário.

Ao serem consultadas se acreditam que deve haver serviços específicos para estudantes (ou grupos de estudantes) como negras e negros, indígenas, LGBTQIA+ e demais mulheres na UnB, a totalidade das participantes da pesquisa responderem afirmativamente. Contudo, quando perguntadas se em suas unidades de lotação são desenvolvidas ações (serviços, projetos, programas, entre outras) específicas para estudantes LGBTQIA+, apenas 10 das participantes responderam “sim”, enquanto as demais 18 participantes sinalizaram “não”. Nota-se, aqui, que das dez respostas afirmativas, sete delas advém de servidoras que estão ou estiveram lotadas na Diretoria da Diversidade:

“A DIV conta com. Coordenação LGBT, voltada para atendimento ao público LGBT da universidade. Além disso, ela é responsável pelo atendimento dos discentes LGBTs que sofrem qualquer tipo de discriminação por ser quem são. Contamos com servidoras e servidores especializados.”

“São desenvolvidas debates, roda de conversa com à população acadêmica sobre o tema”

“Acolhimento de vítimas, bem como recebimento de denúncias, de LGBTfobia; ações de promoção e proteção aos direitos das pessoas LGBTI+; concessão de auxílio emergencial às pessoas em situação de vulnerabilidade em decorrência de questões que envolvem a identidade de gênero e/ou a orientação sexual.”

“Editais para desenvolvimento de projetos, ações, estudos e pesquisas com a temática da diversidade.”

“Atendimentos e encaminhamentos, recebimento de denúncias, atividades de formação e informação sobre diversidade sexual, formulação de políticas institucionais”

“Semana LGBT+, Dia da Visibilidade Trans, Curso de capacitação em Direitos Humanos, Programa de Atenção à Diversidade, Resolução sobre Nome Social da UnB.”

Assim, foi possível identificar nas falas das participantes lotadas na DIV, exemplos de atividades para o público de estudantes LGBTQIA+ localizadas nos três eixos de atuação da Diretoria, a saber: Proteção, Promoção e Instrumentalização e Formação Continuada.

Já a participante com lotação no gabinete do DAC, ao ser convocada a citar ações específicas às estudantes LGBTQIA+ realizadas em sua unidade respondeu:

“como meu trabalho é desenvolvido no gabinete, não há uma ação específica porque não executamos ações pelo gabinete, mas apoiamos ações da Diretoria da Diversidade nesse sentido. Acho complicado dizer que desenvolvemos ações pensando na perspectiva de que a participação do gabinete é de colaboração na condução e estruturação das ideias, mas também não acho viável responder que não o fazemos...”

E uma pessoa participante lotada na DDS, sobre a mesma questão, respondeu:

“Acolhimento de estudantes LGBTI+ com rompimento de vínculo familiar, inclusive com possibilidade de inserção no Programa Moradia Estudantil.”

As respostas supracitadas permitem concluir que, dentre as unidades do DAC, apenas a DIV tem realizado ações específicas às estudantes LGBTQIA+, considerando-se que, das dez pessoas que afirmaram serem desenvolvidas ações (*serviços, projetos, programas, entre outras*) específicas para estudantes LGBTQIA+ em suas unidades, oito delas estão ou estavam vinculadas à DIV nas datas de preenchimento do questionário. Outras duas pessoas participantes, com lotações no DAC e na DDS, também afirmaram que suas unidades desenvolvem ações específicas a estudantes LGBTQIA+, mas a realidade é a de que tais ações estão inseridas nos processos de trabalho comuns à pasta das unidades. Deste modo, avalia-se que há equívocos nas respostas destas duas participantes, pois, as ações descritas não são específicas a estudantes LGBTQIA+, mas comuns ou a todas as estudantes da UnB ou àquelas que demandam os programas de assistência estudantil no âmbito da DDS/DAC.

Já para o público de participantes que afirmou não serem desenvolvidas ações específicas a estudantes LGBTQIA+ em suas unidades de lotação, foi direcionada uma pergunta se acreditavam ser necessário desenvolver tais ações específicas a estudantes LGBTQIA+, tendo 13 participantes respondido “sim”, enquanto outras cinco responderam negativamente. As cinco representantes que responderam “não” à pergunta em tela estão lotadas nas unidades DACES, DASU e DDS. Nota-se que tais unidades recebem estudantes LGBTQIA+ com deficiência ou com necessidades educacionais específicas (no caso a DACES); também atendem pessoas LGBTQIA+ sobretudo com agravos à saúde mental (no caso a DASU), e; são

demandadas por estudantes LGBTQIA+ com dificuldades para permanecerem na UnB, seja em virtude de violências lgbtqia+fóbicas no âmbito doméstico familiar seja pela própria insuficiência financeira da família em poder colaborar com a permanência da estudante na UnB (no caso a DDS, mas também aplicado às demais unidades). Assim, faz-se necessário uma compreensão crítica e ampla por parte destas profissionais, pois as unidades às quais estão vinculadas são exemplos de serviços com potencial para realizar intervenções ao público em tela, inclusive em uma perspectiva interseccional, capaz de articular atenção, promoção e proteção a estudantes LGBTQIA+ com deficiência e/ou com agravos à saúde biopsicossocial e/ou com riscos à permanência universitária em virtude da condição socioeconômica.

Consultou-se, também, se as participantes acreditam ser de suas competências o desenvolvimento, em suas respectivas unidades, de ações específicas para estudantes LGBTQIA+, identificando-se 19 respostas afirmativas e 9 negativas. O resultado das respostas desta questão demonstra que aproximadamente 2/3 das participantes da pesquisa admitem para si, a competência no desenvolvimento de ações específicas para estudantes LGBTQIA+ em suas unidades.

Sobre a percepção em relação ao atendimento às estudantes LGBTQIA+ em suas unidades, questionou-se às participantes se o tratamento é direcionado de mesma forma a demais estudantes cisheterossexuais. Vinte e três das participantes responderam “sim”, enquanto cinco das demais informaram negativamente. A distribuição do número das respostas das participantes nesta consulta é semelhante ao resultado da consulta realizada sobre o acolhimento e o atendimento às pessoas trans no bloco anterior.

Uma das questões⁴³ do presente bloco indagou às participantes se elas têm *conhecimento de que pessoas LGBTQIA+, inclusive estudantes da UnB, já sofreram ou sofrem violências por pessoas da família em virtude do preconceito à identidade de gênero e/ou à orientação sexual*. Apenas uma participante, com lotação do cargo na Diretoria de Acessibilidade, sinalizou “não”, tendo as demais respondido afirmativamente.

Outra questão que consultou se as participantes acreditam que a UnB *deva direcionar recursos, inclusive financeiros, a estudantes vítimas de violência familiar que, por conta da violência, ameace a permanência na UnB* obteve a mesma proporção de resposta da pergunta anterior: 27 (sim) X 1 (não).

⁴³ Pergunta 41 do questionário.

Na mesma direção, consultou-se às participantes se a UnB deve *desenvolver ações para garantir a permanência de estudantes LGBTQIA+ que foram expulsas (expulsos) – ou que tiveram que sair – da casa da família em virtude de conflitos motivados por lgbtqia+fobias*, obtendo-se a totalidade afirmativa das respostas. Este dado pode sinalizar para a importância e para a necessidade de ações seletivas ao público de estudantes LGBTQIA+ na permanência ampliada e na assistência estudantil da UnB.

No sentido de alcançar a compreensão das participantes da pesquisa sobre os motivos de estudantes LGBTQIA+ vítimas de violência em virtude da sexualidade poderem participar dos programas de assistência estudantil, uma pergunta aberta foi incluída no questionário, estando 10 das 28 respostas sistematizadas como síntese do conteúdo alcançado:

“Qualquer tipo de discriminação é inaceitável. A UnB, como universidade renomada e fonte de conhecimento científico, deve assumir um papel ativo na sociedade de divulgação de conhecimento. Estudantes LGBTI+ têm direito ao ensino de qualidade e devem receber ajuda em casos de vulnerabilidades. São pessoas capazes de gerar um conhecimento necessário para a sociedade em que vivemos. Além disso, o ensino superior ainda é a melhor chance que os estudantes em vulnerabilidade têm para conseguir ingressar no mercado de trabalho. Assim, programas de permanência específicos são necessários. Principalmente pelo fato das discriminações sofridas pelo público LGBTI+ não ter a ver com renda necessariamente, sendo necessário um programa que não exija que a pessoa seja de baixa renda, pois abarcará o público LGBTI+ de maneira mais geral.” (Participante A)

“Pessoalmente, acredito que sim, pois o impedimento de estudantes LGBTI+ de participar da assistência estudantil seria penalizar novamente estes sujeitos. A discussão é para que isso não seja encarado como espécie de benefício e para isso é necessário que a UnB assuma esse compromisso, para que não seja ‘bancado’ por um setor da universidade.” (Participante K)

“Ao ser desamparado de forma abrupta pela família, a/o estudante necessita de apoio psicossocial e socioassistencial para manter sua saúde e subsistência e isso implica em necessidade de ser avaliado de forma individual e não mais como integrante de um grupo familiar.” (Participante M)

“Estão em situação de vulnerabilidade Psicosocial e risco de evasão. A assistência estudantil é um recurso importante para a mínima reestruturação de vida do estudante e sua permanência na universidade.” (Participante N)

“O apoio financeiro a este público pode favorecer a permanência nos estudos, com reflexo positivo para o desenvolvimento da sua autonomia.” (Participante P)

“Para diminuir os efeitos da violência sofrida, permitindo menor dependência da família agressora; para facilitar a permanência do estudante até a conclusão do curso, diminuindo a evasão e o desempenho acadêmico insatisfatório por razões econômicas.” (Participante Q)

“A violência doméstica/familiar é estruturante nas relações sociais de gênero, marcadas pelo machismo e LGBTfobia. A maioria das famílias, que deveriam respeitar e acolher seus familiares que se declaram com identidades não hegemônicas, promovem violências físicas, psicológicas, financeiras. Muitas rompem definitivamente os vínculos com as pessoas LGBTQI+. Nesse contexto, a Universidade tem o dever de atuar juntamente com uma rede de proteção do Estado para garantia dos direitos dessas pessoas.” (Participante R)

“porque a violência sofrida por estes estudantes é uma expressão da questão social e reflete diretamente na permanência e diplomação dessas pessoas; nesse sentido, entendendo o programa de assistência estudantil como àquele que visa contribuir para permanência e diplomação na universidade, sim, estes discentes devem ser considerados públicos nos PAEs” (Participante U)

“Para garantir a continuidade deles no curso e a conclusão dos projetos pessoais, que não devem ser interrompidos por questões financeiras ou ideológicas.” (Participante W)

“Os rompimentos de vínculos acarretam uma certa vulnerabilidade no ou na estudante. As fragilidades não são somente nos aspectos econômicos. São pessoas que passaram ou ainda passam por maus tratos físicos e psíquicos que vivem uma situação que eu não posso mensurar. Muitos encontram na universidade o único apoio seja por meio de um/a docente, algum colega. Muitas vezes ainda encontra discriminação e estigmatização ao buscar serviços de assistência e até de saúde. Temos que ter consciência que estudantes LGBTI+ e é uma minoria mais vulnerável à violência e outras violações dos direitos humanos.” (Participante AC)

Nota-se com as informações predispostas acima que a ampla maioria das participantes da pesquisa acredita ser a condição da estudante LGBTQIA+ vítima de violência intrafamiliar e sem suporte financeiro uma situação de “vulnerabilidade socioeconômica”. Este conceito – vulnerabilidade – carrega um sem número de significado e é categoria em disputa nos ambientes acadêmicos em Ciências Humanas e Sociais e áreas da Saúde. Aqui, não teremos condições de detalhá-lo em sua polissemia, mas cabe acrescentar que é este o conceito utilizado pela Diretoria de Desenvolvimento Social como marcador orientador nas avaliações socioeconômicas e demais seleções de estudantes aos programas da assistência estudantil.

Assim, este é um exemplo autônomo e ampliado de critério seletivo a todas as estudantes que demandam os programas executados pela DDS, para além daqueles estabelecidos no Decreto do PNAES, quais sejam, estudantes advindas de escolas públicas da educação básica e renda *per capita* do grupo familiar inferior a 1,5 salário mínimo.

E de modo a especificar as possibilidades de assistência estudantil às LGBTQIA+ da UnB vítimas de violência familiar e sem suporte da família, direcionou-se outra pergunta aberta no questionário, a qual está sistematizada abaixo, desta vez reunidas por unidade de lotação:

“Moradia, alimentação, programas da DIV, eventualmente auxílio emergencial. Como instituição, reserva de vagas em programas de estágio nas dependências da UnB.” (Participante com lotação na CEU)

“Auxílio socioeconômico, bolsa permanência, auxílio emergencial, acho q todos que forem disponibilizados para os demais” (Participante com lotação no DAC)

Especialmente moradia estudantil. Também auxílio socioeconômico e auxílio alimentação (Participantes com lotação na DACES)

“Eles podem participar de todos os programas desde que atendam, assim como os outros, os critérios de vulnerabilidade socioeconômica. O que já ocorre hoje, quando se constata o rompimento de vínculo do estudante com a família, mesmo ele sendo oriundo de um grupo familiar que tem renda superior aos critérios estabelecidos pelo PNAES” [uma vez que] “podem pleitear qualquer programa. Não há nenhum critério de exclusão por esse motivo nos editais”, “além de acolhimento psicossocial.” (respostas que sintetizam a opinião da ampla maioria das participantes com lotação na DDS)

Programa de Atenção à Diversidade (PADiv), Auxílio para Apoio à Inclusão Digital, Auxílio Alimentação, Auxílio Creche, Auxílio Emergencial, Auxílio Socioeconômico, Programa de Moradia Estudantil, Programa Afroatitude e programas de estágio (Participantes com lotação na DIV).

“Poderiam participar que qualquer programa de assistência estudantil disponibilizados pelas diretorias do DAC.” (Participantes com lotação em outras unidades acadêmicas e administrativas).

Observou-se que cinco pessoas deixaram de citar os programas da assistência estudantil da UnB os quais estudantes LGBTQIA+ vítimas de violência familiar e sem suporte financeiro da família poderiam participar na percepção das participantes. De toda a forma, observa-se haver entre as participantes o entendimento de que estudantes LGBTQIA+ sem suporte da

família por motivos de lgbtqia+fobia podem ser recepcionadas, assistidas e acompanhadas pela totalidade ou pela maioria dos programas da assistência estudantil. Aqui, acredita-se que há elementos que refletem na compreensão pelas participantes das ações de assistência estudantil como ampliada, intersetorial e interseccional, conforme literatura sobre tais conceitos apresentadas nos Capítulos II desta dissertação (PEREIRA e SOUZA, 2017; SANTOS ET AL, 2017; MOCELIN, 2019).

Duas questões consultavam a opinião das participantes se a UnB deveria conceder assistência estudantil a estudantes LGBTQIA+ violentadas ou desassistidas por suas famílias. A maioria das participantes concordam que em situações de violência intrafamiliar, estudantes LGBTQIA+ devem acessar os programas da assistência estudantil, mesmo que a renda per capita do grupo familiar seja superior a 1,5 salário mínimo. No entanto, três participantes responderam negativamente e demonstraram inclinação pela inclusão de estudantes no geral aos programas da assistência estudantil com base nos determinantes socioeconômicos do grupo familiar.

Cabe destacar, assim, que as respostas à questão em tela apresenta que não há consenso entre as respondentes da pesquisa quanto à participação de estudantes LGBTQIA+ vítimas de lgbtqia+fobia familiar advindas de famílias de classe média ou alta. Aqui, é possível inferir que três participantes compreendem que estudantes LGBTQIA+ que se apresentam violentadas no âmbito familiar só poderiam participar dos programas de assistência estudantil se o grupo familiar não pertencesse às classes média ou alta, o que contraria perspectiva interseccional capaz de considerar que a violência às existências LGBTQIA+ está para além da condição socioeconômica, inclusive aquelas reproduzidas no contexto familiar (COLLINS, 2017; AKOTIRENE, 2019).

Às participantes da pesquisa, consultou-se também como as suas unidades de lotação ou a UnB poderiam *contribuir para a permanência universitária de estudantes LGBTQIA+ vítimas de violência familiar e/ou de desproteção da família*. As respostas a esta questão foram sistematizadas abaixo, elegendo-se aquelas com atribuição de síntese, por unidades de lotação:

CEU:

“Moradia, aconselhamento coletivo – rodas de conversa – e até jurídico.”
(Participante K).

DAC:

“na construção de instrumentos administrativos para permitir a participação de discentes LGBTI+ vítimas de violência familiar nos PAEs” (Participante U).

DACES:

“Não faz parte da primazia do atendimento da minha unidade. Trabalhamos com estudantes com deficiência na UnB, com enfoque em ações de acessibilidade e garantia de recursos de acessibilidade e adaptações acadêmicas. Atendemos estudantes com orientação sexual e identidade de gênero divergentes da perspectiva cis-hétero-normativa, entretanto, a demanda discente atendimento e acompanhamento é sempre relacionada as questões de acessibilidade e inclusão na dinâmica universitária.” (Participante J).

DASU:

“Direcionando ações sobre saúde mental em parceria com a DIV para este público alvo” (Participante AB).

DDS:

“Formando comissão para avaliar se a situação é classificada como de rompimento de vínculos e, caso sim, desconsiderar os familiares na avaliação socioeconômica.” (Participante E).

“Ainda me incomoda um pouco as situações de rompimento de vínculo, principalmente de famílias com situação financeira satisfatória. Penso que, enquanto papel da Universidade promotora de saber, precisamos avançar (mesmo que, a longo prazo) num trabalho de conscientização destes familiares. Mas também não acredito que esta seja uma tarefa da nossa unidade, considerando que há uma Diretoria específica para isto.” (Participante S).

“Não acredito que a minha unidade possa contribuir para além da inserção de estudantes LGBTI+ nos Programas de Assistência Estudantil por dois fatores: a assistência estudantil não é um direito universal, tal qual a Assistência Social; há um valor de per capita que temos que considerar ao fazermos uma análise de renda ou uma avaliação socioeconômica. Como servidores ou servidoras públicas somente podemos agir conforme a lei (o principio da legalidade). Depois, que há uma resistência da própria equipe em aceitar que estudantes LGBTI+ de classe média ou alta acesse os programas de assistência. Eu marquei a questão “NÃO” porque ainda tenho receio de fazer um estudo com uma renda, alta, assim na maioria dos casos, esses e essas estudantes acabam sendo atendidos de maneira emergencial. Talvez isso, traga mais fragilidade a eles ou elas. Para mim, essa questão é de tamanha complexidade. Porém umas das competências de assistentes sociais é analisar cada situação de forma específica, respeitando as particularidades de cada estudante. Então o “NÃO” dado não deve ser considerado como algo engessado ou um não reconhecimento de direitos. Tal questão é também tão delicada que nós precisamos urgentemente discuti-la.” (Participante AC).

DIV:

“A DIV já participa ativamente na produção de normas internas que possam garantir auxílio aos estudantes LGBTs na UNB. O PADiv foi desenvolvido levando esse público em consideração e a situação específica pela qual passam, apesar de não ser um programa apenas para o público LGBTI +” (Participante A).

“Rede de apoio psicológico, parceria com instituições correlatas, suporte financeiro mensal, editais de bolsas por ações no âmbito acadêmico voltadas para esse público específico, moradia na Casa dos Estudantes” (Participante Q).

“Promover a ampliação das ações afirmativas nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e de ações comunitárias. Participar ativamente dos processos administrativos para apuração das violações de direitos ocorridas na UnB, atualmente realizamos uma busca ativa, muitas vezes informal, para orientar as unidades acadêmicas sobre como realizar a apuração que é orientada por normativa do DAC.” (Participante R).

Outras Unidades:

“Incluindo os estudantes nos programas de assistência estudantil.” (Participante X).

As respostas expressas nos Quadro VI apresentam férteis reflexões sobre possibilidades de ações ampliadas e capazes de considerarem a perspectiva interseccional nas intervenções ao público de estudantes LGBTQIA+ em situação de violência intrafamiliar por lgbtqia+fobias.

Ao serem indagadas sobre se as participantes da pesquisa que assumiram cargos de gestão nas unidades do DAC acreditavam ter contribuído de alguma forma para a promoção das diversidades de gênero e de sexualidade ao longo de suas gestões nas unidades do DAC, das 24 respondentes que ocuparam cargos de gestão, 12 responderam “sim” e 12 responderam “não”.

E ainda foi consultado ao grupo das participantes que responderam não terem contribuído com a promoção das diversidades de gênero e de sexualidade ao longo de suas gestões nas unidades do DAC, o que poderiam ter feito ou o que podem fazer a este respeito. As respostas a presente questão estão descritas abaixo, organizadas por unidade de lotação.

DAC:

“primeiro, estudado mais sobre o tema durante o período que fui gestora para compreender a assistência estudantil como um programa para além dos limites invisíveis impostos no decreto que dispõe sobre suas regras; poderia ter feito uma gestão mais próxima do corpo discente, para ouvir sobre demandas e compreender a realidade do público que é assistido pelo

programa; me articulado mais, enquanto gestora, com outros gestores/as da universidade para construção de dispositivos administrativos que compreendessem diversas formas de atendimento aos discentes que, de alguma forma, necessitam da assistência estudantil.” (Participante U)

DASU:

“Maior divulgação dos programas e das ações de diversidade na Universidade entre os servidores e estudantes.” (Participante W)

DDS:

“Falta de compreensão/apoio de superiores a mim.” (Participante D)

“Ampliar o debate sobre essa categoria seria um primeiro passo.” (Participante T)

DIV:

“Sendo servidora da DIV, acredito que participo na produção desse conhecimento e aprendo cada dia mais. Então, acredito que posso participar e dar ideias na equipe.” (Participante A)

“Acredito que a Diretoria para qual trabalha luta pela inclusão desses grupos. Acredito também que a criação de cotas para a entrada de estudantes trans na UnB seria muito necessário.” (Participante M)

Embora um total de 12 participantes da pesquisa terem informado que não contribuiriam de alguma forma para a promoção das diversidades de gênero e de sexualidade em suas unidades, inclusive na posição de gestão, apenas seis delas responderam que poderiam ter feito ou que podem fazer algo para colaborar com a promoção das diversidades de gênero e de sexualidade. Entre as respostas, observa-se o interesse e a necessidade por absorção dos temas mediante estudos e qualificações.

Já às participantes que responderam terem contribuído para a promoção das diversidades de gênero e de sexualidade ao longo de suas gestões, solicitou-se a descrição das ações desenvolvidas especificamente para a permanência de estudantes LGBTQIA+ na UnB que são ou foram vítimas de violência familiar e/ou desproteção da família. As respostas à presente questão foram organizadas abaixo por unidades de lotação.

CEU:

“Permaneci pouco tempo, mas trazer à baila o assunto nas reuniões com a equipe, quando o tema” (Participante K)

DACES:

“Tivemos a experiência de atender dois estudantes trans com deficiência durante minha gestão. Foi uma boa oportunidade de conversar com a equipe sobre esse tema, mesmo que forma não tão organizada. Todos da equipe foram abertos ao acolhimento da temática e dos estudantes.” (Participante H)

DDS:

“Formação de comissões para discussão de casos” (Participante E)

“Discussão com a equipe, mediada por uma professora do departamento de serviço social, sobre vulnerabilidades, risco social e permanência na universidade; inserção no cadastro único de uma questão específica sobre identidade de gênero, sendo esse um indicador importante e que antes não fazia parte da avaliação socioeconômica.” (Participante I)

“Aproximação da DDS com a DIV. Promoção do reconhecimento das situações de rompimento de vínculo e seus efeitos para caracterização de perfil para os programas de assistência estudantil.” (Participante V)

“Estruturação e fortalecimento do NASP” (Participante X)

DIV:

“Bem, faço encaminhamento dos estudantes para atendimento. Presto informações sobre os programas da DIV e como podem ser acessados. Além disso, contribuo com a equipe especializada no que for necessário para melhor atendimento ao público. Participo dos cursos e dos eventos promovidos pela DIV e ajudo na elaboração, dando o auxílio administrativo necessário. Ajudo em pesquisas para elaboração de Resoluções e Programas desenvolvidos pela Diretoria.” (Participante A)

“Participar e propor política de permanência aos estudantes” (Participante C)

“Construção de protocolos de atendimento e encaminhamentos; desenvolvimento de ações integradas com outras coordenações e unidades; construção e aprovação da Resolução do Nome Social e De Atenção a diversidade – PADIV” (Participante N)

“Atuei na gestão apenas como substituta (direção e coordenação). Minha área tem como atividade fim a promoção e proteção da diversidade na UnB,

portanto contamos com ações permanentes na área das diversidades.”
(Participante R)

Outras unidades acadêmicas e administrativas:

“Trabalho junto à diretoria da diversidade” (Participante B)

“Atendimento emergencial via concessão para alimentação no RU; concessão de Auxílio Emergencial ouvindo parecer técnica da DIV; definição de quantitativo de bolsa de auxílio emergencial – fonte Pnaes a DIV/DAC; reuniões técnicas – DDS e DIV/DAC.” (Participante O)

“Inclusão de estudantes nos diversos programas de assistência estudantil.”
(Participante X)

Consultou-se, também, se alguma das ações citadas pelas participantes gestoras teriam sido formalizadas em instrumentos administrativos (como atos e/ou resoluções) da unidade ou da instituição (UnB), observando-se um total 14 respondentes à questão, sendo oito respostas afirmativas, quatro negativas e duas que sinalizaram que os instrumentos estariam em tramitações político-administrativas para aprovações.

3.6. O Programa de Atenção à Diversidade

O Programa de Atenção à Diversidade – PADiv – foi inicialmente idealizado com a finalidade de atender a estudantes que se encontrem em situações emergenciais e inesperadas, marcadas por violências capazes de ameaçar a permanência delas na universidade. Embora tenha se instituído em 2017 e distribuído recursos – financeiros e mediante concessões de refeições gratuitas no Restaurante Universitário (RU) da UnB –, além de ter disponibilizado acompanhamento psicossocial, socioassistencial e sociopedagógico por no mínimo três meses às estudantes assistidas, apenas em 2020 o Programa elevou-se à condição de Resolução, mediante assinatura da reitora em exercício, Márcia Abrahão Moura, após a minuta do texto ter

passado por sucessivas revisões em reuniões de equipe intersetoriais⁴⁴, consultas jurídicas⁴⁵, comissão técnica⁴⁶, câmaras colegiadas⁴⁷ e conselho administrativo⁴⁸.

A então reitora da UnB assinou a minuta do PADiv na noite à véspera do dia de realização da I Conferência de Combate à Violência de Gênero na UnB, organizada pela Diretoria da Diversidade, entre os dias 16 e 17 de julho de 2020, de forma remota (on-line) em virtude da necessidade em se garantir medidas de distanciamento e isolamento social em decorrência da pandemia pelo vírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

Consultadas sobre o conhecimento da Resolução do CAD nº 11/2020, a qual regulamenta o PADiv na UnB, 17 das participantes da Pesquisa responderam o conhecerem bem, 09 delas reportaram o conhecerem um pouco, e duas outras afirmaram não terem conhecimento algum. Contudo, ao serem indagadas se já orientaram estudantes de graduação e de pós-graduação acerca do PADiv, 12 das respondentes indicaram já terem orientado apenas estudantes de graduação; 9 relataram terem orientado tanto estudantes de graduação quanto de pós-graduação, e sete responderam não terem orientado estudantes sobre o Programa.

Salienta-se, contudo, que o PADiv não pode ser destinado a estudantes de cursos de pós-graduação em virtude da vinculação orçamentária ao PNAES, que por sua vez estabelece em seu artigo 3º: “[o] PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em **cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior**” (BRASIL, 2010, *grifo nosso*).

Portanto, parte das participantes respondentes à pesquisa carecem de informações mais qualificadas sobre as possibilidades e limitações do PADiv.

⁴⁴ Reuniões intersetoriais entre representantes das diretorias da Diversidade (DIV), de Desenvolvimento Social (DDS) e do Restaurante Universitário (DRU), realizadas entre os anos de 2018 e 2019.

⁴⁵ Consultas jurídicas solicitadas pela Diretoria da Diversidade (DIV) à Procuradoria Jurídica (PJU) da UnB para avaliar alinhamento da finalidade do PADiv com o Decreto do PNAES, realizadas em 2018.

⁴⁶ Comissão Técnica de revisão da minuta do PADiv após apresentação à Câmara de Assuntos Comunitários (CAC), reunião colegiada que recomendou revisão e melhor qualificação sobre a finalidade do PADiv e as formas e origens de custeios do Programa. As reuniões da Comissão Técnica estiveram em curso semanalmente entre 21 de agosto a 16/09/2019.

⁴⁷ Reuniões da Câmara de Assuntos Comunitários (CAC), momentos aos quais as propostas de minuta do PADiv foram apresentadas às Conselheiras e aos Conselheiros e ao Decano de Assuntos Comunitários, tendo tido, na segunda reunião, aprovação por aclamação unânime, em 1º de outubro de 2019.

⁴⁸ Reunião do Conselho Administrativo (CAD) da UnB, o qual aprovou a minuta do PADiv em julho de 2020 (GOMES, 2020).

3.7. Estudantes LGBTQIA+ participantes do PADiv

O PADiv está fundamentado sobre vários instrumentos legais no ordenamento jurídico brasileiro: Constituição Federal de 1988; Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Convenção Interamericana contra toda forma de discriminação e intolerância (Angua – Guatemala, 2006); Resolução da Organização dos Estados Americanos nº 2807/2013 – Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade e Expressão de Gênero; Declaração Conjunta de doze agências da Organização das Nações Unidas intitulada “Dar fim à violência e à discriminação contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo”; Convenção Interamericana de Direitos Humanos, Decreto nº 678/92; Decreto nº 1973 de 1996, que promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; Lei nº 6.001 de 1973 (Estatuto do Índio), o Decreto nº 5.051/2004 que promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas; Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996; Programa “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra Lésbicas, Gays, Transgêneros, Transexuais e Bissexuais e de Promoção da Cidadania Homossexual” (2004), do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Transexuais (2009), do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3 (2010) e do documento final da Conferência Nacional da Educação (2010); Decreto nº 4.377 de 2002; Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha); Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; Ato da Reitoria nº 0488/2013, que cria no âmbito da UnB a Diretoria da Diversidade, e; Lei nº 7.716 de 1989, mediante Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, a qual equipara as violências de homotransfobias ao crime de racismo.

No parágrafo primeiro do artigo 2º, o Programa estabelece que:

Art. 2º O PADiv será destinado a estudantes regularmente matriculados(as) em disciplinas dos cursos presenciais de graduação que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica emergencial e inesperada, relacionadas nos incisos do §1º do Art. 3º do Decreto nº 7.234 de 2010 [PNAES], que coloque em risco a permanência na UnB.

§1º O público a que se destina o PADiv poderá ser representado por mulheres, negros e negras, quilombolas, indígenas, LGBTI+ – lésbicas, gays, bissexuais, travess, transexuais, transgêneros(as), intersexos e demais identidades de gênero e de sexualidade diversas do binarismo de gênero e da heterossexualidade –, estudantes dos *campi* da UnB, na condição social estabelecida no caput deste artigo (UNB, 2020).

A qualificação dos dados do público usuário do PADiv nos atenta para a relevância da interseccionalidade como uma categoria analítica e como um método de pesquisa e uma metodologia de trabalho, seja prático-administrativo ou no âmbito acadêmico, em ciências humanas e aplicadas.

Assim, entre os anos de 2017 e 2020, o público assistido pelo PADiv foi majoritariamente composto por: mulheres cisgênero, negras, bissexuais, jovens (com a média da idade de 21 anos), que estiveram com os vínculos familiares majoritariamente rompidos no período em que foram assistidas pelo PADiv, em virtude de violência de gênero perpetradas no âmbito doméstico familiar.

O Quadro II apresenta a totalidade do número de estudantes assistidas pelo PADiv entre os anos de 2017 e 2020, qualificando-as em relação às autodeclarações da identidade de gênero, da cor, orientação sexual, idade, curso de graduação e da situação dos vínculos familiares (se fragilizados ou rompidos).

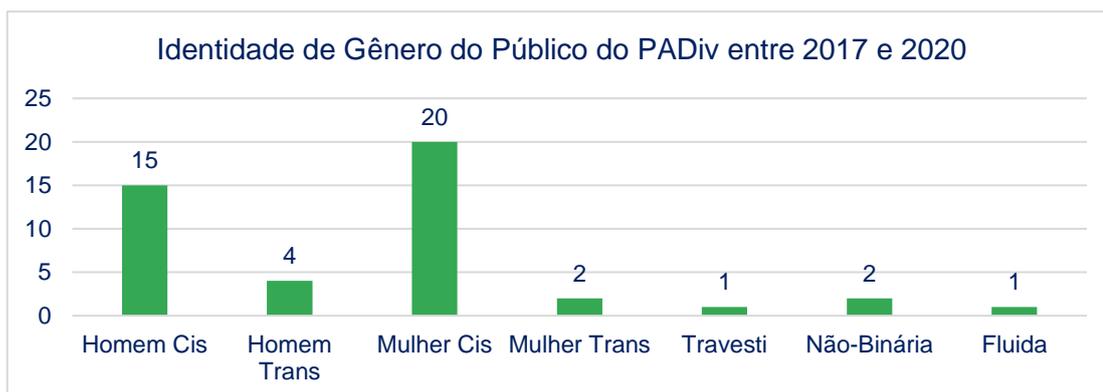
Quadro 2 - Perfil Identitário do público assistido pelo PADiv entre 2017 e 2020

PADiv	Gênero	Cor	Orientação Sexual	Idade	Curso	Vínculos	Ano
1	Homem Cis	Branca	Gay	19	Artes Cênicas	Fragilizados	2017
2	Mulher Cis	Preta	Bissexual	19	História	Rompidos	2017
3	Homem Cis	Branca	Gay	20	Museologia	Fragilizados	2017
4	Não-Binária	Preta	Bissexual	19	Artes Cênicas	Rompidos	2017
5	Homem Cis	Branca	Gay	21	Ciências Sociais	Fragilizados	2018
6	Não-Binária	Preta	Pansexual	22	C. Computação	Rompidos	2018
7	Homem Cis	Parda	Gay	25	Medicina	Rompidos	2018
8	Homem Cis	Parda	Gay	23	Letras	Rompidos	2018
9	Mulher Cis	Branca	Pansexual	19	C. Computação	Fragilizados	2018
10	Mulher Cis	Preta	Bissexual	20	Serviço Social	Rompidos	2018
11	Mulher Trans	Branca	Heterossexual	22	Artes Cênicas	Rompidos	2018
12	Homem Trans	Branca	Heterossexual	27	Geografia	Fragilizados	2018
13	Mulher Cis	Preta	Zami-Lésbica	22	Serviço Social	Fragilizados	2018
14	Mulher Trans	Parda	Bissexual	18	Letras Japonês	Rompidos	2018
15	Homem Cis	Preta	Gay	20	Pedagogia	Rompidos	2018
16	Mulher Cis	Branca	Lésbica	20	Serviço Social	Fragilizados	2018
17	Homem Trans	Parda	Bissexual	19	Ciências Sociais	Rompidos	2018
18	Mulher Cis	Parda	Bissexual	25	Farmácia	Rompidos	2018
19	Mulher Cis	Branca	Bissexual	21	Ciências Sociais	Fragilizados	2018
20	Homem Trans	Preta	Bissexual	22	Letras	Fragilizados	2018
21	Homem Cis	Parda	Pansexual	20	Letras Japonês	Rompidos	2018
22	Travesti	Preta	Pansexual	27	Ciê. Nat. (FUP)	Fragilizados	2018
23	Mulher Cis	Branca	Bissexual	22	Farmácia (FCE)	Fragilizados	2019
24	Homem Cis	Parda	Gay	26	Artes Cênicas	Fragilizados	2019
25	Mulher Cis	Preta	Bissexual	20	Química Tec.	Rompidos	2019
26	Homem Trans	Branca	Bissexual	20	Ciências Sociais	Rompidos	2019
27	Mulher Cis	Preta	Bissexual	22	Ciências Sociais	Fragilizados	2019
28	Homem Cis	Preta	Gay	23	Comunicação Org.	Fragilizados	2019
29	Homem Cis	Parda	Gay	20	Ciências Sociais	Rompidos	2019
30	Homem Cis	Preta	Gay	33	Letras – LEA	Rompidos	2019
31	Fluida	Branca	Gay	25	Letras Inglês	Rompidos	2019
32	Homem Cis	Parda	Bissexual	20	Pedagogia	Rompidos	2019
33	Mulher Cis	Preta	Heterossexual	21	Ciências Sociais	Rompidos	2019
34	Mulher Cis	Indígena	Bissexual	20	Enfermagem	Fragilizados	2019
35	Mulher Cis	Branca	Bissexual	22	Serviço Social	Fragilizados	2019
36	Mulher Cis	Parda	Lésbica	21	Serviço Social	Fragilizados	2019
37	Mulher Cis	Preta	Bissexual	36	Letras	Fragilizados	2019
38	Mulher Cis	Preta	Heterossexual		Serviço Social	Fragilizados	2020
39	Mulher Cis	Preta	Bissexual	22	Pedagogia	Fragilizados	2020
40	Mulher Cis	Parda	Heterossexual	19	Saúde Coletiva	Fragilizados	2020
41	Homem Cis	Parda	Gay	23	Direito	Fragilizados	2020
42	Mulher Cis	Parda	Lésbica	19	Geofísica	Rompidos	2020
43	Homem Cis	Preta	Gay		Ciências Naturais	Fragilizados	2020
44	Mulher Cis	Parda	Bissexual	19	Serviço Social	Fragilizados	2020
45	Homem Cis	Parda	Gay	19	Comunicação Org.	Fragilizados	2020

Fonte: elaboração própria, a partir das respostas das participantes da pesquisa ao questionário.

Os dados referentes ao público de estudantes participantes do PADiv no período em análise podem ser melhor observados por meio dos Gráficos V, VI e VII, que apresentam, respectivamente, a distribuição das estudantes quanto à identidade de gênero, à autodeclaração da cor e a orientação da sexualidade.

Gráfico 5 - Identidade de Gênero do Público do PADiv entre 2017 e 2020



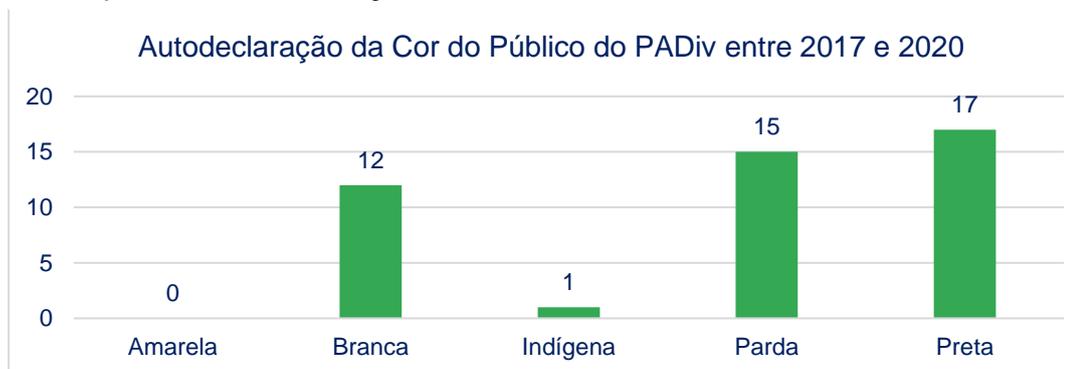
Fonte: elaboração própria, a partir das respostas das participantes da pesquisa ao questionário.

Logo, infere-se dos dados apresentados no Gráfico V, que a maioria das identidades de gênero das estudantes participantes do PADiv no período em análise refletem expressões femininas, somando-se um total de 23 mulheres entre cis, trans e travesti. Observa-se, ainda, a prevalência de 19 homens (cis e trans), e três pessoas para além dos binarismos de gênero masculinos e femininos, que se qualificam como não-binárias e fluida.

Já em relação à cor da pele, observa-se com base no Quadro VI, uma predominância de negras (pardas e pretas), totalizando 32 pessoas negras, 12 brancas e uma indígena. Assim, mais de 2/3 do público participante do PADiv entre os anos 2017 e 2020 foi representado por pessoas negras. Atenta-se, aqui, para a relevância de se pensar na interseccionalidade entre raça e sexualidade. Polidoro e Canavese (2018) apontaram que metade das notificações de violência contra as pessoas LGBTQIA+ atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS), entre 2015 e 2017, teve pessoas negras como vítimas. Em 2020, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) apontou que 82% das transexuais assassinadas no Brasil em 2019 eram negras. Andrade e Pereira (2019) também identificaram a (in)visibilidade de mulheres negras na Política de Assistência Social por meio de estudo de caso em Centros de Referência de Assistência Social. A este cenário, cabe reportar o que ensina Angela Davis sobre a imbricação das opressões: *“É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa*

classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida”⁴⁹.

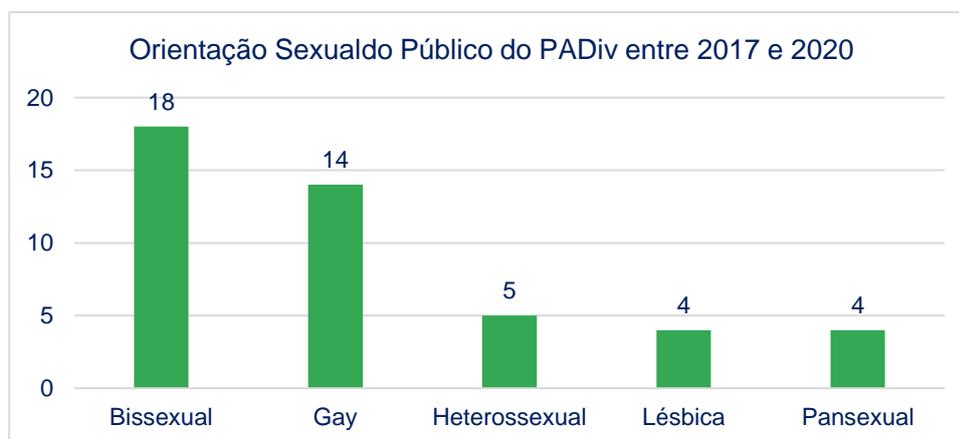
Gráfico 6 - Autodeclaração da Cor do Público do PADiv entre 2017 e 2020



Fonte: elaboração própria, a partir das respostas das participantes da pesquisa ao questionário.

Quanto à orientação da sexualidade, observa-se a partir dos dados expressos no Gráfico XIII, que 4/5 da totalidade de estudantes participantes do PADiv apresentaram direcionar amor, afeto, erotismo e romantismo para além da heteronorma, qualificando-se a orientação bissexual como a mais prevalente entre as pessoas do universo analisado. Registra-se, ainda, que mais de 93% das pessoas participantes do PADiv neste período foram de pessoas LGBTQIA+, quando somadas as pessoas trans (homens e mulheres) heterossexuais.

Gráfico 7 - Orientação Sexual do Público do PADiv entre 2017 e 2020



Fonte: elaboração própria, a partir das respostas das participantes da pesquisa ao questionário.

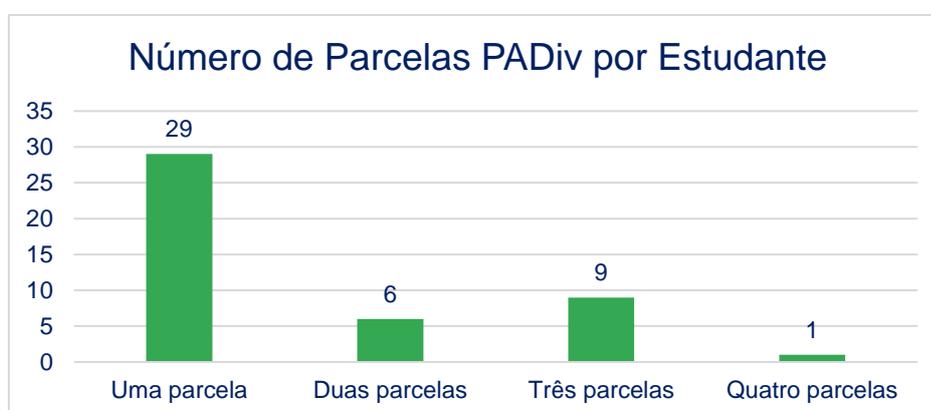
⁴⁹ Disponível em página do Portal Geledés: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>> . Acesso em: 31 jan. 2022.

Assim, acredita-se que a ferramenta metodológica e analítica da interseccionalidade é relevante na medida em que permite a articulação de categorias que estão imbricadamente relacionadas, sobretudo quando historicizadas e localizadas em determinados contextos políticos, econômicos, sociais e geográficos. Tal ferramenta pode ser fonte de ampliação das lúpas que apontam para a necessidade de indicadores sociais na elaboração, implementação e execução de políticas e programas sociais, tal qual se expressam os programas de assistência estudantil da UnB.

Avalia-se que exemplos de programas como o PADiv podem interferir no ciclo de violência vivenciados por LGBTQIA+, negras e negros, indígenas e demais mulheres na condição de universitárias e que se encontrem com a permanência comprometida. Como sinalizado pela então diretora da DIV, em entrevista para a Secretaria de Comunicação da UnB, quando da publicação da Resolução que dispõe sobre o PADiv: *“A assistência estudantil não prevê situações de pessoas que podem ficar em situação de rua, de risco extremo, inclusive com insegurança alimentar, por serem alvos de violência no ambiente familiar”* (GOMES, 2020).

O Gráfico XIV, por fim, apresenta que a maioria das estudantes participantes do PADiv solicitaram apenas uma das três parcelas anuais possíveis conferidas a estudantes com perfil elegível ao Programa.

Gráfico 8 - Quantidade de parcelas do PADiv solicitadas por estudantes entre os anos de 2017 e 2020



Fonte: elaboração própria, a partir das respostas das participantes da pesquisa ao questionário.

Este último gráfico aponta para o direcionamento que reforça o caráter emergencial e pontual do PADiv, diferentemente de programas de assistência estudantil continuados, como o as ações de concessão de alimentação, moradia, transporte e auxílio socioeconômico para suprimentos de despesas acadêmicas.

Diante dos dados apresentados, observa-se que o DAC, por meio de suas Diretorias e Coordenações, tem desenvolvido ações de assistência estudantil ampliada com base no que determina o PNAES.

Em relação às ações destinadas às estudantes LGBTQIA+, constatou-se haver uma centralização das atividades no âmbito da Diretoria da Diversidade, a qual foi criada justamente para dar respostas às expressões de violência na UnB, com destaque para os casos de racismo, lgbtqia+fobias e demais violências contra as mulheres (violências de gênero).

Por meio da aplicação do questionário às participantes da pesquisa que constituem ou constituíram equipes no DAC, foi possível verificar profissionais com elevada escolaridade, cientes das finalidades de suas unidades de lotação alinhadas com as atividades de permanência e de assistência estudantil, com demandas e interesse para qualificação profissional em matéria de gênero, raça-etnia, sexualidade e classe social. Porém, em relação a especificidade no atendimento às estudantes LGBTQIA+, não foram verificadas ações a este público nas unidades do DAC para além daquelas realizadas no âmbito da DIV, no período de análise (2017-2020).

Em relação à Diretoria de Desenvolvimento Social, observou-se por meio das falas de algumas das profissionais da unidade que há possibilidade de as avaliações socioeconômicas que selecionam estudantes para os programas de assistência estudantil serem realizadas sem a necessidade de se considerar o grupo familiar quando constatado o rompimento de vínculo entre estudante e família. Entretanto, este entendimento não é consensual entre as profissionais da equipe, como, também, entre profissionais de outras unidades do DAC, a exemplo da Diretoria de Acessibilidade. Não foi possível, contudo, analisar e qualificar os casos classificados pela DDS como rompimento de vínculos familiares e, se estes, estão representados por estudantes LGBTQIA+.

Avaliou-se, também, que o Programa de Atenção à Diversidade (PADiv) se constituiu como um exemplo de ação idealizada de forma intersetorial entre as unidades do DAC. O PADiv apresenta, ainda, finalidade alinhada à perspectiva interseccional, tendo sido acessado majoritariamente por estudantes LGBTQIA+, negras, jovens e em condição de vítimas de

violência de gênero e/ou por lgbtqia+fobias em ambientes doméstico-familiar que impactam na permanência universitária.

Atenta-se, entretanto, para o fato de que no exercício referente a 2021 - em contexto de pandemia - foi observado que o PADiv teve uma cobertura de apenas dez estudantes ao longo de todo o ano. Aqui, acredita-se que não houve uma divulgação expressiva do Programa de forma que estudantes de graduação o pudessem acessar, tendo em vista que, durante o cenário de pandemia, houve aumento nos índices de violência às pessoas LGBTQIA+ e demais mulheres em contexto doméstico.

Também no mesmo ano de 2021, foi realizada a Conferência LGBTQIA+ da UnB, a qual contou com ações transversais de várias unidades acadêmicas, administrativas e de pesquisa da UnB, além da participação de estudantes de graduação e pós, de distintos *campi*, com a finalidade de elaborar uma Política institucional que garanta a promoção, a proteção e a formação da comunidade universitária, sobretudo das pessoas LGBTQIA+, de ações em matéria de gênero e de sexualidade⁵⁰, para além de uma ação de gestão. Em razão de tal evento ter ocorrido para além do período de análise da pesquisa, não houve um aprofundamento nesta atividade.

⁵⁰ A Conferência LGBTQIA+ da UnB pode ser acessada no Canal do CEAD-UnB nos seguintes *links*: <<https://youtu.be/NDiZ6RnbZx0>> e <<https://youtu.be/vzHpMvNi1ww>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Eu determino que termine aqui e agora
Eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo
Determino que termine em nós e desate
E que amanhã, que amanhã possa ser diferente pra elas
Que tenham outros problemas e encontrem novas soluções
E que eu possa viver nelas, através delas e em suas memórias...”*

[Linn da Quebrada – 2019]

Esta dissertação procurou problematizar sobre a permanência universitária de estudantes LGBTQIA+ vítimas de violências em virtude dos gêneros e das sexualidades para além da cis-heteronorma. Assim, avalia-se ter sido de fundamental importância localizar e compreender categorias como as lgbtqia+fobias, a permanência e a assistência estudantil, estas últimas em uma perspectiva ampliada, intersetorial e interseccional.

Como objetivo principal, propôs-se a analisar em que medida as práticas profissionais e de gestão no âmbito do Decanato de Assuntos Comunitários foram direcionadas, entre os anos de 2017 e 2020, a estudantes LGBTQIA+ da Universidade de Brasília, em situação de rompimento dos vínculos familiares em virtude das lgbtqia+fobias.

A escassez de produção bibliográfica sobre a especificidade do tema mostrou-se um desafio durante todo o processo de elaboração do projeto de dissertação e das fases da pesquisa. Observou-se que ainda são muito incipientes, pulverizadas e não publicizadas ações direcionadas à promoção das temáticas de gênero e de sexualidade no contexto da assistência estudantil na educação superior.

Na UnB, ações como a publicação da Resolução do CAD nº 054/2017 (que instituiu o respeito ao uso do nome social por pessoas trans na Instituição) e a publicação da Resolução do CAD nº 11/2020 (que regulamentou o Programa de Atenção à Diversidade) são exemplos de experiências incipientes na proteção e permanência de pessoas LGBTQIA+ no cenário universitário. Contudo, as publicações da norma e do programa em tela não foram capazes de alterar a cultura institucional para a devida proteção de estudantes LGBTQIA+, uma vez que se observou o limitado alcance da divulgação e das solicitações para conceção, por exemplo, das parcelas de auxílio financeiro do PADiv, sobretudo no advento da pandemia de COVID-19, razão de sua insuficiência.

Cabe observar também, que o acesso a pesquisas semelhantes sobre a permanência de estudantes LGBTQIA+ na educação superior foi bastante limitado, tendo-se observado apenas uma dissertação de mestrado, com características etnográficas, voltada às “transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans” na educação superior (IAZZETTI, 2021)

Identificou-se, também, que as ações de assistência estudantil na atualidade estão majoritariamente condicionadas à classe social (condição socioeconômica) da família de estudantes dos cursos de graduação, embora tenha havido avanços na qualificação de instrumentos de seleção aos programas de assistência estudantil que ampliam os indicadores que podem comprometer a permanência das estudantes na universidade, para além da renda (per capita) do grupo familiar.

Assim, educação básica cursada em escola pública, ingresso na universidade mediante sistema de cotas, condição e qualidade do vínculo empregatício de entes familiares, identidade de gênero (especificamente às travestis e demais pessoas trans), condição de deficiência, condição da saúde biopsicossocial das estudantes e das entes familiares, local geográfico de residência da família são indicadores que conferem direcionamentos e autonomia à UnB para a realização dos processos seletivos aos programas de assistência estudantil e demais ações de permanência universitária sustentadas no pelo PNAES.

Entretanto, observou-se que houve um retrocesso na cobertura de estudantes elegíveis aos programas de assistência estudantil como um todo, em virtude principalmente de cortes e de contingenciamentos advindos da Emenda Constitucional nº 95 (SANTOS ET AL., 2021).

Em relação às práticas profissionais e de gestão desenvolvidas no âmbito do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), observou-se que apenas a Diretoria da Diversidade (DIV) realiza atividades específicas às estudantes LGBTQIA+. Notou-se, contudo, que algumas participantes da pesquisa com lotação do cargo na Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) afirmaram que a unidade realiza a avaliação socioeconômica sem considerar o grupo familiar da estudante LGBTQIA+ quando se comprova situação de rompimento de vínculo. Contudo, a presente pesquisa não foi capaz de qualificar e quantificar os casos nesta perspectiva.

Identificou-se que as participantes da pesquisa demandam qualificação e formação continuada em matérias de gênero, raça, etnia, sexualidade e classe social, e também de condições corporais e deficiências (com o fim ao alcance de práticas que promovam a

acessibilidade), de forma a ampliar participação social e democracia em espaços historicamente privilegiados, como a Universidade de Brasília (UnB).

Uma das limitações deste estudo foi de não ter sido realizada uma análise pormenorizada das atas registradas e publicizadas na página eletrônica do DAC no Portal da UnB das reuniões da Câmara de Assuntos Comunitários (CAC). A CAC, atualmente, também compõe a estrutura organizacional do DAC, conforme dispõe o Ato da Reitoria nº 0845/2020 (UNB, 2020). Aqui, importa fazer uma ressalva de que não se pretendeu com a pesquisa realizada discutir pormenores dos conflitos institucionais, bem como as correlações de força para a conquista das normas nos variados espaços acadêmicos e administrativos em disputa na UnB.

A análise dos dados obtidos com a aplicação do questionário permitiu concluir que a escolha dessa técnica de investigação foi adequada para alcançar um maior número de participantes, profissionais estas distribuídas nas unidades vinculadas ao DAC de três dos quatro *campi* da UnB. Em relação à limitação do instrumental, destaca-se que técnicas de interrogação como a entrevista, por exemplo, poderiam trazer dados mais aprofundados que aqueles obtidos com o questionário. Contudo, para se obter a mesma amplitude de resultados, o tempo necessário para a realização desse procedimento seria maior, fato que tornou essa opção uma escolha inviável, sobretudo no contexto da presente pandemia de COVID-19. Além disso, acredita-se que o fato de as participantes poderem responder anonimamente e on-line facilitou a adesão à pesquisa. Destaca-se, por fim, que limitações e potencialidades são aspectos intrínsecos a qualquer procedimento metodológico, entretanto, considerando o momento de desenvolvimento em que a pesquisa se encontrava e o tempo hábil para sua realização, considerou-se como satisfatória a utilização do questionário descrito nesta dissertação.

Diante destas considerações, acredita-se que a UnB, por meio das práticas profissionais e de gestão do DAC – particularmente desenvolvidas no âmbito da Diretoria da Diversidade - parece ter saído do armário e, como toda pessoa LGBTQIA+, passou a sofrer repressões (castrações) da sociedade pela performance/comportamento/postura que apresenta. Contudo, as ações de permanência e de assistência estudantil direcionadas às estudantes LGBTQIA+ ainda são incipientes e insuficientes, e podem ser precarizadas com os contingenciamentos advindos de decisões políticas e econômicas macroestruturais, como a EC95.

Acredita-se, ainda, que estudos futuros sobre as percepções de estudantes participantes do PADiv possam ser oportunos para analisar as possibilidades e os limites das ações de permanência e de assistência estudantil na UnB.

Além disso, mesmo direitos sendo reconhecidos em instrumentos administrativos ou até legais não garantem que a cultura institucional será modificada ou transformada. Para isso, cabe a implementação de ações de formação continuada, demanda essa de grande parte das profissionais que participaram da pesquisa. Articulação e lutas políticas por grupos e movimentos sociais organizados também se fazem necessários para que as ações de permanência e de assistência estudantil às estudantes LGBTQIA+ possam prosperar, com o fim ao alcance de uma universidade pública, gratuita, de qualidade, laica e verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS

“...Minha ancestralidade no peito eu não tô te vendendo...”

[Ellen Oléria – 2013]

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo, *Em Pauta*, n. 34, v. 12, 2º Semestre de 2014. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pp. 131- 154.

ALVES, Elizabeth Arruda; MONIZ, André Luís Ferreira. A família no processo de coming out: sair do armário. *Jornal Brasileiro de Ciência da Saúde*, v. 1, nº. 01, pp. 1-14, 2015.

ANDIFES, 2019. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018. Brasília: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>> Acesso em: 27 jan. 2022.

ANDRADE, Priscila Maia. O Que Se Faz Quando Há Violência? A Política de Assistência Social no Combate à Violência Intrafamiliar. *Tese de Doutorado em Política Social*. Brasília: UnB, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37296/1/2019_PriscillaMaiadeAndrade.pdf> Acesso em: 26 set. 2021.

ANDRADE, Priscila Maia. PEREIRA, Lucélia Luiz. A (In)visibilidade de Gênero e Raça na Assistência Social: estudo de caso nos Centros de Referência de Assistência Social. *O Social em Questão – Ano XXII – nº 45 – Set a Dez/2019*.

ANGELI, Maria Eduarda. Limitação orçamentária imposta à UnB começa a impactar a assistência estudantil. Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília (SECOM/UnB), 12 de julho de 2021. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/76-institucional/5075-limitacao-orcamentaria-imposta-a-unb-comeca-a-impactar-a-assistencia-estudantil>>. Acesso em: 19 jan. 2022.

APUK, Renan. *Professora Denise Bomtempo avalia gestão no DAC*. Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília (SECOM/UnB), 30 de março de 2016. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/76-institucional/507-professora-denise-bomtempo-avalia-gestao-no-dac>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

ASSUNÇÃO, Iuri. Heterossexismo, patriarcado e diversidade Sexual. In: NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís Terezinha; MARRO, Kátia (Orgs.). *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018, pp. 55-83.

BARBALET, Jack M. *A cidadania*. Lisboa: Estampa, 1989.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da Educação Superior no Brasil: Limites e Possibilidades. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n.º 131, pp. 361-390, abr-jun., 2015.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rosseti. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. *SER Social*, Brasília, v. 18, n.º 38, pp. 13-29, jan-jun, 2016.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BLEICHER, Sabrina. Processos Flexíveis para a Produção de Materiais Didáticos para a Educação à Distância: recomendações pautadas na perspectiva interdisciplinar. *Tese de Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento*. Florianópolis: Ulbricht, 2015. Disponível em: <<http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2015/10/Sabrina-Bleicher.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BORRILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito [Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL. *Lei n.º 7.716, de 05 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito e de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm>. Acesso em: 03 jul. 2019.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social. Lei n.º 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10ª edição revista e atualizada. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 de jul. 2019.

BRASIL. *Lei n.º 10.260, de 12 de julho de 2001*. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL. *Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior;

altera a Lei nº. 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 02 de jul. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 17 de out. 2021.

BRASIL. *Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007*. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 17 de out. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 18 jul. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 2020.

BRASIL. *Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014*. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2014/lei/112990.htm>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com as participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília: Diário Oficial da União, 2020.

BRASIL. *Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016*. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRUCHÊZ, Adriane; CICONET, Bruno; POSSAMAI, Luana; REMUSSI, Rejane; TONDOLO, Vilmar Antônio Gonçalves. Análise da utilização do estudo de caso qualitativo e triangulação na Brazilian Business Review. *Revista Espacios*, vol. 37 nº 05, 2016, p. 24. Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a16v37n05/16370524.html>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAÔN, Giovana Fonseca; FRIZZO, Heloisa Cristina Figueiredo. *Acesso, Equidade e Permanência no Ensino Superior: desafios para o processo de democratização da educação no Brasil*. 2010. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%202/Giovana_e_Heloisa.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, Racionalidades e Políticas Sexuais no Brasil Contemporâneo. *MANA* 21 (2): 323-345, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6D5zmtb3VK98rjtWTQhq8Gg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARVALHO, Sônia Marise Salles; INOCÊNCIO, Nelson; EUZÉBIO, Umberto; ZUCHIWSCHI, José. A Diretoria da Diversidade na Universidade de Brasília (UnB) e sua importância para o campo dos estudos feministas e gênero. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2014, pp. 522-533. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16349/1/LIVRO_EstudosFeministasedeGeneroArticula%c3%a7%c3%b5es.pdf>. Acesso em 02 set. 2021.

CHESNAIS, François. *Mundialização: o capital financeiro no comando*. [Tradução de Ruy Braga]. *Les Temps Modernes*, n. 607, 2000.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 8. São Paulo: Cortez, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*. Jan/jun. v. 5, nº 1. 2017. <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509704/mod_resource/content/0/559-1734-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CRENSHAW, Kimberle. *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. Painel 1 Cruzamento: raça e gênero, *Relações Raciais* (1ª edição), pp. 7-16, 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURIEL, Ochy. *Género, raza, sexualidade debates contemporaneous*. Catedra de Estudios Afrocolombianos, Universidad del Rosario. Bogotá-Colombia. 2014. Disponível em: <<https://www.urosario.edu.co/Subsitio/Catedra-de-Estudios-Afrocolombianos/Documentos/13-Ochy-Curiel---Genero-raza-y-sexualidad-Debates-.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

DINIZ, Debora; OLIVEIRA, Rosana Medeiros de (Orgs.). *Notícias de homofobia no Brasil*. Brasília: LetrasLivres, 2014.

FIGUEIREDO, Patrícia. Bolsonaro mente ao dizer que Haddad criou ‘kit gay’. *El País*, 13 de outubro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html>. Acesso em: 12 jun. 2020.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga. MOTT, Luiz. OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. AYRES, Carla Simara Luciana da Silva. SOUZA, Wilians Ventura Ferreira. SILVA, Kayque Virgens Cordeiro da. (Orgs.). *Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil – 2020*:

Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. 1ª ed. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2021/05/Observatorio%E2%80%90de%E2%80%90Mortes%E2%80%90Violentas%E2%80%90de%E2%80%90LGBTI-13mai2021.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GOMES, Raíssa. *Programa de Atenção à Diversidade acolhe estudantes em situação de vulnerabilidade*. Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília (SECOM/UnB). 14 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/76-institucional/4371-programa-de-atencao-a-diversidade-acolhe-estudantes-em-situacao-de-vulnerabilidade>>. Acesso em: 09 jan. 2022.

FARIAS, Daniela Gomes de. A Política Nacional de Assistência Estudantil nas Universidades Públicas Federais: os desafios ao trabalho profissional dos/as assistentes sociais no âmbito de programas e acessos estudantis. *Dissertação de Mestrado em Política Social*. Brasília: UnB, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41724/1/2021_DanielaGomesdeFarias.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, pp. 223-244. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélene Le; SENOTIÉR, Danièle (orgs). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho, *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, nº. 132, pp. 595-609, set-dez, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em 08 mar. 2018.

IAZZETTI, Brume Dezembro. Existe ‘universidade’ em Pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas/SP: Unicamp, 2021. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1166020?guid=1637960141338&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1637960141338%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1166020%231166020&i=1>>. Acesso em: 21 out. 2021.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. In: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, nº. 129, pp. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjf6H6qB7FsP/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 17 out. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. 2ª Edição – revista e ampliada. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora*, v. 78, pp. 241-258, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes. *Homofobia: Identificar e Prevenir*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes. Ações Afirmativas Abrem Portas. AFROPRESS Agência de Notícias, 26 de maio de 2015. Disponível em: < <https://www.afropress.com/acoes-afirmativas-abrem-portas/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

KATZ, Jonathan Ned. *A invenção da homossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LIMA, Jackeline Soares. A assistência estudantil na Universidade de Brasília durante a pandemia do COVID-19. *Cadernos Cajuína*, v. 6, nº. 3, 2021, pp. 228-242. Disponível em: < https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/40502/1/ARTIGO_AssistenciaEstudantilUniversidade.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2021.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Orgs.). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: LetrasLivre – EdUnB, 2009.

MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle (Org.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.

MARSHAL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. [Tradução de Meton Porto Gadelha]. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2014.

MENDES, Thiago Meneses de Castro. A homofobia na Universidade de Brasília: discriminação, expressões e representações entre estudantes. *Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social*. Brasília: UnB, 2012. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/4211/1/2012_ThiagoMenesesdeCastroMendes.pdf. Acesso em: 17 mai. 2020.

MOCELIN, Cassia Engres. Assistência estudantil como política de proteção social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e intersetorial. *O Social em Questão*. Ano XXII, nº 45, set-dez, 2019. ISSN: 2238-9091. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_45_art_11.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTT, Luiz. Homofobia: uma praga cristã. *e-hum Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte* (Dossiê: Gênero e Violência na População LGBTTIQI no Brasil), vol. 9, nº 2, ago-dez, 2016, pp. 66-73. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/1964/1114>. Acesso em: 20 jun. 2021.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”, *In: Temporalis 03*. Ano II. Rio de Janeiro: ABEPSS, jan-jun, 2001, pp. 41-50.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao Método de Marx*. Teoria Social. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NOGUEIRA, Leonardo. As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista. *In: NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís Terezinha; MARRO, Kátia* (Orgs.). *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018, pp. 29-54.

OLIVEIRA, Etiene de Sousa Lima de. Acesso e permanência de estudantes cotistas na Universidade de Brasília: estratégias para democratização da educação superior. *Dissertação de Mestrado em Educação*. Brasília: UnB, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37541/1/2019_EtienesdeSousaLimadeOliveira.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

ONU BRASIL, 2018. *Páginas TRANS: guia de acesso a direitos e serviços para pessoas trans*. Projeto Transformação. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Paginas-trans%3Dguia-de-acesso-a-direitos.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. Violência contra LGBTs: premissas históricas da violação no Brasil. *Periódicus*, nº. 8, v. 1, nov.2017-abr.2018, pp. 07-23. ISSN: 2358-0844.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. Violência contra LGBTs no Brasil: a construção sócio-histórica do corpo abjeto com base em quatro homicídios. *Tese de Doutorado em Sociologia*. Brasília: UnB, 2018.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. Crimes Contra LGBTs no Brasil e o Discurso do Estado pelos Órgãos de Segurança Pública e Jurídicos. *In: Gênero*, Niterói, v. 20, n. 2, pp. 225-248, 2020.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o Neoliberalismo. *In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.) Política Social: Alternativas ao Neoliberalismo*. Brasília: UnB, Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB, pp. 135-159, 2004.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira; SOUZA, Jacqueline Domiense Almeida de. Assistência estudantil: direito ou mérito? *In: YANNOULAS, Silvia Cristina. O trabalho das equipes multiprofissionais na educação – 10 anos do grupo de pesquisa TEDis*. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2017.

PEREIRA, Camila Potyara. Proteção Social no Capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. *Tese de Doutorado em Política Social*. Brasília: PPGPS/SER/UnB, 2013.

POLIDORO, Maurício; CANAVESE, Daniel (Orgs). *Situação da violência contra as populações negra, LGBT, indígena e em situação de rua no Sistema Único de Saúde do Rio Grande do Sul*. Brasil panorama situacional do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de 2014 a 2017. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: <<https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201901/10122803-relatorio-tecnico-ppsus-09122018-compressed.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PROCOPIO, Ana Paula. O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. *Tese de Doutorado em Serviço Social*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

QUINALHA, Renan. Dossiê – o movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. *Revista Cult*. 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-o-movimento-lgbt-brasileiro-40-anos-de-luta/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

RABELO, Nair. *CDHUnB aprova cartilha sobre aplicação de nome social*. Brasília: Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília (SECOM/UnB), 11 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/76-institucional/2494-cdhunb-aprova-cartilha-sobre-aplicacao-de-nome-social>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

SOUZA, Djonatan Kaic Ribeiro de. Sexualidade e “Cidadania LGBT”: possibilidades e limites dos Direitos no Capitalismo. *Dissertação de Mestrado em Política Social*. Brasília: UnB, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35508/1/2019_DjonatanKaicRibeirodeSouza.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

RIOS, Roger Raupp. Direitos humanos, direitos sexuais e homossexualidade. *Amazônica* 3 (2): pp. 288-298, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/781/1086>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O Poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SALVADOR, Evilasio Silva; YANNOULAS, Silvia Cristina. Orçamento e Financiamento de Políticas Públicas: questões de gênero e raça. *Revista Feminismos*, v. 1, nº 02, mai.-ago. 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. *Na prática a Teoria é Outra?* Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. *Lumen Juris*, 2012.

SANTOS, Carolina Cassia Batista; ABRANTES, Patrícia Paulino Muniz de; ZONTA, Rafael. O trabalho de equipes multidisciplinares na assistência estudantil: análise de experiência profissional na UnB. In: YANNOULAS, Silvia Cristina. *O trabalho das equipes multiprofissionais na educação – 10 anos do grupo de pesquisa TEDis*. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2017.

SANTOS, Carolina Cassia Batista. ABRANTES, Patricia Paulino Muniz de. ZONTA, Rafael. Limitações orçamentárias: desafios à assistência estudantil da UnB em tempos de pandemia. *Cadernos Cajuína*, v. 6, nº. 3, 2021, pp. 213-227. Disponível em: <<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/503/433>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. *Avaliação (Campinas)*, v. 18, nº 3, pp. 727-747, nov. 2013.

SOUSA, Adrianyce Angélica de. Lukács no debate do Serviço Social brasileiro. *Tese de Doutorado em Serviço Social*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Ato da Reitoria nº. 488, de 09 de maio de 2013*. Cria a Diretoria da Diversidade na estrutura organizacional do Decanato de Assuntos Comunitários. Disponível em: <http://www.diversidade.unb.br/images/Documentos/AR2013_0488_DIV.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Resolução do Conselho de Administração nº 54/2017*. Regulamenta o uso do nome social na Universidade de Brasília, de modo a assegurar esse direito a servidoras e servidores, estudantes e demais integrantes da comunidade universitária, cujo nome de registro civil não reflita a sua identidade de gênero. Brasília: UnB, 2017. Disponível em: <<http://diversidade.unb.br/images/Documentos/ResolucaoCAD00542017.pdf>>. Acesso em 17 out. 2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Resolução do Conselho de Administração nº 11/2020*. Regulamenta o Programa de Atenção à Diversidade (PADiv) na Universidade de Brasília (UnB). Brasília: UnB, 2020. Disponível em: <http://div.unb.br/images/Documentos/CAD_11_2020_PADiv.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Minuta de Resolução da Política de Assistência Integrada e Permanência Estudantil da UnB*, sob espera para apreciação e aprovação pelo Conselho de Administração da Universidade de Brasília. Documento síntese da Segunda Conferência de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília: UnB, 2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Ato da Reitoria nº. 00573/2019*. Atualiza a estrutura organizacional do Decanato de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília. 2019. Disponível em: <http://dac.unb.br/images/EDITAIS/DASU/2019/Ato_de_criao_da_DASU.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Ato da Reitoria nº. 0845/2020*. Cria a Diretoria de Acessibilidade na estrutura organizacional do Decanato de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília. 2020. Disponível em: <http://dasu.unb.br/images/Institucional/ATO_DA_REITORIA_N_08452020.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Ato do Decanato de Assuntos Comunitários nº. 04/2021*. Institui as diretrizes para a implementação dos princípios da Universidade Promotora da Saúde na Universidade de Brasília. 2021a. Disponível em: <http://dasu.unb.br/images/Institucional/SEI_UnB_-_6253625_-_Ato.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Ato do Decanato de Assuntos Comunitários nº 012/2021*. Dispõe sobre a reformulação da estrutura organizacional da Diretoria da Diversidade do Decanato de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília. 2021b. Disponível em: <http://div.unb.br/images/Documentos/SEI_UnB_-_6498751_-_Estrutura_organizacional_DIV.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Relatório de Gestão 2020 da Universidade de Brasília. Brasília: Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO), 2021. Disponível em: <http://dpo.unb.br/images/dpl/Relatrio_de_Gesto_2020.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

VELOSO, Serena. *CAD aprova resolução sobre uso do nome social*. Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília (SECOM/UnB), 09 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/76-institucional/1922-cad-aprova-resolucao-sobre-uso-do-nome-social>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

WELLER, Wivian; SILVEIRA, Marly. Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da Universidade de Brasília. *Rev. Estud. Fem*, v. 16, nº. 03, pp. 931-947, 2008.

WOOD, Éllen M. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. [Tradução de Paulo Cezar Castanheira]. São Paulo: Boitempo, 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença*. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Mulheres e Ciência. *Série Anis* nº. 47, Brasília, LetrasLivres, pp. 1-10, março, 2007a.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Reflexões sobre as Políticas Promotoras de Equidade. *Revista de Políticas Públicas*, v. 11, nº. 01, 2007b.

YANNOULAS, Silvia Cristina; VALLEJOS, Adriana Lucila; LENARDUZZI, Zulma Viviana. Feminismo e academia. *Revista Brasileira de Estudos de Pedagogia*. Brasília, v. 81, nº 199, pp. 425-451, set/dez, 2000.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, nº. 32, maio/ago. 2006.

APÊNDICE I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada (convidado) a participar da pesquisa “Práticas Profissionais e de Gestão para as Diversidades de Gênero e de Sexualidade na Educação Superior: contradições das ações de permanência a estudantes LGBTQIA+ na UnB”, de responsabilidade do pesquisador Hiury Milhomem Cassimiro, estudante do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade de Brasília (UnB).

O objetivo principal desta pesquisa é analisar em que medida as práticas profissionais e de gestão no âmbito do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) são direcionadas a estudantes LGBTQIA+ da UnB, em situação de rompimento dos vínculos familiares em virtude das lgbtfobias. Assim, este Termo tem a finalidade de consultar sua disponibilidade e seu interesse em cooperar com este estudo.

Você receberá todas as informações necessárias antes, durante e após a finalização da pesquisa, e é assegurado que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam a sua identificação. Os dados provenientes da sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador responsável.

São elegíveis para participar desta pesquisa, profissionais (servidoras e servidores da FUB/UnB) em exercício, aposentadas e aposentados ou cedidas e cedidos que componham ou que já compuseram equipes de trabalho vinculadas ao DAC ou cujas atividades da unidade da servidora ou do servidor sejam transversais à pasta de trabalho do DAC [estas últimas pessoas particularmente vinculadas a unidades do Serviço de Programas Sociais (SPS) e da Coordenação de Articulação da Comunidade Educativa (CoEduca) nos campi Faculdade de Planaltina (FUP), Faculdade de Ceilândia (FCE) e Faculdade do Gama (FGA) da UnB].

A primeira coleta de dados realizada por meio deste questionário online esteve disponível para preenchimento entre 12/04/2021 e 1º/05/2021. Naquela ocasião, obteve-se o total de 24 (vinte e quatro) participações. Ampliou-se o prazo para recebimento de respostas e a segunda aplicação deste questionário ficará disponível para preenchimento entre 27/09/2021 e 03/10/2021. É para este procedimento que você está sendo convidada (convidado) a participar. Caso você já tenha participado no primeiro momento, agradecemos sua participação neste estudo e pedimos para ignorar esta mensagem. Caso você não tenha participado da primeira etapa, você é bem vinda (vindo) a colaborar neste momento com nossa pesquisa. Sua participação na pesquisa poderá lhe causar sentimentos passageiros de impotência por

limitações no ato do exercício profissional, além de eventual frustração por desconhecer o significado de conceitos e termos estudados nesta pesquisa, tais como "assistência estudantil", "permanência universitária", "identidade de gênero", "orientação sexual", "pessoas LGBTI+", "lgbtfobias", entre outros. Para tanto, foram pensadas notas explicativas sobre breve entendimento de tais terminologias e categorias no próprio questionário.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para se recusar a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade, prejuízo ou perda de benefícios a você.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você poderá contatar o pesquisador responsável por meio do telefone (61) 98187-9684 ou do e-mail hiury.hmc@gmail.com.

Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília, por meio da Plataforma Brasil, onde foi revisado e aprovado mediante o Parecer de nº 4.406.747, em conformidade com as determinações das Resoluções do Conselho Nacional da Saúde (CNS) nº 466/2012 e nº 510/2016, as quais são orientadoras de estudos e pesquisas que envolvam a participação de seres humanos. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos de participantes da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br, e; do telefone (61) 3107-1592.

Você deve marcar o campo abaixo para seguir com a sua participação neste estudo. Caso deseje receber uma via deste TCLE, clique no botão de IMPRESSÃO (ou Ctrl + P), para salvar ou imprimir. O tempo estimado para você responder ao questionário pode variar entre 15 (quinze) e 30 (trinta) minutos, a depender do seu cargo e da sua unidade de lotação na UnB.

Desde já, agradecemos por sua atenção e pelo tempo dedicado a este estudo.

Hiury Milhomem Cassimiro - pesquisador responsável.

APÊNDICE II - Instrumental de coleta de dados documentais – PADiv

Perfil de estudantes LGBTIQIA+ participantes do Programa de Atenção à Diversidade (PADiv)

1. **Nº:** [controle para catalogação].
2. **Matrícula:** [apenas para cruzamento de dados para observar inserção em Programas da Assistência Estudantil da DDS/UnB. Este dado será mantido em sigilo e será descartado após a pesquisa].
3. **Nº de parcelas do PADiv:** () uma () duas () três.
4. **Idade:** [resposta aberta].
5. **Identidade de gênero:** () Homem trans () Homem cis () Mulher cis () Mulher trans () Travesti () Não binária () Outra () Não respondeu.
6. **Cor/Raça:** () Amarela () Branca () Indígena () Parda () Preta.
7. **Orientação sexual:** () Assexual () Bissexual () Heterossexual () Homossexual [Gay, Lésbica] () Pansexual () Outra () Não respondeu.
8. **Renda per capita:** [resposta aberta].
9. **Equipe da DIV identificou se a (o, e) estudante sofreu violência no âmbito familiar em virtude de lgbtqia+fobia?** () Sim () Não () Não houve registro desta informação.
10. **Equipe da DDS identificou se o/a/e estudante sofreu violência no âmbito familiar em virtude de lgbtqia+fobia?** () Sim () Não () Não houve registro desta informação.
 - 10.1. **Se “sim”, a violência familiar foi determinante para a participação da (do, du) estudante em Programa de Assistência Estudantil?** () Sim () Não () Não houve registro desta informação.
11. **Equipe da DDS teve conhecimento de que a (o, e) estudante foi atendida (atendido, atendida) previamente pela equipe da Div?** () Sim () Não () Não houve registro desta informação.
12. **Quais Programas de Assistência Estudantil da DDS/UnB, a (o, e) estudante elegível ao PADiv chegou a participar entre 2017 e 2020?** () Auxílio Emergencial () Auxílio Emergencial de Apoio à Inclusão Digital () Bolsa UnB Idiomas () Programa Auxílio Creche () Programa Auxílio Socioeconômico () Programa Bolsa Alimentação no RU () Programa de Moradia Estudantil da Graduação [vaga na CEU ou pecúnia] () Programa Vale-Livro – Editora UnB.

APÊNDICE III – Instrumental Questionário

1. **Você aceita participar desta pesquisa?** () Sim () Não.
2. **Qual é a sua unidade de lotação?** () CEU () Colina – Bloco K () DAC () DACES (PPNE) () DASU ou CoEduca de um dos *campi* (Darcy Ribeiro, FUP, FCE ou FGA) () DDS ou SPS de um dos *campi* (Darcy Ribeiro, FUP, FCE ou FGA) () DEAC () DIV () DRU () Outra unidade.
3. **Qual é o seu nível de escolaridade?** () Sem escolaridade () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior () Especialização (*Lato Sensu*) () Mestrado () Doutorado () Pós-Doutorado.
4. **Qual é a sua formação (curso que conferiu a você qualificação para o cargo que ocupa na UnB)?** [Resposta aberta].
5. **Qual é o seu vínculo atual com a UnB?** () Ativa (ativo) () Aposentada (aposentado) () Cedida (cedido) () Outro vínculo.
6. **Se você marcou a opção "Outro vínculo" na questão anterior, especifique.** [Resposta aberta].
7. **Em qual campus da UnB você realiza a maior parte da sua prática profissional?** () Darcy Ribeiro () Faculdade de Planaltina (FUP) () Faculdade do Gama (FGA) () Faculdade de Ceilândia (FCE).
8. **Qual é o cargo que você ocupa na UnB?** [Resposta aberta].
9. **Há quantos anos você trabalha na UnB? (Ou por quantos anos trabalhou na UnB?)** () Menos de 1 ano () Entre 1 e 3 anos () Entre 4 e 5 anos () Entre 6 e 10 anos () Entre 11 e 15 anos () Entre 16 e 20 anos () Entre 21 e 25 anos () Entre 26 e 29 anos () Por 30 ou mais anos.
10. **Você ocupou cargo de gestão (decanato, direção ou coordenação) por pelo menos uma vez entre os anos 2017 e 2020?** () Sim () Não.
11. **Qual é a sua idade?** [Resposta aberta.]
12. **Qual é a sua identidade de gênero?** [NOTA: Mulher trans: mulher que recebeu atribuição do gênero ou sexo masculino ao nascer e que expressa uma identidade de gênero feminina. Travesti: semelhante a mulher trans; identidade de gênero típica de países da América Latina.

Homem trans: homem que recebeu atribuição do gênero ou sexo feminino ao nascer e que expressa uma identidade de gênero masculina. Cisgênero (mulher ou homem): pessoa que expressa o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento. Pessoa não binária: pessoa trans que não tem a identidade de gênero limitada às expressões da feminilidade ou da masculinidade socialmente estabelecidas, ou que tenha a identidade de gênero fluida.] () Mulher cis () Mulher trans () Travesti () Homem cis () Homem trans () Não binária () Outra () Não desejo responder.

13. Se você marcou a opção "Outra" na questão anterior, especifique a sua identidade de gênero. [Resposta aberta].

14. Qual é a sua cor/raça? () Amarela () Branca () Indígena () Parda () Preta.

15. Qual é a sua orientação sexual? [NOTA: De que forma, majoritariamente, você acredita direcionar seu afeto e seu desejo romântico, erótico e sexual a outra/s pessoa/s.] () Assexual (de forma geral, não apresento desejo ou não tenho atração sexual por outra/s pessoa/s). () Bissexual/Pansexual (apresento desejo e atração sexual por pessoa/s independente do gênero). () Heterossexual (apresento desejo e atração sexual por pessoa/s do gênero diferente do meu). () Homossexual - Lésbica ou Gay (apresento desejo e atração sexual por pessoa/s de gênero semelhante ao meu). () Outra. () Não desejo responder.

16. Se você marcou a opção "Outra" na questão anterior, especifique a sua orientação sexual. [Resposta aberta].

17. Você trabalha com ações que proporcionam a permanência de estudantes de graduação e/ou pós-graduação na UnB? () Sim, de ambos os públicos (estudantes de graduação e pós-graduação). () Sim, mas apenas com estudantes de graduação. () Sim, mas apenas com estudantes de pós-graduação. () Não, não trabalho com ações de permanência a estudantes na UnB.

18. Se respondeu alguma das alternativas iniciadas por "Sim" à questão anterior, cite as ações da sua unidade e/ou da sua prática profissional que você acredita proporcionar a permanência de estudantes na UnB. [Resposta aberta.]

19. Na unidade (decanato, diretoria, coordenação) em que você trabalha, há ferramentas, instrumentos, e/ou indicadores sobre as seguintes informações abaixo relacionadas? [NOTA: Você pode marcar quantas opções corresponderem a realidade da sua unidade de

trabalho.] () Identidade de gênero do público estudantil atendido. () Cor, raça e/ou etnia do público estudantil atendido. () Orientação sexual do público estudantil atendido. () Classe social (a renda individual e/ou familiar) do público estudantil atendido. () Não há, na minha unidade, ferramentas, instrumentos e/ou indicadores sobre nenhuma das informações listadas nas opções anteriores.

20. Você acredita que os dados e as informações sobre gênero, cor/raça/etnia, sexualidade e classe social (renda) do público estudantil atendido na sua unidade são importantes para o trabalho da sua equipe? () Sim () Não.

21. Em relação à questão anterior, você acredita que a maior parte da equipe de trabalho da sua unidade tem o mesmo entendimento que você? () Sim () Não.

22. A sua unidade desenvolve alguma das seguintes ações? [NOTA: Você pode marcar quantas opções corresponderem a realidade da sua unidade de trabalho.] () Promoção à diversidade ou à igualdade de gênero. () Promoção à diversidade ou à igualdade étnico-racial. () Promoção à diversidade sexual, à igualdade e respeito à orientação sexual. () Na minha unidade não é desenvolvida nenhuma das ações de promoção listadas nas opções acima.

23. Se você marcou afirmativamente uma ou mais opções na questão anterior, cite as ações de promoção à diversidade ou à igualdade de gênero, étnico-racial e/ou de sexualidade desenvolvidas em sua unidade? () Sim () Não.

24. Você acredita ser de sua competência o desenvolvimento de ações de promoção à diversidade ou à igualdade de gênero, étnico-racial e/ou de sexualidade na sua unidade? () Sim () Não.

25. Você observa que, na sua unidade, estudantes mulheres (sejam elas cis ou trans) recebem o mesmo tratamento de estudantes homens (cisgêneros)? () Sim () Não.

26. Você observa que estudantes trans (homens e mulheres, travestis e demais pessoas não binárias) recebem o mesmo tratamento de demais estudantes cis na sua unidade? () Sim () Não () Não tive a oportunidade de atender ou de observar o atendimento a pessoas trans na minha unidade.

27. Estudantes trans são respeitadas (respeitadas, respeitados) com o uso do nome social ou do registro civil retificado durante os atendimentos na sua unidade? () Sim () Não.

28. É garantido o respeito ao uso do nome social para o registro de informações sobre estudantes trans nas bases de dados e nos sistemas utilizados na sua unidade? () Sim () Não.

29. Você tem conhecimento sobre o direito ao uso do nome social por pessoas trans na UnB? () Sim, conheço resolução específica sobre esta matéria. () Não, desconheço sobre o uso do nome social na UnB.

30. Se respondeu "Sim" na questão anterior, qual/is instrumento/s garantem, na sua opinião, o uso do nome social na UnB? [Resposta aberta.]

31. Você tem compreensão sobre as ações de permanência estudantil na UnB? () Sim, muita compreensão. () Sim, alguma compreensão. () Não, nenhuma compreensão.

32. Você conhece as ações e os programas de assistência estudantil da UnB? () Sim, conheço bem. () Sim, conheço um pouco. () Não, não conheço.

33. Você tem alguma compreensão sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010? () Sim, muita compreensão. () Sim, alguma compreensão. () Não, nenhuma compreensão.

34. As atividades realizadas na sua unidade são exemplos de permanência ou de assistência estudantil na UnB? () Sim () Não.

35. Você acredita que deve haver serviços específicos para estudantes (ou grupos de estudantes) como negras e negros, indígenas, LGBTI+ e demais mulheres na UnB? [NOTA: Por pessoas LGBTI+ compreende-se Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneras, Transexuais, Intersexuais e demais identidades de gêneros e expressões de orientações sexuais diversas da cis-heterossexualidade, tais como não-binárias, queers, pansexuais, agêneras, assexuais, entre outras.] () Sim () Não.

36. A sua unidade desenvolve ações (serviços, projetos, programas, entre outras) específicas para estudantes LGBTI+? () Sim () Não.

37. Se respondeu "Sim" à questão anterior (36), cite as ações específicas para estudantes LGBTI+ desenvolvidas em sua unidade. [Resposta aberta.]

38. Se respondeu "Não" à Questão 36, você acredita ser necessário desenvolver, na sua unidade, ações específicas para estudantes LGBTI+? () Sim () Não.

39. Você acredita ser de sua competência o desenvolvimento, na sua unidade, de ações específicas para estudantes LGBTI+? () Sim () Não.

40. Você observa que estudantes LGBTI+ recebem o mesmo tratamento de estudantes cis-heterossexuais na sua unidade? () Sim () Não () Não tive a oportunidade de atender ou de observar o atendimento a pessoas LGBTI+ na minha unidade.

41. Você tem conhecimento de que pessoas LGBTI+, inclusive estudantes da UnB, já sofreram ou sofrem violências por pessoas da família em virtude do preconceito à identidade de gênero e/ou à orientação sexual? () Sim () Não.

42. Você acredita que a UnB deve direcionar recursos, inclusive financeiros, a estudantes vítimas de violência familiar que, por conta da violência, ameace a permanência na UnB? () Sim () Não.

43. Você acredita que a UnB deve desenvolver ações para garantir a permanência de estudantes LGBTI+ que foram expulsas (expulsos) da casa da família (ou que tiveram que sair da casa da família) em virtude de conflitos motivados por lgbtfobias? [NOTA: Por lgbtfobias pode-se compreender o conjunto de violências motivadas em virtude de preconceitos e discriminações a existências, afetividades e sexualidades de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais, e demais expressões de identidades de gêneros e de orientações sexuais diversas da cis-heterossexualidade.] () Sim () Não.

44. Você acredita que estudantes LGBTI+ vítimas de violência familiar e sem suporte financeiro da família podem participar dos programas da assistência estudantil da UnB? () Sim () Não.

45. Justifique a sua resposta sobre a questão anterior: por que estudantes LGBTI+ vítimas de violência familiar e sem suporte financeiro da família podem ou não participar dos programas da assistência estudantil da UnB? [Resposta aberta.]

46. Se você respondeu "Sim" à Questão 44, cite quais são os programas da assistência estudantil que estudantes LGBTI+ vítimas de violência familiar e sem suporte financeiro da família poderiam participar. [Resposta aberta.]

47. Você acredita que estudantes LGBTI+ vítimas de violência familiar e sem suporte financeiro da família para permanecerem na UnB poderiam participar dos programas que você citou mesmo sendo de uma família com renda satisfatória? Ou seja, mesmo sendo a (e, o) estudante advinda (e, o) de um grupo familiar de renda (classe) média ou renda (classe) alta e não de uma família de baixa renda (classe)? () Sim () Não.

48. Como você avalia que a sua unidade (ou a UnB) poderia contribuir para a permanência universitária de estudantes LGBTI+ vítimas de violência familiar e/ou de desproteção da família? [Resposta aberta.]

49. No caso de você ter assumido cargo de gestora (gestor) no DAC ou nas respectivas diretorias ou coordenações vinculadas, você acredita ter contribuído de alguma forma para a promoção das diversidades de gênero e de sexualidade ao longo de sua gestão? () Sim () Não () Não se aplica: não fui/sou gestora (gestor).

50. Se respondeu "Não" à questão anterior (49), você acredita que poderia ter feito ou que pode fazer algo a respeito? O quê? [Resposta aberta.]

51. Se respondeu "Sim" à Questão 49, descreva a sua contribuição para a permanência de estudantes LGBTI+ na UnB que são ou foram vítimas de violência familiar e/ou de desproteção da família. [Resposta aberta.]

52. Se você respondeu à questão anterior (51), alguma destas ações que você citou foi formalizada em instrumentos administrativos (como atos e/ou resoluções) da unidade ou da instituição (UnB)? () Sim () Não () Está em tramitação.

53. Você conhece o Programa de Atenção à Diversidade (PADiv) - Resolução do CAD nº 11/2020? () Sim, conheço bem. () Não, conheço um pouco. () Não, nenhum conhecimento.

54. Você já orientou estudante/s da UnB sobre o PADiv (Programa de Atenção à Diversidade)? () Sim, apenas estudante/s de graduação. () Sim, apenas estudante/s de pós-graduação. () Sim, estudantes de graduação e pós-graduação. () Não.

55. Considere a afirmação: "Sinto-me qualificada (qualificado) para trabalhar com o público estudantil que demanda as seguintes temáticas:...", e marque a opção (ou as opções) abaixo considerando seu conhecimento e sua competência profissional: () Sexo/Gênero. () Raça/Etnia. () Sexualidade/Orientação sexual. () Classe social/Renda.

() Não apresento qualificação para trabalhar com nenhuma temática indicada nas opções anteriores.

56. Você sente necessidade em receber qualificação sobre alguma das temáticas abaixo?

[NOTA: Marque quantas opções acreditar serem necessárias.] () Sexo/Gênero. () Raça/Etnia. () Sexualidade/Orientação sexual. () Classe social/Renda. () Não sinto necessidade em receber qualificação sobre nenhuma temática indicada nas opções anteriores.

57. Você já participou de atividades de formação (cursos, palestras, workshops, etc.) promovidas pela UnB em matéria de diversidade de gênero e de sexualidade? [NOTA: Você pode marcar mais de uma opção.]

() Sim, promovida pela Procap. () Sim, promovida pela Div. () Sim, promovida por outra unidade. () Não.

58. Se você respondeu "Sim, promovida por outra unidade" na questão anterior, cite qual/is unidade/s promoveu/ram a você atividade/s de formação em matéria de gênero e de sexualidade. [Resposta aberta.]

59. Caso você deseje fazer algum comentário adicional ou de tirar alguma dúvida sobre este questionário ou sobre a pesquisa em curso, utilize esta questão para reportar seu comentário ou sua dúvida e acrescente um endereço de e-mail para receber retorno, se desejar. [Resposta aberta.]

60. Agradecemos por seu tempo e seu compromisso em participar desta pesquisa. Por fim, este questionário foi de fácil compreensão? () Sim () Não.

ANEXO I – Parecer Consubstanciado do CEP

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Práticas Profissionais e de Gestão para as Diversidades de Gênero e de Sexualidade na Educação Superior: contradições à permanência de estudantes LGBTI+ na UnB

Pesquisador: HIURY MILHOMEM CASSIMIRO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 38393020.9.0000.5540

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.406.747

Apresentação do Projeto:

O pesquisador pretende sistematizar e executar uma pesquisa acerca do cenário institucional de uma universidade pública brasileira, por meio de análises às práticas profissionais e de gestão, para a promoção da permanência de estudantes universitárias LGBTI+ com histórico de violência e/ou violações de direitos perpetradas pela família, em virtude da discriminação à identidade de gênero e/ou à orientação sexual. Compreende-se por pessoas LGBTI+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneras/os, Transexuais, Intersexuais e demais identidades de gêneros e expressões de orientações sexuais diversas da cis-heterossexualidade, tais como não-binárias, queers, pansexuais, agêneras, assexuais, entre outras. O objeto de estudo desta pesquisa será a análise sobre as práticas profissionais e de gestão próprias às ações de permanência universitária no âmbito do Decanato de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília especificamente direcionadas a estudantes LGBTI+, dos cursos de graduação e pós-graduação, que estiveram com os vínculos familiares rompidos em virtude das lgbtfobias, entre os anos de 2017 e 2020. O projeto de pesquisa está estruturado no método histórico crítico-dialético e considerará as perspectivas epistemológicas feministas e as ferramentas analíticas da consubstancialidade e da interseccionalidade para entender opressões imbricadas nas relações assimétricas de sexo/gênero, raça/etnia, sexualidade e classe social. Na metodologia, o pesquisador fará uma investigação de caráter qualitativo-interpretativista, de inspiração no método histórico crítico-dialético e pretende

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

descrever em que medida as práticas profissionais e de gestão no âmbito do Decanato de Assuntos Comunitários são direcionadas a estudantes LGBTI+ da Universidade de Brasília, em situação de rompimento dos vínculos familiares em virtude das lgbtfobias e apresentar o perfil identitário (autodeclaração sobre sexo/gênero, raça/etnia e sobre a orientação da sexualidade) e socioeconômico de estudantes LGBTI+, em situação de rompimento dos vínculos familiares em virtude das lgbtfobias, assistidas/os pelas equipes das diretorias vinculadas ao Decanato de Assuntos Comunitários, entre os anos 2017 e 2020.

Objetivo da Pesquisa:

Como objetivo primário, pretende-se analisar em que medida as práticas profissionais e de gestão no âmbito do DAC são direcionadas a estudantes LGBTI+ da UnB, em situação de rompimento dos vínculos familiares em virtude das lgbtfobias. Como objetivos secundários, o pesquisador pretende analisar as respostas institucionais das gestões e das equipes de profissionais do DAC, e das diretorias a ele vinculadas, a estudantes LGBTI+ da UnB, em situação de rompimento dos vínculos familiares em virtude das lgbtfobias; Descrever as ações intersetoriais promovidas pelas diretorias vinculadas ao DAC voltadas à permanência de estudantes LGBTI+ da UnB, em situação de rompimento dos vínculos familiares em virtude das lgbtfobias, e; Levantar e apresentar o perfil identitário e socioeconômico de estudantes LGBTI+, em situação de rompimento dos vínculos familiares em virtude das lgbtfobias, assistidas pelas equipes das diretorias vinculadas ao DAC, entre os anos 2017 e 2020.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: A pessoa participante da pesquisa - segunda etapa (respondente ao questionário) - poderá apresentar sentimentos de impotência e incapacidade no ato do exercício profissional, além de eventual frustração por desconhecer o significado de conceitos e termos estudados nesta pesquisa, tais como identidade de gênero, orientação sexual, pessoas LGBTI+, lgbtfobia. Para tanto, foram pensadas notas explicativas sobre breve entendimento de tais terminologias/categorias no próprio questionário. Benefícios: A pessoa participante da pesquisa - segunda etapa (respondente ao questionário) - poderá apresentar sentimento de orgulho e apreço pelo exercício profissional, pela instituição UnB e pelo público atendido nos respectivos serviços. A pessoa poderá, ainda, criar expectativa de receber formação para a qualificação de sua prática profissional necessariamente direcionada às expressões e especificidades de gênero e de sexualidade diversas da cis-heterossexualidade. Publicação e divulgação de dados relativos ao histórico de experiências profissionais e de gestão, no âmbito da educação superior, poderão subsidiar mais práticas de promoção à democratização do ambiente universitário em instituições

públicas e privadas, de forma a combater violências estruturais, como o machismo/sexismo, o racismo e as lgbtfobias, por vias institucionais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para um maior entendimento do processo institucional em favor do/a discente lgbt+ por meio de levantamento de dados de uma universidade pública brasileira: as políticas institucionais e a sua eficácia na prática por meio de dados demográficos da própria IES. O pesquisador teve o cuidado de amenizar consideravelmente o risco de exposição dos/as estudantes participantes, assim como dos/as funcionários/as que irão participar da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador apresentou todos os termos, todos detalhados e com as orientações conforme as Resoluções nº 466/2012, nº 510/2016 e complementares.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Este projeto foi aprovado pelo CEP/CHS.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1599413.pdf	21/09/2020 13:47:18		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado_Brochura_Investigador.pdf	21/09/2020 13:46:00	HIURY MILHOMEM CASSIMIRO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	21/09/2020 13:45:29	HIURY MILHOMEM CASSIMIRO	Aceito
Outros	Termo_Aceite_Institucional.pdf	10/09/2020 16:15:59	HIURY MILHOMEM CASSIMIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	03/09/2020 12:53:00	HIURY MILHOMEM CASSIMIRO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto_Pesquisa_Envolvendo_Seres_Humanos.pdf	01/09/2020 11:01:04	HIURY MILHOMEM CASSIMIRO	Aceito
Outros	Lattes_Hiury_Milhomem_Cassimiro.pdf	28/08/2020 01:29:38	HIURY MILHOMEM CASSIMIRO	Aceito
Outros	Instrumental_Coleta_Dados.pdf	26/08/2020 22:06:41	HIURY MILHOMEM CASSIMIRO	Aceito
Outros	Questionario.pdf	26/08/2020 22:06:06	HIURY MILHOMEM CASSIMIRO	Aceito

**UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE**



Outros	Declaracao_Orientadora.pdf	26/08/2020 22:04:46	HIURY MILHOMEM CASSIMIRO	Aceito
Outros	Carta_Revisao_Etica.pdf	26/08/2020 22:03:00	HIURY MILHOMEM CASSIMIRO	Aceito
Outros	Carta_CepCHS_UnB.pdf	26/08/2020 21:58:19	HIURY MILHOMEM CASSIMIRO	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	26/08/2020 21:49:11	HIURY MILHOMEM CASSIMIRO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_Instituicao_Participante.pdf	26/08/2020 21:47:41	HIURY MILHOMEM CASSIMIRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 18 de Novembro de 2020

**Assinado por:
Érica Quinaglia Silva
(Coordenador(a))**

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br